Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 943 - Sexta-Feira 26 De Março de 2010

Poder Executivo Municipal

Prefeitura Municipal de Água Boa

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 004/2010.
OBJETO: Contratação de empresa para veiculação de matérias, programas, campanhas, produção e apresentação do informativo municipal, conforme edital.
REALIZAÇÃO: 12/04/2010.
HORAS: 14h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Água Boa - MT, 26 de março de 2010.

Ari Celso Pinto dos Santos
Presidente da Comissão de Licitação.

PREGÃO PRESENCIAL
011/2010

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2.140/2009 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 011/2010 no dia 08/04/2010 às 14h00min, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 011/2010.
OBJETO: O objeto do presente Pregão Presencial é a contratação de serviços de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público no município de Água Boa, pelo período de 09 (Nove) meses (abril a dezembro)
REALIZAÇÃO: 08/04/2010.
INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 14h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas.

Água Boa, 26 de março de 2.010.

Fábio Tadeu Weiler
Pregoeiro Oficial do Município de Água Boa

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai

Aviso de Alteração -
Pregão Presencial Nº 011/2010

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através da Comissão Permanente de Licitação/Pregão, localizada na Rua Tiradentes, 40, centro, Alto Paraguai, torna público, a ALTERAÇÃO NO EDITAL do Pregão Presencial 011/2010, publicado no Jornal Diário Oficial da União – DF, dia 24/03/2010, seção 3, cujo objeto é: **Aquisição de 01 Trator Agrícola sobre rodas, 4x4, 75 a 80 cv, 01 Colhedora de forragens, 01 grade aradora de controle remoto, 01 carreta agrícola com 02 eixos e 01 grade niveladora com controle remoto, para atender a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Alto Paraguai - MT, conforme especificações completas constantes no anexo I,** houve Alteração no **ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO – ITENS 01, 02, 03 e 04.**

Alto Paraguai - MT, 25 de Março de 2010.

Lauro Josney Corrêa
Pregoeiro

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2010

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda o Contrato de Prestação de Serviço, da Empresa **E.S Engenharia e Construções Ltda** no valor previsto de R$ 13.000,00 (Treze Mil Reais), contratação de empresa para **realizar pequenas reformas e adaptações do Centro de Reabilitação de Alto Paraguai – MT, conforme Planilhas em anexo,** correndo tal despesa à dotação: 06.005.10.302.0034.2064.3390.36.00.00 (441) e 06.005.10.302.0034.2064.3390.39.00.00 (442), dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2010.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 26 de Março de 2010.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Araguainha

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010

O Município de Araguainha – MT, torna público aos interessados o resultado da licitação realizada no dia **16 / 03 / 2010**, às **10** h **00** min, na sede da Prefeitura, à Av. Couto Magalhães, nº. 120 – Centro, licitação na modalidade **Pregão Presencial** nº. **002/2010**, que tem por objeto: **Aquisição de Materiais Odontológicos, Material para Enfermaria,**

Injetáveis, Medicamentos para Farmácia, Medicamentos e Material para Laboratório, conforme especificações contidas no Anexo do Edital. Tendo por Vencedoras do certame a Empresa **REIFASA COMERCIAL LTDA**, que Venceu os Lote 01 – Materiais Odontológicos, Lote 02 – Material para Enfermaria e Lote 04 – Material para Farmácia, ofertando o valor total de **R$ 105.700,00 (Cento e Cinco Mil e Setecentos Reais)** e a Empresa **MED BRASIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP**, que venceu os Lote 03 – Injetáveis, Lote 05 – Medicamentos e Lote 06 – Material para Laboratório, ofertando o valor total de **R$ 96.969,55 (Noventa e Seis Mil Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Cinqüenta e Cinco Centavos)**.

Araguainha – MT, **25** de **Março** de **2010**.

JOSE CARLOS NAVES GONÇALVES
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Araputanga

AVISO DE RESULTADO - PREGAO Nº 009/2010

Objeto do Pregão: SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR. Data da realização: 27/01/2010. Linha 01 – Vencedora a empresa: MARCELO FRANCISCO DE SOUZA: valor de R$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos). Linha 06 – Vencedora a empresa: JOÃO SENTURION – ME : valor de R$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos). Linha 05– FRUSTRADAS. Araputanga MT, 24 de março de 2010.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Arenápoplis

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0290/2010
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2010

OBJETO: *Locação de 01 (um) veículo microônibus tipo rodoviário, com capacidade mínima para 28 (vinte e oito) passageiros sentados, objetivando o transporte de pacientes para cuiabá-mt, tangará da Serra-MT e Barra do Bugres-MT.*

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação do Pregão da Prefeitura Municipal de Arenápolis – MT., torna público aos interessados que no **Pregão Presencial Nº. 002/2010**, cuja abertura ocorreu às 10:00 horas do dia 16/03/2010, sagrou-se vencedora a empresa: **TISSALÉIA LTDA – MATO GROSSO VIAGENS E TURISMO ,** com a proposta no valor total de **R$ 61.980,00 (sessenta e um mil e novecentos e oitenta reais).**

Arenápolis-MT. 26 de março 2010.

Regina Lúcia de Souza
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 004 – CONVOCACAO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA A PROVA PRÁTICA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇO PÚBLICO Nº.001/2010

O Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Serviço Público, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº. 1.878/2009, que dispõe sobre autorização, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Artigo 289 da Lei Complementar nº. 001/2005 e Decreto nº. 021/2010 de 17/02/2010, **torna público** o Edital Complementar Nº. 004/2010 sobre a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos classificados para a Prova Prática do Processo Seletivo Simplificado Nº. 001/2010 para seleção e contratação temporária para desempenhar as funções de Auxiliar de Manutenção e Conservação na especialidade de **ELETRICISTA**, da relação abaixo discriminada:

Nº. de Inscrição	Nome do Candidato	Nota Final Prova Objetiva	Colocação Parcial	Resultado
011	Jefferson José Cefalo da Silva	7,0	**1º**	Classificado
010	Gevanildo da Silva Campos	6,5	**2º**	Classificado
002	Geovane da Silva Campos	5,5	**3º**	Classificado
004	Carlos Henrique de Queiroz	5,0	**4º**	Classificado

Barra do Bugres – MT, 26 de março de 2010.

DANIEL INÁCIO ROCHA
Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Serviço Público

ANDRÉ GONÇALVES DE SOUZA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2010

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 005 – DA PROVA PRÁTICA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇO PÚBLICO Nº.001/2010

O Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Serviço Público, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº. 1.878/2009, que dispõe sobre autorização, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Artigo 289 da Lei Complementar nº. 001/2005 e Decreto nº. 021/2010 de 17/02/2010, **torna público** o Edital Complementar Nº. 005/2010 sobre a **DA PROVA PRÁTICA**, que será realizada no dia 28/03/2010, das 8h00min às 11h00min, na Escola Guiomar de Campos Miranda – Rua 06, s/n – Cohab João Cristante – Bairro Maracanã – Barra do Bugres – MT. E a mesma terá as seguintes instruções e regulamentos abaixo discriminadas:

- Execução de Instalação de Equipamentos Elétricos e Instalação de Componentes de Iluminação (soquete, lâmpada, reator e relé foto célula) onde o candidato deverá fazer a devida instalação no prazo estimado em 20 minutos para a execução das tarefas.

Barra do Bugres – MT, 26 de março de 2010.

DANIEL INÁCIO ROCHA
Secretário Municipal de Infra-Estrutura e Serviço Público

ANDRÉ GONÇALVES DE SOUZA
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº.001/2010

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2010

Objeto	Locação de Veículos para Transporte Escolar no Município
Favorecidos:	1- DORCILIO DE SOUZA RODRIGUES 2- ALTAIR INACIO SOARES RIBEIRO 3- GILSON FERREIRA DE SOUZA 4- GILBERTO ALAOR DA SILVA 5- ADMILSON BARBOSA DE SOUZA 6- DIMILSON PEREIRA DE SENA 7- PAULO CESAR BARBOSA DE BRITO 8- ADRIANO GONÇALVES CRUVINEL 9- EMIVALDO ANTONIO DA SILVA
Prazo de Pagamento	Parcelado
Prazo de Duração	62 dias letivos
Valor global	R$: 127.069,00 (Cento e vinte e sete mil sessenta e nove reais).
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso V caput da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa	Anexa aos autos do processo.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº. 009/2010 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.

Bom Jesus do Araguaia – MT, 08 de Março de 2010.

Aloísio Irineo Jakoby
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Araguaia, 25 de Março de 2010.

Prefeitura Municipal de Cáceres

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 12 DE MARÇO DE 2010

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Extraordinária, realizada no dia 12 de Março de 2010, em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 e Lei nº 2006 de 09 de Junho de 2006 e, considerando a reunião extraordinária ocorrida no dia 12/03/2010 às 18:30hs, o Pleno Conselho aprovou em votação por unanimidade o descredenciamento do Município de Cáceres do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

NEUZO ANTONIO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Intermunicipal de Saúde

GIULIANO DE S. GARCIA
Vice Presidente do Conselho Intermunicipal de Saúde

PORTARIA Nº. 038
DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 4056 de 09 de fevereiro de 2010 da Secretaria Municipal de Administração.

R E S O L V E:

ART. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Coordenação Pedagógica das Unidades Escolares, pelo período de 01.02.2010 à 31.12.2010.

ZONA URBANA

NOME	UNIDADE ESCOLAR
Aline Ortega dos Santos Abreu	E.M. Vitória Régia
Maria de Fátima Pereira Couto	E.M. Vitória Régia
Márcia Regina dos Santos	Núcleo Jardim Guanabara
Maria José Silva da Costa	E.M. Pequeno Sábio
Fátima Noeli Akerley Marques	E.M. Prof. Erenice Simão Alvarenga
Selenir Pinto de Souza	E.M. Raquel Ramão da Silva
Gracilene da Conceição Moura	E.M. Raquel Ramão da Silva
Ana Cristina Catelan do Espírito Santo	E.M. Fazendo Arte
Henio da Silva Marques	E.M. Novo Oriente
Domingos de Almeida Pantaleão	E.M. Vila Real e Garcês
Dilma Almeida Camilo	E.M. Buscando o Saber
Cleuza Brito da Silva	E.M. Brincando e Aprendendo
Maria Carmem da Silva Gama	E.M. Prof. Eduardo Benevides Lindote
Jane Cardozo de Oliveira Souza	E.M. Tancredo Neves
Crispim Neves Ramos	E.M. Tancredo Neves
Maria Luzia Ferreira Silveira	E.M. Duque de Caxias
Ivoneide da Silva Assunção	E.M. Lázara Falqueiro de Aquino
Hilda Francisca Gonzaga Bossi	E.M. Gotinhas do Saber
Clara Toledo	Centro Municipal de Educação Infantil
Cleomendes Cruz Nunes	E.M. Dom Máximo Biennés
Sandra Regina Silva	E.M. Dom Máximo Biennés
Olívia de Andrade Bonfim	E.M. Província de Arezzo
Susana Aparecida Silva de Jesus	E.M. Vila Irene
Evanir da Guia Batista Redez	E.M. Jardim Paraíso
Nice de Arruda Rodrigues	E.M. Santos Dumont

ZONA RURAL

NOME	UNIDADE ESCOLAR
Flávia Lúcia de Barros Alvares	E.M. Clarinópolis
Wilton da Silva Campos	Núcleo Limão
Sandra Cândido Bindandi	E.M. Santo Antonio do Caramujo
Silvia Mara Landim de Carvalho	E.M. Santo Antonio do Caramujo
Jorge Leandro Pereira	Núcleo São Francisco e União
NOME	UNIDADE ESCOLAR
Milte Bronel dos Passos Muniz	E.M. Buriti
Jacira Ferreira da Silva	Núcleo Sadia
Marina Helena Gomes	Núcleo Sapiquá
Elizete Soares Nascimento	Núcleo Laranjeira

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2010.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES
Prefeito de Cáceres

Afixado em: 19.02.10

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE Nº. 001/2009

EDITAL COMPLEMENTAR 009/2009/ CONVOCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres - MT, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado N° 001/2009, nos termos dos itens 4.2, 4.3, 8.4 e 8.5 do Edital 001/2009, de 27/02/2009, CONVOCA a candidata aprovada ADRIANA DOS SANTOS JOVEM no referido processo seletivo, a comparecer no prazo de 03 dias úteis a contar da data de publicação deste, junto a Coordenadoria de Vigilância em Saúde, das 7:00 às 11:00 horas, munidos dos seguintes documentos:
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
b) Certidão de Casamento (cópia), quando for o caso;
c) Título de Eleitor com votação atualizada (cópia);
d) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (cópia), se do sexo masculino;
e) Carteira de Identidade (cópia);
d) Comprovante de inscrição n PIS/PASEP, ou declaração da firma anterior, informando não haver feito o cadastramento (cópia);
e) 01 foto 3x4 recente;
f) CPF (cópia);
g) Comprovante de escolaridade (cópia);
h) Certidão de nascimento dos filhos solteiros maiores de 14 e menores de 21 anos (cópia);
i) Comprovante de endereço completo (cópia), inclusive com o n° do telefone;
j) Para fins de descontos previdenciários, informar se possui outro vínculo empregatício ou se é aposentado.
k) Para fins de salário família: para filhos com até 05 (cinco) anos de idade é necessário que apresente a cópia de cartão de vacina + a cópia da certidão de nascimento.
l) Atestado de saúde admissional com exame de colinesterase sanguínea. Considerando as atividades a serem desenvolvidas pelos Agentes de Saúde Ambiental, que prevê o manuseio de inseticidas, o exame de tolerância à Colinesterase Sanguínea, solicitado no Item "l", passa a ser de caráter eliminatório.

O candidato que não comparecer á convocação em prazo hábil será considerado desistente à vaga, podendo essa ser preenchida nas condições previstas no item 4.3 do Edital de Processo Seletivo Simplificado N°001/2009.

Cáceres-MT, 26 Fevereiro de 2010
Arlene Janissara de Oliveira Alcântara
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2009

ANEXO I

RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADOS

18°	Edna Regina da Silva
19°	Roziane Pires de Moraes
20°	Renata da Silva Gonçalves
21°	Priscila Alves Fere
22°	Peterson Santos de Campos
23°	Marilúcia Penha Mendes Seba
24°	Joelma Maria da Silva
25°	Renata Gomes da Silva
26°	Fabio Reis Silva
27°	Vanderson Garcia L. de Prado Lopes
28°	Karina do Nascimento Jatobá
29°	Genivaldo Silva Fernandes
30°	Marcelo Sérgio Bastos
31°	Andréia de Oliveira Pereira
32°	Thiago Assunção

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
b) Certidão de Casamento (cópia), quando for o caso;
c) Título de Eleitor com votação atualizada (cópia);
d) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (cópia), se do sexo masculino;
e) Carteira de Identidade (cópia);
d) Comprovante de inscrição n PIS/PASEP, ou declaração da firma anterior, informando não haver feito o cadastramento (cópia);
e) 01 foto 3x4 recente;
f) CPF (cópia);
g) Comprovante de escolaridade (cópia);
h) Certidão de nascimento dos filhos solteiros maiores de 14 e menores de 21 anos (cópia);
i) Comprovante de endereço completo (cópia), inclusive com o n° do telefone;
j) Para fins de descontos previdenciários, informar se possui outro vínculo empregatício ou se é aposentado.
k) Para fins de salário família: para filhos com até 05 (cinco) anos de idade é necessário que apresente a cópia de cartão de vacina + a cópia da certidão de nascimento.
l) Atestado de saúde admissional com exame de colinesterase sanguínea. Considerando as atividades a serem desenvolvidas pelos Agentes de Saúde Ambiental, que prevê o manuseio de inseticidas, o exame de tolerância à Colinesterase Sanguínea, solicitado no Item "l", passa a ser de caráter eliminatório.

PORTARIA Nº. 078
DE 25 DE MARÇO DE 2010

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto Nº. 130 de 01 de março de 2010, e

CONSIDERANDO o que consta do processo sob Protocolo Geral nº. 7231, de 24 de março de 2010 da Secretaria Municipal de Administração;

R E S O L V E:

ART.1º - Delegar poderes administrativos a servidora **DENISE MARIA OLIVEIRA CARVALHO-**Coordenadora de Apoio Administrativo, para assinar todos e quaisquer documentos na ausência da Secretária Municipal de Ação Social, no período de 29.03.2010 a 06.04.2010.

ART.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de março de 2010.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 25.03.10

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

Edital nº 011/2010
24/03/2010

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, em cumprimento ao que determina o Art. 175, Inciso III, § 1º da Res. TCE nº 14/2007, Lei Complementar 101/2000 e Lei Orgânica Municipal".

Torna-se pública, a **LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal, referente ao **6º Bimestre** do exercício financeiro de 2010, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à Publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do município de Canabrava do Norte-MT, para questionar -lhe sua legitimidade.

LOURIVAL MARTINS ARAÚJO
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRE-SE

Prefeitura Municipal de Carlinda

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 013/2010

A Presidente da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, vem através deste comunicar a **PRORROGAÇÃO** da Licitação Pregão Presencial nº 013/2010, cujo Objeto é a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ULTRASONOGRAFIA PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DESTE MUNICIPIO, conforme data, horário e local abaixo:

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09/04/2010
VALOR ESTIMADO: R$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS).
HORÁRIO: 14:00 HORAS.
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREF. MUN. DE CARLINDA/MT.
ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES SN.º - CENTRO – CARLINDA/MT.

Carlinda/MT, em 25 de março de 2010.

ELAINE BATISTA COSTA
Presidente da CPL

Publique-se

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO Nº 010/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação da PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2010 para a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL, FÁRMACIA BÁSICA E PSF**, ocorrido no dia 08 de março de 2010, **sagraram-se vencedoras do certame licitatório as empresas:**

- DIST. DE MEDICAMENTOS BEVILAQUA.
- SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- JCM COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA

Carlinda/MT, em 25 de março de 2010.

ELAINE BATISTA COSTA
Presidente da CPL

Publique-se

Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2010
TOMADA DE PREÇO 002/2010

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, sediada à Rua Tiradentes, 166 – Centro, através do senhor José Sebastião Chaves, presidente da CPL, torna publico para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando o ***FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS E MATERIAIS PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA,*** do tipo menor preço por Item, obteve o seguinte resultado: as empresas vencedoras: DIHOL - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA com os itens 49, 70, 87, 96, 103, 107, 108, 116, 123, 133, 137, 138, 142, 143, 145, 152, 155, 158, 165, 176, 177, 179, 180, 196, 204, 205, 233, 242, a empresa DUOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP com os itens 1, 5, 6, 7, 9, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 31, 38, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 54, 55, 62, 65, 73, 74, 76, 78, 79, 89, 90, 91, a empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA EPP com os itens 50 e 136, a empresa MARTINS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA com os itens 33, 40,45,53,56,58,71,88,94,98,102,104,109,110,111,115,117,122,124,127,128,149,157,159,160,161,162,173,181,188,191,193,194,200,201,203,212,225,235,240,241,251, a empresa DENTAL CENTRO OESTE LTDA com os itens 14,86,125,140,146,169,178,184,189,223,236 e 249, a empresa DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA com os itens 2,22,34,61,63,67,75,80,83,147,243,245,246,247,250,252,254,255 e 257, a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA com os itens 10,11,21,24,30 e 82, a empresa SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com os itens 8,18,25,27,28,64,69,77,81,84,85,97,105,134,141,150,166,167,174,248,253 e 256, a empresa ESPECIALISTA DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA com os itens 126,195 E 231, a empresa STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA com os itens 3,12,13,23,29,36,37,44,52,57,59,60,66,72,93,95,99,100,101,106,114,121,135,139,151, 153,154,156,163 164, a empresa STAR ODONTOMEDICA LTDA com os itens 168,206,209,222 E 237, a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES com os itens 32,39,51,68 E 244 e a empresa DENTAL MED SUL com os itens 112,113,118,119,170,171,182,183,185,186,187,190,192,197,202,207,208,210,213,214, 215,216,217,218,219,221,224,226,227,228,229,230,232,234 E 238. Para os itens 04, 35, 120, 129, 130, 131, 132, 144, 148, 172, 175, 198, 199, 211, 220 e 239 não houve vencedores.

Chapada dos Guimarães/MT, 25 de março de 2010.

José Sebastião Chaves
Presidente da CPL

CANDIDATOS APROVADOS
(por Cargo e em ordem alfabética)

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO - MÉDIO
VAGAS: 31

CLASSIF	INSCR.	NOME	DOC.DE IDENTIDADE
26	01062-6	ADRIANO DE FIGUEIREDO PAGOTTO	12499471 - SSP/MT
23	01073-1	ALEX ALVES DE SOUZA	18762727 - SSP/MT
28	01117-7	ANELISE RÚBIA SIQUEIRA	23439840 - SSP/MT
9	01152-5	BRUNNO LUCIANO NUNES	4219545 - SSP/GO
10	01158-4	CARLOS ANDERSON DE MATTOS MELLO	0460526-8 - SSP/MT
21	01180-0	CLAUDETE MENDES TEIXEIRA	14818990 - SSP/MT
19	01224-6	DEBORA ABILENE DA CONCEIÇÃO	18763146 - SSP/MT
31	01248-3	DURCILENE JOANA DE MAGALHAES	22538151 - SSP/MT
4	01262-9	EDILSON BENÍCIO DE SOUZA	10481095 - SSP/MT
12	01263-7	EDINEIA MORAES PADILHA	9731571 - SSP/MT
30	01274-2	EDUARDO CORREIA DA SILVEIRA	17870291 - SSP/MT
25	01275-0	EDUARDO CUNHA MONTEIRO	5085381 - SSP/MT
14	01363-3	GELIANE CORREA DO NASCIMENTO	15953718 - SSP/MT
2	01381-1	GREICE DE MELO MOREIRA CAMPOS	0663370-6 - SSP/MT
17	01397-8	HUGO CORREIA DA SILVA NOGUEIRA	20858990 - SSP/MT/MT
1	01403-6	IRANILDE SOUSA ALMEIDA	2104817 - SSP/DF
11	01479-6	JOSLEY DA SILVA MAGALHÃES	12963224 - SSP/MT
24	01507-5	KENIA DE FATIMA ALBUQUERQUE	264097166 - SSP/SP
18	01622-5	MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA	10822097 - SJ/MT
22	01699-3	OILZA DE PINHO COSTA PEREIRA	0805728-1 - SSP/MT
16	01707-8	PAMELLA DOS SANTOS	14370972 - SSP /MT
13	01739-6	REGINALDO CARVALHO LIMA	10518282 - SSP /MT
5	01749-3	RODRIGO ANDOLPHO	913694 - SSP/MT
15	01801-5	SERGIO XAVIER DE MATOS NETO	9515194 - SJ/MT
20	01828-7	SUELY PALMEIRA FERREIRA	1222999-7 - SSP/MT
29	01831-7	TAIANÁ PACHECO AMORIM DA SILVA	2173012-1 - SSP/MT
3	01837-6	TATIANA MENEZES MATOS	11317515 - SSP/MT
6	01865-1	VANESSA DE OLIVEIRA	10767029 - SSP/MT/MT
8	01867-8	VANESSA QUEIRÓS PINTO	20689454 - SSP/MT
27	01880-5	WAGNER MENDES PRATES	14374501 - SSP/MT
7	01898-8	WILLIE FRANKLIN DA CRUZ VERISSIMO	16096045 - SSPMT/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO P/ CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREF. DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
EDITAL Nº. 001/2009

CANDIDATOS APROVADOS
(por Cargo e em ordem alfabética)

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO - PNE - MÉDIO
VAGAS: 2

CLASSIF	INSCR.	NOME	DOC.DE IDENTIDADE
1	01906-2	LUIZ FREDERICO GAIVA CORRÊA	9414029 - SSP/MT
2	01908-9	THYAGO NUNES DIAS	15663400 - SSPMT/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO P/ CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREF. DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
EDITAL Nº. 001/2009

CANDIDATOS APROVADOS
(por Cargo e em ordem alfabética)

CARGO: ARQUITETO E URBANISTA - SUPERIOR
VAGAS: 1

CLASSIF	INSCR.	NOME	DOC.DE IDENTIDADE
1	00006-0	JULIANO RIBEIRO	3456144 - SSP/SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO P/ CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREF. DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
EDITAL Nº. 001/2009

CANDIDATOS APROVADOS
(por Cargo e em ordem alfabética)

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - SUPERIOR
VAGAS: 1

CLASSIF	INSCR.	NOME	DOC.DE IDENTIDADE
1	00014-0	ADRIANA MENDES DOS SANTOS	12351695 - SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO P/ CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREF. DE CHAPADA DOS GUIMARÃES
EDITAL Nº. 001/2009

CANDIDATOS APROVADOS
(por Cargo e em ordem alfabética)

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - MÉDIO
VAGAS: 4

CLASSIF	INSCR.	NOME	DOC.DE IDENTIDADE
3	01920-8	GLEIZIANE FIGUEIREDO DA SILVA	16147723 - SSP/MT
2	01924-0	JUCILENE FIGUEREDO DOS SANTOS	6142834 - SSP/MT
4	01927-5	MARIA DO ROSARIO DE SOUZA	10185860 - SSP/MT
1	01935-6	SHEILA CAROLINA FRANCO VIEIRA	20311354 - SSP/MT

Prefeitura Municipal de Colíder

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2010
REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02, informa a quem interessar possa que em razão de ter sido decretado ponto facultativo no município no dia 01/04/2010, fica prorrogada a data de abertura da licitação acima supracitada para o dia 07/04/2010 as 09:00 horas no mesmo endereço.

Colider/MT, em 26 de Março de 2010.

VIVIENE C. GONÇALVES RIBEIRO
Pregoeira

Publique-se

CONTRATO Nº: 086/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCINEIA APARECIDA PEREIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 087/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: EDNA APARECIDA RAMOS DE CARVALHO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 088/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CRISTIANE PLACIDO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.658,27
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 089/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: APARECIDA ANGELICO DE ARAUJO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 090/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSENY DE SOUZA AMORIM

OBJETO: O contratado prestará ao contratante Serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 091/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCIA TEREZA CORREA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.658,27
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 092/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARIA LUZINETE DE CARVALHO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a secretaria municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 1.245,73
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 03/03/2010

CONTRATO Nº: 093/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: NEUSA ROMUALDO DOS SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$:12.685,27
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 094/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ADRIANA DE LIMA REIS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante Serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 2.939,57
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 095/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: NEIDE MARTINS DE MACEDO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer
VALOR R$:12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 096/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: NILDA MILANI
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 1.285,92
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 03/03/2010

CONTRATO Nº: 097/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VALDETE GOUVEIA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 098/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VALDOMIRO DE JESUS GONÇALVES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 11.111,08
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 099/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: HELDER CALVI INOCENCIO.
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 100/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ORDALIA LOURENÇO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 10.581,99
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 101/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: GRACE KELLY FERREIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a17/12/2010

CONTRATO Nº: 102/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CLEUNICE NEVES VILELA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a17/12/2010

CONTRATO Nº: 103/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARTA MODESTO DA COSTA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 104/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSILENE PEREIRA PESSOA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 8.465,64
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 105/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: JOELMA DOS SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 8.465,64
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 106/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MAURINDA FERNANDES DE SOUZA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 107/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 108/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: TEREZINHA JESUS DE ANDRADE
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 109/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SIMARA DE OLIVEIRA FERRARI
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 110/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CLEIDE PEREIRA DE SOUZA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 111/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ADRIANA DOS SANTOS MANGOLIM
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 13.662,90
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 03/2010

CONTRATO Nº: 112/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARINALVA DA SILVA
OBJETO: O contratado prestara ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.658,27
VIGÊNCIA: 03/02/2010/ a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 113/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SANDRA TEREZA DE PAULA TSUKAMOTO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.577,90
VIGÊNCIA: 05/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 114/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SIRLEI TEREZINHA COLLA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.457,35
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 115/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SUELEN VANESSA MUNIZ TERCARIOL
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 116/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARIA ISMAR DE FREITAS CONSONE
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 117/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUIZ LOPES CONSONE JUNIOR
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA 02/02/2010/ a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 118/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ANGELA BERNERT
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 120,55
VIGÊNCIA: 17/02/2010 a 19/02/2010

CONTRATO Nº: 119/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARIA DOLORES CONDE HENARES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 10.581,99
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 120/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: DIRCE FERNANDES DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.337,03
VIGÊNCIA: 05/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 121/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSA DOS SANTOS PEREIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 9.523,81
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 122/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CRISTIANE AGOSTINHO CARDOSO
OBJETO: O contratado prestara ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 4.716,70
VIGÊNCIA: 05/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 123/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: RAQUEL DE PAULA CELESTINO

OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 124/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: FLAVIA LIRANCO DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 125/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUZIA DE OLIVEIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 08/02/2010a 23/12/2010

CONTRATO Nº: 126/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VALDIRENE VIANA ROCATTO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 8.465,64
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 127/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCINEIA FERREIRA DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 8.626,38
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 29/10/2010

CONTRATO Nº: 128/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUZENY FRANCISCA PORTUGUES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
VALOR R$: 803,70
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 129/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ELAINE APARECIDA SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a17/12/2010

CONTRATO Nº: 130/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.349,23
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 15/07/2010

CONTRATO Nº: 131/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: GEZILDA DOS SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 1.821,72
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 09/04/2010

CONTRATO Nº: 132/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: CELIA MOREIRA RAMOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 1.125,18
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 05/03/2010

CONTRATO Nº: 133/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ZENAIDE LUCIANO MOREIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Apoio Administrativo Educacional, junto a secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 134/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: IRENILDA DOS REIS SILVA LEONEL
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 135/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARCIA DA SILVA FURNALETTO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 136/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: FERNANDA BERNERT DAMASCENO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Técnico Em Desenvolvimento Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 2.774,88
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 10/06/2010

CONTRATO Nº: 137/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARCIA GORETI GUERREIRO FREITAS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 4.246,21
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 10/06/2010

CONTRATO Nº: 138/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ODILA DE ALMEIDA NOITE
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.738,64
VIGÊNCIA: 01/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 139/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: PAULO TEIXEIRA DA FONSECA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 11.146,24
VIGÊNCIA: 01/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 140/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: REGIANE RODRIGUES DOS SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.979,75
VIGÊNCIA: 01/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 141/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ADRIANA DE SOUZA MARTINS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 142/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: DEBORA MIRIAM MARTINS RODRIGUES SOARES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 143/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: EDILENE MIQUELETTI DA COSTA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 144/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ELIANA SANTANA SARTIN
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 145/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ELIANE SILVA DE SOUZA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 146/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: EULA BARROS TEIXEIRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 147/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: HUTISCLEIA APARECIDA DE SOUZA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 148/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: JANEA DE FATIMA ABRA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 149/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCIMAR APARECIDA GONÇALVES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 150/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARIA ANDREIA CAPELETTI MOURA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 9.523,81
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 151/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARILUCIA DE JESUS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 152/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: RENATA PEREIRA DUARTE
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 153/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSANA DA CRUZ
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 154/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSANGELA DE SOUZA AMORIM
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 155/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SANDRA ALICE FIGUEIREDO DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.698,46
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 156/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SANDRA VIEIRA

OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 157/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SIMONE DE AMORIM VASCONCELOS DE LIMA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 589,38
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 23/02/2010

CONTRATO Nº: 158/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: SIRLEI LOIS DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.128,96
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 159/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VALÉRIA MIRANDA JULIÃO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 1.607,38
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 05/04/2010

CONTRATO Nº: 160/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VALQUIRIA ARAUJO NASCIMENTO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 4.232,82
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 161/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: VANESSA TEIXEIRA DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 3.068,16
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 30/06/2010

CONTRATO Nº: 162/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ALINE TARGA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 2.664,90
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 163/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ANA PAULA DE ARAUJO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.810,30
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 164/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: DAIANE DOS SANTOS
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 3.257,10
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 165/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: TATIANE CRISTINA BARRETO
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 3.553,20
VIGÊNCIA: 03/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 166/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: FERNANDA ALVES DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 45,12
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 09/02/2010

CONTRATO Nº: 167/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LIVIA GONÇALVES DE ALCANTARA RIVADAVIA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.457,73
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 168/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARIA LUCIA BORGES CAVEQUIA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.457,73
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 169/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARLUCE FERREIRA SOARES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.993,60
VIGÊNCIA: 08/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 170/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: JOSIANE DA COSTA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.948,48
VIGÊNCIA: 10/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 171/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LUCILENE LUIZ GOMES
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de técnico Em Desenvolvimento Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 67,68
VIGÊNCIA: 10/02/2010 a 12/12/2010

CONTRATO Nº: 172/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: ROSIANA APARECIDA TARGA

OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.948,48
VIGÊNCIA: 10/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 173/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: LIDIANE ANGELO DA SILVA
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 12.095,68
VIGÊNCIA: 17/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 174/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: MARISTELA FAVARI MUNIZ
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 6.790,56
VIGÊNCIA: 17/02/2010 a 17/12/2010

CONTRATO Nº: 175/2009
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT
CONTRATADO: JOICI DE VARGAS CHROSTOWSKI
OBJETO: O contratado prestará ao contratante serviços sem vinculo empregatício na função de Professora, junto a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer.
VALOR R$: 7.193,11
VIGÊNCIA: 02/02/2010 a 30/07/2010

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N°001/2010

A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO, nomeada pela Portaria nº 091/2010, de 26 de fevereiro de 2010, tendo em vista a necessidade de continuidade do serviço público, e com amparo na Constituição Federal (Art. 37, inciso IX), Lei Municipal No. 2275/2009 e Lei Municipal 2320/2010, resolve,

Tornar público o presente Edital que estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado para Contratação, por prazo determinado, para o preenchimento das vagas, de Médicos de acordo com o constante no ANEXO I e II.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de **29, 30, 31/03 e 01/04/2010** das **07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h**, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, sito Av. Mato Grosso, s/n°. – Colíder, MT.

1.2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, que será afixado nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, em relação as quais não poderá alegar desconhecimento.

a) A inscrição é gratuita.
b) A inscrição poderá ser efetuada pessoalmente ou por procuração pública registrada em cartório.

1.3. A inscrição deverá ser formalizada com os seguintes critérios e documentos:

- Ficha de inscrição devidamente preenchida;
- Ser maior de 18 anos;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino);
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Ter grau de escolaridade exigida para o emprego, conforme especificado neste Edital;
- Não ter sido demitido por justa causa pela Prefeitura Municipal de Colider, observados os prazos prescritivos;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências no presente Edital;
- Não poderá mudar de emprego público municipal sem ter participado de outro processo seletivo.
- Cédula de Identidade (cópia);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) (cópia);
- Uma foto 3X4 (atual e de frente);
- Cópia dos documentos comprobatórios de escolaridade e de especialização exigida nesse Edital
- Cópia da carteira de Conselho de Classe em Mato Grosso (Obs. Os profissionais de outros estados deverão regularizar sua situação junto ao seu respectivo Conselho em Mato Grosso);

1.4. As informações prestadas na Ficha de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à Comissão Permanente do Processo Seletivo Simplificado o direito de indeferir a aludida inscrição e, conseqüentemente, excluir o candidato do processo Seletivo Simplificado aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que apresentar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

1.5. Das vagas destinadas aos Portadores de Deficiências
a) – Por força de disposição legal expressa no Art. 37, VIII, da Constituição Federal/88, ficam reservadas para fins de classificação final, 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, em cada perfil, às pessoas portadoras de deficiência, desde que em condições de exercerem as atribuições exigidas para o desempenho das atividades da função, e que tenham sido habilitadas em todas as fases do presente Processo Seletivo Simplificado;
b) – Consideram-se pessoas portadoras de deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999;
c) – Para concorrer ao Processo Seletivo Simplificado, reservado aos portadores de deficiência, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar a deficiência de que é portador, observando-se as exigências das atividades relativas à categoria do Processo Seletivo Simplificado a que concorre se são compatíveis com a deficiência de que é portador;
d) – O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá pleitear posteriormente em favor de sua situação, não podendo ser considerado portador de deficiência;
e) – Caso não haja a inscrição de candidatos que se declarem portadores de deficiência, ou que não estiverem dentro dos requisitos necessários, as vagas reservadas a eles serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

2. DO REGIME JURÍDICO

Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, após sua contratação, terão suas relações de trabalho regidas pelo Regime Estatutário conforme Lei 1543/2003 do município de Colíder/MT.

3. DA CARGA HORÁRIA

3.1. A carga horária e a remuneração dos contratados temporariamente serão de acordo com o ANEXO I.

4. DA SELEÇÃO

4.1. O processo seletivo simplificado constará de:

- Primeira etapa: Entrevista.

- Segunda Etapa: Prova escrita de conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais (História e Geografia do Estado de Mato Grosso) e Conhecimentos sobre Saúde Pública, com duração máxima de 04 (quatro) horas, conforme conteúdo programático constante do Anexo III.

5. DA ENTREVISTA

5.1. A convocação para as entrevistas será divulgada no dia 07.04.2010 a partir 08h00min no quadro de avisos, com data e local da entrevista.

5.2. As entrevistas serão no período de 08 e 09/04/2010.

5.3. A entrevista tem por finalidade avaliar o perfil do candidato, sua capacidade de compreensão, expressão oral, iniciativa perante o grupo, liderança, respeito e compatibilidade entre a sua expectativa para o cargo e as necessidades da Instituição.

5.4. A Entrevista valerá 40 (quarenta) pontos.

6. DAS PROVAS

6.1. A data de realização da prova escrita será no dia 11/04/2010 no horário das 8:00h às 12:00h nas dependências da Escola Municipal Fábio Ribeiro, sito a Av. Costa e Silva, esquina com a Travessa dos Bandeirantes, Centro, Colíder/MT.

6.2. O candidato deverá acompanhar, pelo quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colider e Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site www.colider.gov.br a publicação do Edital de homologação das inscrições e respectiva convocação para realização da prova objetiva.

6.3 Recursos pelo Indeferimento de inscrições: O Candidato que tiver sua inscrição indeferida, terá o prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas para interpor recurso escrito e fundamentado perante a Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

6.4. Os eventuais erros de digitação na identificação dos candidatos deverão ser comunicados e corrigidos no dia da prova.

6.5. Quando da realização das provas, os candidatos deverão comparecer no local determinado, com trinta minutos de antecedência ao horário de início das provas, munidos de comprovante de Inscrição, Cédula de Identidade e caneta esferográfica azul e/ou preta.

6.6. Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada ou repetição das provas.

6.7. Será excluído do processo de seleção o candidato que:

- Apresentar-se após o horário estabelecido para realização da prova;
- Não apresentar o documento de identidade exigido;
- Ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;

- For surpreendido se comunicando com outras pessoas ou utilizando livros, notas, impressos, telefone celular ou máquina calculadora.
- Lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
- Não devolver integralmente o material recebido;
- Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos.

6.8. A prova escrita, que valerá 60 (sessenta) pontos, constará de 30 (trinta) questões, destas 06 (seis) questões de Língua Portuguesa, 06 (seis) questões de Matemática, 06 (seis) questões de Conhecimentos Gerais (História e Geografia de Mato Grosso), e 12 (doze) questões de Conhecimentos sobre Saúde Pública e Específica da área Médica.

- A prova objetiva constará de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções e única resposta correta;
- O valor de cada questão será de 2,0 pontos, sendo a nota atribuída proporcionalmente ao número de acertos.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A classificação final será obtida pela soma da pontuação das questões da prova escrita, acrescido dos pontos obtidos na realização da entrevista.

7.2. Caso haja empate na média da classificação final de dois ou mais candidatos, serão considerados na classificação, pela ordem, os seguintes critérios:
- maior número de pontos na prova escrita;
- o candidato de maior idade.

7.3. O gabarito será divulgado no dia 13/04/2010 a partir das 08h00min no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colider, da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial e no site www.colider.gov.br.

7.4. Caberá interposição de recurso perante a Banca Examinadora da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado contra os resultados, dentro do prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas, após a divulgação do Gabarito.

7.5. A lista classificatória final será divulgada no dia 15.04.2010 a partir das 8h00min, nos quadros de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br.

7.6. Em caso de convocação, o candidato que não assumir a vaga deverá assinar o termo de desistência, no prazo máximo de dois dias.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ingresso no cargo/função ou emprego, portanto, a critério da Administração os candidatos aprovados conforme ordens de classificação serão convocados por Edital afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, para comparecimento no prazo de quatro (04) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subseqüente ao da publicação, para apresentação dos documentos exigidos para a contratação.

8.2. Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade a partir da assinatura do contrato, até 31 de dezembro do corrente ano, podendo ser renovado a critério da Administração Municipal.

8.3. Para início das atividades deverá ser apresentado os seguintes documentos, em duas vias:

a) - Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
b) - Titulo de Eleitor que comprova a quitação eleitoral;
c) - Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
d) - Carteira de Identidade (RG);
e) - Cartão de CIC (CPF);
f) - Certidão de Nascimento ou Casamento;
g) - 02 fotos 3x4 atuais;
h) - Carteira de Trabalho (cópia e original) para conferência de dados;
i) - Cartão PIS/PASEP;
j) - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
k) - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos;
l) - Comprovante de Sanidade Física e Mental.
m) - Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;
n) - Comprovante de Residência em nome do candidato;
o) - Carteira Nacional de Habilitação;
p) - Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);
q) - Declaração de Bens;

8.4. Será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:
- Não comparecer à convocação nos prazos determinados, observado os requisitos.
- Não apresentar a documentação exigida no prazo de quatro (04) dias úteis, contados do dia útil imediatamente posterior ao de seu comparecimento.

8.5. O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados no **item 8.3**.

8.6. O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1. O presente Processo Seletivo Simplificado tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

9.2. Surgindo novas vagas durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, os candidatos classificados poderão ser convocados observada a ordem de classificação conforme a necessidade da Instituição.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberá interposição de recurso perante a Banca Examinadora da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado contra: os resultados das demais etapas previstas neste Edital, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a divulgação da lista classificatória final, afixada em quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Colíder e da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, na imprensa oficial do município e no site: www.colider.mt.gov.br, 14/04/2010.

10.2. Os recursos previstos no item 10.1 deverão ser feitos por escrito, devidamente fundamentados e conter dados que informem sobre a identidade do reclamante e seu número de inscrição encaminhada para a Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico – Colider/MT.

10.3. Serão rejeitados os recursos protocolados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

10.4. Os recursos serão decididos em uma única instância, não se admitindo recurso da decisão da Banca Examinadora da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado.

10.5. Os resultados dos recursos serão afixados em quadro de avisos no local de divulgação das listas de classificação.

10.6. Os recursos julgados procedentes resultarão em anulação da(s) questão (ões) e pontuação à todos os candidatos.

Colíder/MT, 25 de março de 2010.

ANEXO I

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	PERFIL	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SUBSÍDIO
NÍVEL SUPERIOR	Médico Especialista	08	10 H	R$ 3.000,00
	Médico de PSF	04	40 H	R$ 10.000,00
	Médico Clínico Geral	01	40 H	R$ 9.848,71

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES DO CARGO

MÉDICO
Efetuar exames médicos em sua especialidade, emitir diagnósticos e prescrever medicamentos; realizar outras formas de tratamentos para diversos tipos de enfermidade; aplicar recursos da medicina preventiva e terapêutica; prestar atendimento de urgência, participando de programas, ministrando palestras, cursos para promover a saúde e bem estar do paciente e da comunidade; desenvolver atividades de assistência médica de prevenção, cura e reabilitação da criança, adulto e gestante; prestar acompanhamento contínuo e integral aos pacientes; observar as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas compatíveis com o cargo. Desenvolver suas atividades na zona urbana e rural, principalmente através de trabalhos itinerantes.

ANEXO III

PROPOSTA DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA NIVEL SUPERIOR: MÉDICO

LINGUA PORTUGUESA

I – Interpretação de textos:
1.Gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos; 3. Conjugação de verbos regulares e irregulares; defectivos e abundantes; 4. Infinitivo pessoal e impessoal; 5. Concordâncias nominal e verbal; 6. Regência verbal; 7. Crase; 8. Emprego de pronomes de tratamento; 9. Predicação verbal.

CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA

1. Conjuntos numéricos; 2. Funções de 1º e 2º Grau, 3.. Unidade de medidas (Capacidade, Volume, área, comprimento e Tempo); 4. Matrizes, determinantes e sistemas lineares; 5. Progressão aritmética e geométrica; 6. Probabilidade e Estatística.

CONHECIMENTOS GERAIS

Historia Política e Econômica de Mato Grosso
1. Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá; 1.1 Fundação de Cuiabá; 1.2 Idéias de administradores e primeiros desentendimentos; 1.3 Os Lemes; 1.5.Índios paiaguás; 1.6 Fundação de Vila Bela; 1.7 Capitães-generais de 1748 a 1821; 1.8 Forte de Coimbra; 1.9 Mato Grosso no Primeiro Império; 1.10 Os Alencastros; 1.12 Mato Grosso na Guerra do Paraguai; 113. Divisão do Estado.
Geografia de Mato Grosso
1.1 Mato Grosso e a região Centro-Oeste; 1.2 Geopolítica de Mato Grosso; 1.3 Ocupação do território; 1.4 Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; 1.5 Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; 1.6 Dinâmica da população em Mato Grosso; 1.7 Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; 1.8 A economia do Estado no contexto nacional; 1.9 A urbanização do Estado; 1.10 Produção e as questões ambientais.

CONHECIMENTOS SOBRE SAÚDE PÚBLICA

SAÚDE PÚBLICA
1. O papel da equipe de PSF inserida na comunidade; 2. Biossegurança; controle de infecção; 3. Legislação do SUS (Lei 8.080/90 Saúde do idoso, saúde do adolescente, doenças prevalentes na infância); 4. Legislações Pertinentes; 5. Programa de Assistência à mulher; 6. Vigilância Epidemiológica; 7. Ações preventivas junto à comunidade; 8. Campanhas sanitárias; 9. História da Saúde Pública no Brasil; 10. Prevenção e tratamento da Tuberculose, Hanseníase, Dengue e Malária; 11. Prevenção das doenças crônicas degenerativas (hipertensão, diabete, etc.); 12. Prevenção de doenças tropicais; 13. Noções de saúde e doenças; 14. Noções de anatomia e fisiologia humanas; 15. Higiene e profilaxia; noções de saúde, de alimentação, de habilitação corporal do vestuário; 16. Noções de saneamento básico e agravos à saúde; 17. Noções básicas de doenças infecto-contagiosas e defesas do organismo; 18. Funcionamento de hospitais públicos; centros de saúde e unidades públicas de saúde; 19. Programa Nacional de Imunização; Sistema Único de Saúde; Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança e do Adolescente; Programa de Assistência ao Idoso; Programa de Assistência à Gestante.

ANEXO IV

RESUMO DO EDITAL

Período de Inscrição	**29, 30, 31/03 e 01/04/2010**
Homologação das Inscrições	**05 de abril de 2010**
Convocação para entrevistas	**07 de abril de 2010**
Período de Realização de Entrevistas	**08 e 09 de abril de 2010**
Prova de conhecimento	**11 de abril de 2010**
Divulgação de Resultado das provas	**13 de abril de 2010**
Divulgação de Classificação Final	**15 de abril de 2010**

Prefeitura Municipal de Colniza

AVISO DE DISPENSA 006/2010

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto nº. 004/2010 de 05/01/2010 torna público para conhecimento de todos interessados, que com amparado no art. 24 Inc. X, da Lei 8.666/93, realiza a dispensa do procedimento n°. 4233/2010 – Dispensa de licitação nº. 006/2010, para locação de imóvel para o funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, Departamento de Vigilância Sanitária e Cridac, para atender as necessidades desta municipalidade.

Colniza/MT, 26 de março de 2010.

ÁDINA DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO REGISTRO DE PREÇO (PRESENCIAL) Nº 034/2010 – PMC
PROCESSO: 4218/2010

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz se saber aos interessados que se fará LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO (PRESENCIAL), O Objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, para suprir necessidades do município de Colniza/MT, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **13 de abril de 2010, às 08:00 (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza-MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **08:00 horas** do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em meio magnético, mediante entrega de um disquete vazio, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7:30 às 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas, via SITE www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via fax – (066) 3571-1000** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000.**

Colniza- MT 26 de março de 2010.

Antonio Apolinário
Pregoeiro Oficial

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2010

A Prefeitura Municipal de Colniza - MT, através do Pregoeiro Oficial, designado pelo Decreto Municipal nº. 003/2010, em cumprimento à Lei Federal nº. 10.520/2002, demais normas complementares, torna público para conhecimento dos interessados, que o pregão nº 029/2010, cujo objeto é Prestação de Serviço contratação de Casa de Apoio, foi declarado **DESERTO,** devido a ausência de empresas interessadas neste certame.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT em 23 de março de 2010.

ANTÔNIO APOLINÁRIO
PREGOEIRO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Conquista D' Oeste

EDITAL Nº 001/2010

O Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 165 da Constituição Federal e, artigo 48, da Lei Complementar n.º 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) de 04.05.2000, torna público que no dia *09 de Abril de 2010, às 16:00h, no Plenário da Câmara de Vereadores será realizada Audiência Pública* **com a finalidade de apresentar a proposta de Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2011, onde serão definidas as metas e objetivos governamentais prioritários para o referido exercício financeiro com base no Plano Plurianual de Governo para o período 2010/2013.**

Ficam dessa forma convocados todos os cidadãos com domicílio no Município de Conquista D'Oeste, a participarem do evento, podendo expressar suas opiniões e sugestões viáveis para formalização da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2011.

Edifício da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, aos 25 dias do Mês de Março de 2010.

Jair Podavin Ferreira
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/2010

O Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 165 da Constituição Federal e, artigo 48, da Lei Complementar n.º 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) de 04.05.2000, torna público que no dia *30 de Março de 2010, às 09:00h, na Aldeia Indígena Três Lagoas – Reserva Indígena dos Parecis –será realizada a Audiência Pública* **com a finalidade de apresentar a proposta de Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2011, onde serão definidas as metas e objetivos governamentais prioritários para o referido exercício financeiro com base no Plano Plurianual de Governo para o período 2010/2013.**

Fica dessa forma convocada toda a comunidade indígena e demais cidadãos do Município de Conquista D'Oeste, a participarem do evento, podendo expressar suas opiniões e sugestões viáveis para formalização da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2011.

Edifício da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste, aos 25 dias do Mês de Março de 2010.

Jair Podavin Ferreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Denise

LEI MUNICIPAL Nº 559/2010

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMUTAR A QUADRA 59, DE PROPRIEDADE PÚBLICA MUNICIPAL, PELA QUADRA 56, DE PROPRIEDADE DA ESCOLA ESTADUAL JOAQUIM AUGUSTO DA COSTA MARQUES, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo a proceder, em nome do Município de Denise-MT, a permuta pura e simples da Quadra nº 59 de propriedade do Município, pela Quadra nº 56, de propriedade da Escola Estadual Joaquim Augusto da Costa Marques, para fins de regularização dominial.

Parágrafo único - Os imóveis de que trata o *caput* deste artigo encontram-se livres e desembaraços de quaisquer ônus ou gravames.

Art. 2º - A permuta dá-se pela disponibilidade de ambas as partes, na forma da lei, e a entrega dos respectivos bens permutados se fará pela tradição comum.

Art. 3º - Cada parte assumirá com o ônus decorrente da escrituração definitiva do imóvel permutado.

Art. 4º - Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

Art. 5º - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, tributárias e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Parágrafo único – Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto Municipal.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 560/2010.

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTABELECER NORMAS DE LANÇAMENTO E DE COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO – IPTU DE 2010, DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E A ISENÇÃO DE ENCARGOS NA COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 01 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano será lançado no mês de Maio de 2.010 em Cota Única ou em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas.

Art. 2º - A Cota Única do IPTU de 2.010 será lançada e poderá ser concedido desconto para o pagamento nas seguintes condições:

I – Todas as situações:

a) Cota Única com vencimento até 20/06/2.010, desconto de 20 %;

Art. 3º - A data de vencimento das Cotas Únicas e Parcelas do Imposto Predial, emitidas através de carnês de pagamento, ou de boletos bancários, será conforme especificado no quadro abaixo:

PARCELA	VENCIMENTO
01 e Cota Única	20/06/2.010
02	20/07/2.010
03	20/08/2.010

Parágrafo único - Para o Imposto Territorial as datas de vencimento das Cotas Únicas e demais parcelas serão as mesmas estipuladas para o Imposto Predial, constantes do "*caput*" deste artigo.

Art. 4º - As guias (carnês de pagamento ou boletos bancários) para recolhimento do Imposto IPTU/2010 serão entregues pelos Correios, pela Prefeitura, através de seus agentes de serviços, ou através das próprias agências bancárias estabelecidas na cidade.

Art. 5º - O contribuinte que não concordar com o valor do lançamento do IPTU, poderá requerer revisão até o dia 10/06/2.010.

§ 1º - Ao requerer a revisão do lançamento do IPTU, o contribuinte deverá fazer juntada dos documentos comprobatórios de suas alegações.

§ 2º - Nos casos em que não houver prova das alegações, o contribuinte deverá assinar Declaração assumindo a responsabilidade pelas informações apresentadas.

Art. 6º - O prazo para requerer a isenção prevista no Código Tributário Municipal, será até o dia 10 de junho de 2.010.

Art. 7º - Fica igualmente autorizado ao Chefe do Poder Executivo a conceder, em nome do município de Denise-MT, a isenção de juros, multas e correção monetária dos débitos fiscais inscritos em dívida ativa a serem negociados até o dia 20 de junho do corrente exercício.

Art. 8º - A dívida ativa de cada contribuinte executado ou não, poderá ser paga em até 08 (oito) parcelas, desde que cada parcela não seja inferior ao valor de R$20,00 (vinte reais).

Art. 9º - O parcelamento deverá ser feito mediante requerimento do interessado, efetuado em modelo próprio, junto ao Departamento de Cadastro e Tributação da Prefeitura Municipal.

Art. 10 - Poderá ser parcelada as dívidas executadas judicialmente, ficando o município encarregado ao final da quitação requerer a extinção do processo junto ao Poder Judiciário da Comarca sem ônus para as partes, na forma que preceitua o artigo 26 da Lei Federal nº 6380/80 – Lei de Execução Fiscal.

Art. 11 - A dívida inerente a parcelamento anterior não quitado deverá ser paga obrigatoriamente, no máximo, em 06 (seis) parcelas.

Art. 12 - O Chefe do Poder Executivo deverá fazer ampla divulgação dos benefícios concedidos por esta lei.

Art. 13 - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, sendo que os benefícios dela resultante não constituem renuncia de receita.

Art. 14 - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, fiscais, tributárias e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 10 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 561/2010.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O PLANO DE INCENTIVOS A PROJETOS HABITACIONAIS POPULARES, VINCULADO AO PROGRAMA FEDERAL "*MINHA CASA, MINHA VIDA*", NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Denise-MT o Plano de Incentivos a Projetos Habitacionais Populares, vinculado ao Programa Federal "Minha Casa, Minha Vida".

Parágrafo único. Os incentivos previstos na presente Lei destinam-se a empreendimentos voltados a famílias com renda mensal de até 06 (seis) salários mínimos, e que, obrigatoriamente, estejam cadastradas na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, ou Secretaria Municipal de Ação Social de Denise-MT.

Art. 2º O Plano de Incentivos de que trata esta Lei tem como objetivos principais:

I - atender as famílias que deverão ser removidas das áreas de risco ou áreas consideradas inadequadas para habitação;

II - reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda;

III - fomentar a participação da iniciativa privada na execução de projetos destinados à solução dos problemas habitacionais no Município.

Art. 3º Os empreendimentos de que trata a presente Lei ficam isentos dos seguintes tributos:

I – taxas e emolumentos incidentes sobre a expedição de diretrizes urbanísticas, de análises, aprovações e certificados de conclusão;

II – ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis – incidente sobre a primeira transmissão do imóvel produzido com base na presente Lei, ao adquirente cadastrado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, ou Secretaria Municipal de Ação Social de Denise-MT;

III – ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectivas engenharias consultivas, inclusive serviços auxiliares ou complementares típicos da construção civil, a reparação, conservação, reforma e demolição de edifícios, prestados diretamente para implantação de parcelamento do solo e/ou de unidades acabadas unifamiliares ou multifamiliares.

§ 1º - A concessão da isenção prevista no inciso III deste artigo refere-se aos serviços prestados no próprio local da obra ou com esta especificamente relacionados, previstos na Lista de Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

§ 2º - A alíquota do ISSQN incidente sobre os serviços relacionados ao programa previsto nesta Lei, não mencionados no inciso III deste artigo, será de 2% (dois por cento).

§ 3º - As isenções previstas nos incisos I e III e a alíquota estipulada no § 2º deste artigo abrangem o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do Certificado de Conclusão de Obras – CCO.

§ 4º - O disposto neste artigo não gera direito de restituição se o tributo foi regularmente pago em momento anterior à publicação desta Lei.

Art. 4º - Ficam isentos do pagamento da contrapartida de interesse social, os empreendimentos habitacionais destinados a famílias cadastradas na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, ou Secretaria Municipal de Ação Social de Denise-MT, com renda familiar de até 03 (três) salários mínimos.

Parágrafo único - Tratando-se de empreendimento destinado apenas em parte a famílias com renda de até 03 (três) salários mínimos, o valor da contrapartida deverá ser apurado proporcionalmente, descontando-se da base de cálculo o percentual destinado a estas famílias.

Art. 5º Os loteamentos destinados a famílias de baixa renda de que trata a presente Lei, poderão ser aprovados mediante garantia para a execução das obras de infraestrutura, prestada nas seguintes modalidades:

I – depósito em dinheiro em conta bancária específica para este fim;

II – caução em lotes no próprio empreendimento, mediante escritura de garantia hipotecária;

III – garantia hipotecária em imóveis localizados no Município de Denise-MT.

Art. 6º - Na inviabilidade de apresentação das garantias previstas no art. 5º desta Lei, o Município de Denise-MT poderá aceitar as seguintes garantias:

I – seguro-garantia;

II – fiança bancária.

Parágrafo único - As garantias previstas neste artigo devem ser estipuladas pelo prazo de execução das obras previsto no respectivo cronograma, acrescido de 03 (três) meses.

Art. 7º - Comprovada a obtenção do financiamento junto ao Programa "Minha Casa, Minha Vida", o Município poderá liberar a garantia para as obras abrangidas pelo contrato com o agente financeiro.

Art. 8º - Para o fim de fomentar a construção e comercialização de habitações destinadas à população com renda de até 06 (seis) salários mínimos, fica o Município autorizado a alienar, observada a legislação aplicável, os bens imóveis de propriedade pública municipal, mediante:

I – venda;

II – doação com encargo;

III – permuta com outros bens imóveis situados no Município.

§ 1º - A doação prevista no inciso II deste artigo será realizada para a utilização do bem em empreendimentos habitacionais populares, de que trata a presente Lei.

§ 2º - A permuta prevista no inciso III somente será realizada quando o imóvel particular se destinar a empreendimentos habitacionais populares, de que trata a presente Lei.

Art. 9º - Fica autorizado o Município a firmar parcerias, convênios e outros contratos para fomentar a produção de habitações destinadas a famílias de baixa renda.

Art. 10 - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2010 e nos demais subsequentes, suplementadas se necessário.

Parágrafo único - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2010/2013 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2010 e dos demais exercícios subsequentes.

Art. 11 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 13 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LEI MUNICIPAL Nº 562/2010.

EMENTA: CONSOLIDA DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE DISPÕE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE DENISE-MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica consolidada a criação da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelecida as normas gerais para a sua adequada aplicação, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos desta Lei.

§ 1º - O município destinará, dentro de suas disponibilidades orçamentárias, recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

§ 2º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - conselho Tutelar.

Art. 4º - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III do artigo 2º ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão à:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) colocação familiar;

d) creches.

§ 2º - Os serviços especiais visam à:

a) prevenção e atendimento médico, assistencial e psicológico às vítimas de negligência;

b) maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

c) identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

d) proteção jurídica social.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador da política de atendimento à Criança e ao Adolescente, em todos os níveis, de implementação dessa mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização e planos de aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território municipal observado a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 1º - O Conselho administrará o fundo de recursos destinados ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim constituído:

a) pela dotação consignada anualmente no orçamento do município, para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

b) pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

d) pelos valores provenientes de multas, decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas, previstas na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º - Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido na declaração de imposto sobre a renda o total das doações feitas ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente comprovadas, e obedecidas os limites e disposições do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 6º - Os atos deliberativos do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos do Executivo.

Parágrafo único - A aludida publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - O Conselho Municipal poderá utilizar-se de funcionários cedidos por órgãos públicos e privados.

SEÇÃO II
DA COMPOSIÇÃO E MANDATO DOS REPRESENTANTES DO GOVERNO E DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de dez (10) membros titulares e dez (10) suplentes, sendo:

I - cinco (05) membros representando o Poder Público Municipal, provenientes dos seguintes órgãos:

a) dois (02) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) dois (02) representantes das creches Municipais designados pela gestão da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

c) um (01) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

II - cinco (05) representantes escolhidos pelas entidades representativas da sociedade civil, desde que legalmente constituídas há pelo menos um (1) ano, sendo:

a) um (01) representante de Entidades não Governamentais de Defesa ou Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

b) um (01) representante dos trabalhadores da Educação;

c) três (03) representantes de Associações ou Organizações representativas da Sociedade Civil Organizada, nos termos do inciso II do artigo 204 da Constituição Federal.

Art. 9º - Os representantes do governo junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser designados pelo Chefe do Executivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a sua posse.

§ 1º - Para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho.

§ 2º - O exercício da função de conselheiro, titular e suplente, requer disponibilidade para efetivo desempenho de suas funções em razão do interesse publico e da prioridade absoluta assegurado aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 10 - O mandato do representante governamental no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente está condicionado à manifestação expressa contida no ato designatório da autoridade competente.

§ 1º - O afastamento dos representantes do governo junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho.

§ 2º - A autoridade competente deverá designar o novo conselheiro governamental no prazo máximo da assembleia ordinária subsequente ao afastamento a que alude o parágrafo anterior.

Art. 11 - A representação da sociedade civil garantirá a participação da população por meio de organizações representativas.

§ 1º - Poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos com atuação no âmbito territorial correspondente.

§ 2º - A representação da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diferentemente da representação governamental, não poderá ser previamente estabelecida, devendo submeter-se periodicamente a processo democrático de escolha.

§ 3º - O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deve observar o seguinte;

a) instauração pelo Conselho do referido processo, até 60 dias antes do término do mandato;

b) vedada a convocação de assembleia para deliberar exclusivamente sobre a escolha.

§ 4º - O mandato no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à organização da sociedade civil eleita, que indicará um de seus membros para atuar como seu representante.

§ 5º - A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada para que não cause prejuízo algum às atividades do Conselho.

§ 6º - O Ministério Público deverá ser solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil.

Art. 12 - É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 13 - O mandato dos representantes da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente será de 02 (dois) anos, vedada à prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

SEÇÃO III
DOS IMPEDIMENTOS, DA CASSAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 14 - Não deverão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento;

I - conselhos de qualquer natureza, inclusive de políticas públicas;

II - representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - conselheiros Tutelares.

Parágrafo único - Também não deverão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional, Distrital ou Federal.

Art. 15 - O Regimento Interno deverá dispor sobre as situações em que os representantes do governo e das organizações da sociedade civil poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados, notadamente quando:

I - for constatada a reiteração de faltas injustificadas às sessões deliberativas do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da referida Lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal;

III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art.4º, da Lei nº 8.429/92.

Parágrafo único - A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

SEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 16 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13.07.90) e, em especial:

I - formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, assim como avaliando e controlando seus resultados;

II - gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais;

III - zelar pela execução dessas políticas, atendida as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros, ou da zona urbana ou rural;

IV - opinar nas formulações das políticas sociais básicas, podendo estabelecer as prioridades a serem incluídas no planejamento da Administração Municipal, em tudo a que se refira ou que possa afetar as condições de vida da criança e do adolescente;

V - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das iniciativas que envolvam crianças e adolescentes e que possam afetar seus direitos;

VI - incumbe ainda ao Conselho de que trata a Resolução nº 105 do CONANDA zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme o previsto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", combinado com os arts. 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90, e no art. 227, caput, da Constituição Federal;

VII - as decisões do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências, vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada, em respeito aos princípios constitucionais da participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

VIII - encaminhar mensalmente ao CMDCA, relatório das atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar, bem como o número de atendimentos realizados visando implantação de políticas públicas voltadas à demanda exigida;

IX - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente que mantenham programas de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) colocação sócio-familiar;

d) fornecer e manter as creches.

X - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no Município, visando a cumprir as normas constantes do referido Estatuto;

XI - instituir grupos de trabalhos, comissões, incumbidos de oferecer subsídios para as normas e procedimentos relativos ao Conselho Municipal;

XII - manifestar-se e opinar quando da implantação de equipamentos sociais, iniciativas e proposições relacionadas à criança e ao adolescente no município;

XIII - propor modificações nas estruturas da Coordenadoria e Órgãos da Administração ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - elaborar seu Regimento Interno;

XV - solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato;

XVI - nomear e dar posse aos membros do Conselho;

XVII - opinar sobre o orçamento municipal destinado à assistência social, saúde e educação, bem como ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;

XVIII - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude;

XIX - fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e de demais receitas, aplicando necessariamente percentual para o incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar (Lei Federal nº 8.069, de 13.07.90, artigo 260, § 2º);

XX - fixar remuneração dos membros do Conselho Tutelar, observando que esta não seja inferior ao Padrão N1 da política Salarial da Administração Municipal;

XXI - organizar e manter atualizado o cadastro das entidades governamentais e não governamentais, banco de dados e programas de atendimento às crianças e adolescentes no Município, visando a subsidiar pesquisas e estudos;

XXII - mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente;

XXIII - incentivar a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos necessários ao adequado cumprimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990;

XXIV - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se referem os incisos I e III do artigo 2º desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais e/ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento.

§ 1º - Caberá à administração pública o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que se façam presentes às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais representarem oficialmente o Conselho, para o que haverá dotação orçamentária específica.

§ 2º - É obrigação do Conselho da Criança e do Adolescente participar efetivamente do "Orçamento Criança e Adolescente" por tratar-se de uma peça por meio da qual se pode evidenciar e especificar qual o montante de recursos referente às ações destinadas "exclusiva ou prioritariamente" à criança e ao adolescente. O PPA é um dos principais instrumentos de consulta para a elaboração do "Orçamento Criança e Adolescente".

Art. 17 - Cabe à Administração Pública, no nível do Poder Executivo, fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A dotação orçamentária a que se refere o caput deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros;

§ 2º - O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 18 - Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão elaborar um regimento interno que defina o funcionamento do órgão, prevendo dentre outros os seguintes itens:

a) a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria definindo suas respectivas atribuições;

b) a forma de escolha dos membros da presidência do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil organizada;

c) a forma de substituição dos membros da presidência na falta ou impedimento dos mesmos;

d) a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e permita a participação da população em geral;

e) a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

f) a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

g) o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

h) as situações em que o quorum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

i) a criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

j) a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta;

k) a forma como se dará a participação dos presentes na assembleia ordinária;

l) a garantia de publicidade das assembleias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

m) a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias com a previsão de solução em caso de empate;

n) a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, observada a legislação específica;

o) a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário;

p) O regimento compõe-se de normas de organização e funcionamento interno do Conselho, não gerando direitos e vantagens em favor dos conselheiros e obrigações para terceiros.

CAPÍTULO IV
DO REGISTRO DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 19 - Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, da Lei nº 8.069/90, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput e no que couber, as medidas previstas nos arts. 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90;

b) a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução na sua base territorial por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único - O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, ainda, realizar periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 20 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no art. 91 da Lei 8.069/90.

Parágrafo único - Os documentos a serem exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21 - Quando do registro ou renovação, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o auxílio de outros órgãos e serviços públicos, deverão certificar-se da adequação da entidade e/ou do programa, às normas e princípios estatutários, bem como a outros requisitos específicos que venha a exigir, por meio de resolução própria.

§ 1º - Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas pelo art. 91, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90 e em outras situações definidas pela mencionada resolução do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 2º - Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90 e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 3º - O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§ 4º - Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 22 - Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no respectivo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos arts. 95, 97, 191,192 e 193 da Lei nº 8.069/90. (alterado pela Resolução n° 116/2006).

Art. 23 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme o previsto nos arts. 90, parágrafo único, e 91, caput, da Lei nº 8.069/90.

CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
SEÇÃO I
DA CRIAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 24 – Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Denise-MT, com o objetivo de captar e aplicar recursos no desenvolvimento de atividades em benefício das crianças e dos adolescentes, de acordo com as deliberações do Conselho a que se refere o artigo 4º desta Lei, compreendendo:

I – o registro dos recursos orçamentários próprios e dos provenientes de transferências do Município, do Estado ou da União, em prol da criança e do adolescente;

II – o registro dos recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III – a manutenção e o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – a liberação dos recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, bem como a administração dos recursos específicos para o atendimento de seus direitos, de acordo com as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Art. 25 – O Fundo a que se refere o artigo anterior ficará subordinado diretamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual competem a sua gestão e o estabelecimento de políticas de aplicação de seus recursos.

Parágrafo único – Atribui-se ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, relativamente ao Fundo, firmar, juntamente com o responsável pelos controles da execução orçamentária, os demonstrativos de receita e despesa do Fundo.

Art. 26 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá, ainda, um Serviço Administrativo, responsável pela administração, contabilidade e movimentação dos recursos financeiros a cargo da Secretaria de Assistência Social e do Departamento de Controle Contábil e Financeiro da Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 27 – São atribuições do Serviço Administrativo:

I – preparar as demonstrações mensais da receita e da despesa a serem encaminhadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – prestar contas às entidades governamentais e não governamentais das quais tenha recebido doações, subvenções ou auxílios;

III – manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV – providenciar os demonstrativos que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo;

V – apresentar, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo, detectada nos demonstrativos mencionados no inciso anterior;

VI – manter, em conjunto com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais do Município, os controles necessários sobre os bens patrimoniais sob a responsabilidade do Fundo.

SEÇÃO III
DOS RECURSOS DO FUNDO
SUBSEÇÃO I
DAS RECEITAS DO FUNDO

Art. 28 – São receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – os recursos financeiros anualmente previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento-Programa do Município e efetivamente aplicados, bem como os provenientes de créditos adicionais que venham a ser autorizados;

II – os auxílios, subvenções, doações e transferências de órgãos ou entidades estaduais, federais ou privadas;

III – as doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

IV – o produto de convênios firmados com outras entidades filantrópicas;

V – os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

VI – o produto de vendas de materiais e publicações em eventos realizados.

§ 1º – As receitas descritas nos incisos do caput deste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§ 2º – A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I – da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II – de prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SUBSEÇÃO II
DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 29 – Constituem ativos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – disponibilidades monetárias em bancos ou em caixa especial, oriundas das receitas especificadas nesta Lei;

II – bens móveis e imóveis que lhe forem destinados pelo Município;

III – bens móveis ou imóveis a ele doados, com ou sem ônus;

IV – outros bens e direitos que, porventura, vier a constituir.

SUBSEÇÃO III
DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 30 – Constituem passivos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as obrigações de qualquer natureza que venha a assumir para o desenvolvimento da política municipal dos direitos da criança e do adolescente.

SEÇÃO IV
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE DO FUNDO

Art. 31 – O orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo único – Em obediência ao princípio da unidade, o orçamento do Fundo integrará o do Município.

Art. 32 – A contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente objetiva evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária das ações em benefício das crianças e dos adolescentes, observados os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 33 – A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente, e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, consequentemente, de concretizar o seu objetivo, interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 34 – A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.

§ 1º – A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive dos custos dos serviços.

§ 2º – Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e de despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais demonstrações exigidas pela administração e pela legislação pertinente.

§ 3º – As demonstrações e os relatórios produzidos passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

SEÇÃO V
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO

Art. 35 – A despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente constituir-se-á de:

I – financiamento total ou parcial de programas governamentais e não governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, devidamente aprovado pelo CMDCA;

II – financiamento de capacitações para conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente, conselheiros tutelares, profissionais e gestores que atuam na área da execução das políticas de atendimento da criança e do adolescente;

III – pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos relacionados à criança e ao adolescente;

IV – pagamento de serviços eventuais prestados por pessoas físicas, em conformidade com a legislação vigente;

V – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física para o desenvolvimento das ações relativas à criança e ao adolescente;

VI – atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução de seus objetivos, e transferência de recursos para atendimento da política de atenção à criança e ao adolescente.

Art. 36 – A execução orçamentária das receitas processar-se-á através da obtenção do seu produto nas fontes especificadas nesta Lei.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO TUTELAR
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - Fica recriado o Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, vinculado financeira e administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, encarregada de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco (5) membros titulares e cinco (5) suplentes, na forma do artigo 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente, para mandato de três (3) anos, permitida uma reeleição.

Art. 38 – Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente e exercer as seguintes atribuições:

I – atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no respectivo Estatuto, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis ou em razão de sua conduta, aplicando-se as seguintes medidas:

a) encaminhamento aos pais ou responsável;

b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;

c) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;

d) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;

e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

g) abrigo em entidade assistencial, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis e, se for o caso, aplicar-lhes as seguintes medidas:

a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;

b) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

c) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

d) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado;

g) advertência.

III – promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nas alíneas "a" usque "f" do inciso I do caput deste artigo, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra programas ou programações de rádio e televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, e contra a propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio-poder.

§ 1º – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta pela autoridade judiciária, não importando em privação de liberdade.

§ 2º - Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante do artigo 147 da Lei Federal nº 8.069/90(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

Art. 39 - A eleição dos membros efetivos do Conselho Tutelar será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante Edital publicado na Imprensa local, com pelo menos sessenta (60) dias de antecedência, marcando data, horário e local de votação, bem como o prazo e demais normas para o registro das candidaturas.

§ 1º - O Conselho Tutelar terá uma coordenação, formada por dois Conselheiros, sendo um Coordenador e um Vice-Coordenador com mandato de um (01) ano, não permitido a recondução, eleita em fórum próprio pelos seus pares, sob a coordenação e responsabilidade do CMDCA.

§ 2º - A Coordenação de que trata o parágrafo anterior tem a finalidade de coordenar e uniformizar as atividades do Conselho Tutelar no cumprimento de suas atribuições em conformidade com o ECA e demais leis: Municipal e Estadual que trata sobre os Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º - As regras para eleição do Coordenador e do Vice-Coordenador do Conselho Tutelar, será estipulada pelo Regimento Interno elaborado pelo CMDCA.

§ 4º - A renovação do Conselho Tutelar terá publicação em edital seis (6) meses antes do término dos mandatos dos eleitos pela primeira vez, e assim sucessivamente.

§ 5º - O CMDCA oficiará ao Ministério Público para dar ciência do início do seu processo eleitoral, em cumprimento ao artigo 139 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º - O voto será direto, secreto e facultativo, em pleito realizado sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público.

§ 7º - No Edital e no Regimento Interno constarão a composição das Comissões de Organização do pleito, de seleção e elaboração de prova, e banca entrevistadora, criadas e escolhidas por Resolução do CMDCA.

SEÇÃO II
DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR
DOS REQUISITOS E DO REGISTRO DOS CANDIDATOS

Art. 40 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão obedecidos os critérios do Artigo 133 da Lei 8069/90, além de outros requisitos que podem estar nesta Lei.

Parágrafo único - A aplicação de prova de aferição de conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes será, exclusivamente, para fins de habilitação dos candidatos ao processo de escolha.

Art. 41 - Os Conselheiros Tutelares devem ser escolhidos mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos do município maiores de dezesseis anos, em processo regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que também ficará encarregado de dar-lhe publicidade, sendo fiscalizado, desde sua deflagração, pelo Ministério Público.

§ 1º - Nas hipóteses de abuso de poder econômico, o registro da candidatura do Conselheiro Tutelar será embargado para fins de nomeação.

§ 2º - Considera-se abuso de poder econômico no processo de escolha:

a) uso de instituições não governamentais, partidos políticos ou entidades religiosas para gerenciar a candidatura dos Conselheiros Tutelares;

b) promessa ou recompensa à população para participar do processo de escolha.

Art. 42 - Serão escolhidos no mesmo pleito, cinco conselheiros titulares e cinco conselheiros suplentes para um mandato de três anos.

Parágrafo único - No caso da inexistência de no mínimo 2 (dois) suplentes, em qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar novo processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, na forma prevista nesta Lei.

Art. 43 - O resultado final de todo processo de escolha será publicado em jornal de maior circulação do Município indicando dia, hora e local da nomeação e posse dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes.

Art. 44 - Será permitida aos Conselheiros Tutelares a participação em novo mandato, desde que exercida a titularidade sem interrupção pelo período não superior a 6 meses do prazo estabelecido pela Lei 8069/90, sendo vedadas medidas de qualquer natureza que abreviem ou prorroguem esse período.

Parágrafo único - A nova participação consiste no direito do Conselheiro Tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao novo processo de escolha em todas as suas etapas, vedada qualquer outra modalidade de participação.

Art. 45 - Para os fins do art. 140 da Lei 8069/90, quanto aos impedimentos, consideram-se também as relações de fato, na forma da legislação civil vigente.

Parágrafo único - Os impedimentos descritos no Parágrafo Único do art. 140 da Lei 8069/90, não se aplicam aos casos de licença previstos na legislação administrativa própria.

Art. 46 - A candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar será individual e sem vinculação a partidos políticos.

Art. 47 - Os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar poderão promover sua inscrição no processo eleitoral, mediante requerimento assinado e protocolado junto ao CMDCA, devidamente instruído com os documentos estabelecidos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - bons antecedentes, comprovados por certidões do cartório distribuidor civil e criminal da Comarca;

III - idade superior a vinte e um (21) anos;

IV - residir no município há mais de cinco (5) anos, comprovadamente;

V - estar no gozo de seus direitos políticos;

VI - apresentar, no momento da inscrição, certificado de conclusão de 1º grau ou equivalente;

VII - ter conhecimentos mínimo de informática básica;

VIII - comprovação de experiência de, no mínimo, dois (2) anos, em trabalho ou atividades sistemáticas na área da criança e do adolescente, mediante relatórios circunstanciados, fornecidos pelas entidades onde elas foram realizadas;

IX - prova de afastamento de cargo executivo ou consultivo de entidade que possua em seus estatutos sociais ou desenvolva comprovadamente como objetivo, a defesa dos direitos ou o atendimento direto ou indireto da criança e do adolescente;

X - ter sido aprovado em prova de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a realidade do Município, bem como em entrevista com profissional habilitado na área de psicologia, exames estes formulados por uma Comissão designada pelo CMDCA.

Art. 48 - O CMDCA divulgará a relação de todos os candidatos, com respectiva classificação obtida nas provas citadas no inciso VIII do art. 34.

§ 1º - Caberá recurso contra os resultados divulgados no prazo de dois (2) dias úteis, a contar da divulgação da lista dos habilitados.

§ 2º - Após o julgamento dos recursos pela Comissão, o CMDCA fará publicar a relação dos candidatos habilitados a concorrer ao pleito.

Art. 49 - Cada candidato, após cumprido o disposto no art. 34, registrará sua candidatura, em até cinco (5) dias úteis após a publicação da relação dos habilitados.

Parágrafo único - O candidato poderá registrar, além do nome, um cognome, e terá um número, que será correspondente ao da ordem de sua inscrição.

Art. 50 - Encerrado o registro, será aberto prazo de três (3) dias para impugnações, que correrá da data da publicação do Edital na imprensa local.

§ 1º - Qualquer cidadão ou entidade ligada à área de defesa dos direitos ou atendimento à criança e adolescente poderá impugnar em até três (3) dias úteis qualquer candidatura, mediante prova de que os requisitos estabelecidos no art. 34 não foram corretamente preenchidos.

§ 2º - O CMDCA terá prazo de três (3) dias úteis para analisar o pedido de impugnação de candidatura, divulgando sua deliberação em igual prazo.

§ 3º - O candidato impugnado poderá apresentar contestação quanto à impugnação no prazo de três (3) dias úteis, após cientificado pelo CMDCA de seu teor.

§ 4º - Julgadas em definitivo todas as impugnações, o CMDCA publicará Edital, com a relação dos candidatos habilitados ao pleito eleitoral.

Art. 51 - O processo de escolha será sempre aos domingos, no horário das 8 às 16 horas, ininterruptamente.

§ 1º - Às 16 horas serão distribuídas senhas aos presentes, impedindo o voto daqueles que se apresentarem após esse horário.

§ 2º - Serão vedados a inscrição da candidatura e o voto por procuração.

Art. 52 - A propaganda em vias e logradouros públicos obedecerá aos limites impostos pela legislação municipal pertinente e garantirá a utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.

SEÇÃO III
DA REALIZAÇÃO DO PLEITO

Art. 53 - A propaganda irreal, insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela comissão organizadora, que, se entendê-la incluída nestas características, determinará a sua suspensão.

Art. 54 - Não será permitido, no prédio onde se der a votação, qualquer tipo de propaganda de candidato, aliciamento ou convencimento dos votantes, durante o horário de votação.

Art. 55 - As cédulas serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo aprovado pelo CMDCA, e serão rubricadas por um membro da Comissão Eleitoral, pelo presidente da mesa receptora e por um mesário.

§ 1º - O eleitor poderá votar em até cinco (5) candidatos.

§ 2º - Na cabine de votação serão fixadas as listas com relação dos nomes, codinome e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

Art. 56 - As Escolas, Entidades Sociais, Clubes de Serviço e Organizações ou Associações da Sociedade Civil poderão ser convidados pelo CMDCA para indicar representantes para comporem as mesas receptoras e/ou apuradoras.

Art. 57 - Cada candidato poderá credenciar, no máximo, um (1) fiscal para cada mesa receptora ou apuradora.

Art. 58 - Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente à contagem dos votos e à sua apuração, sob responsabilidade do CMDCA e fiscalização do Ministério Público.

SEÇÃO IV
DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 59 - Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de sufrágios recebidos.

§ 1º - Os cinco (5) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os cinco (5) seguintes, pela respectiva ordem de votação, como suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

§ 3º - Os concorrentes poderão interpor recurso do resultado final, sem efeito suspensivo, no prazo de quarenta e oito (48) horas, a contar da afixação do boletim respectivo.

§ 4º - O recurso fundamentado deverá ser interposto por escrito perante a Comissão Organizadora, que terá cinco (5) dias para decidir.

§ 5º - Os membros escolhidos, titulares e suplentes, serão diplomados pelo CMDCA, com registro em ata, e será oficiado ao Chefe do Poder Executivo, para que sejam nomeados com a respectiva publicação no jornal oficial do Município e, após, empossados.

Art. 60 - Os membros escolhidos como titulares submeter-se-ão a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos, promovidos por uma assessoria a ser designada pelo CMDCA.

SEÇÃO V
DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 61 - As atribuições e obrigações dos Conselheiros e Conselho Tutelar são as constantes da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da Legislação Municipal em vigor.

Art. 62 - No desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ou mesmo ao Ministério Público.

Parágrafo único - Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, as instâncias corregedoras ou controladores dos órgãos

do caput deste art. deverão ser comunicadas imediatamente para as devidas providências administrativas e judiciais.

Art. 63 - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada na forma do art. 137 da Lei 8069/90.

Art. 64 - Sendo o Conselheiro Tutelar servidor público municipal, fica-lhe facultado optar entre vencimentos e padrões de seu cargo ou pela remuneração de Conselheiro, sendo vedada a acumulação de vencimentos.

Parágrafo único - O servidor público municipal será afastado de seu cargo no serviço público municipal, mediante comunicação dirigida ao titular da Secretaria Municipal em que estiver lotado, sendo-lhe assegurada a contagem de tempo como Conselheiro Tutelar para todos os fins, na forma que dispuser legislação específica.

Art. 65 - Os membros do Conselho Tutelar cumprirão jornada de oito (8) horas diárias de trabalho, de segunda a sexta-feira, e plantão com escala estabelecida entre seus membros, compreendendo inclusive horário noturno, aos sábados, domingos e feriados.

Parágrafo único - A forma de funcionamento será estabelecida pelo Regimento Interno a ser elaborado pelo CMDCA.

Art. 66 - O Conselho Tutelar se manterá com os recursos e espaço físico disponibilizados pelo Poder Público, destinados a dar suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

Parágrafo único - O CMDCA disponibilizará Assessoria Geral, quando solicitado pelo Conselho Tutelar.

SEÇÃO VI

DO PROCESSO DE REMUNERAÇÃO CASSAÇÃO, PERDA DE MANDATO E VACÂNCIA DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 67 - Ficam criados cinco (5) cargos de Conselheiro Tutelar, com mandato de três (3) anos.

§ 1º - A função de Conselheiro Tutelar deverá ser remunerada, cabendo ao executivo Municipal, por meio de recursos do orçamento público Municipal, garantir o pagamento da respectiva remuneração aos Conselheiros Tutelares em efetivo exercício da função.

§ 2º - O exercício da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º - A remuneração dos membros do Conselho Tutelar será fixada por Lei específica.

§ 4º – O pagamento da remuneração dos membros do Conselho Tutelar será efetuado a título de prestação de serviços e não acarretará vínculo empregatício.

§ 5º – Quando a escolha do conselheiro tutelar recair sobre servidor municipal, este ficará à disposição do colegiado, podendo optar pela remuneração de uma das funções, vedada a acumulação com aquela proveniente do seu cargo, função ou emprego público.

§ 6º - Para os fins do art. 134 da Lei 8.069/90, entende-se por "eventual" a modalidade administrativa que o Executivo municipal adotará para assegurar o pagamento regular do Conselheiro Tutelar.

§ 7º - A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 68 - A lei Orçamentária Municipal deverá, em programas de trabalhos específicos, estabelecer dotação para manutenção do Conselho Tutelar, para o custeio das atividades desempenhadas pelo mesmo, inclusive para as despesas com subsídios e qualificação dos Conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas.

§ 1º - Os Conselhos Tutelares serão dotados de equipe administrativa, instância consultiva, estas composta por servidores efetivos do quadro funcional.

§ 2º - Fica vedado o uso de recursos do FIA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins do caput deste art., exceto para fins de formação e qualificação dos Conselheiros Tutelares.

Art. 69 - As infrações éticas dos Conselheiros Tutelares serão apuradas por instância própria definida pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, assegurada ampla defesa e o contraditório no processo administrativo.

Parágrafo único - Na composição da instância mencionada neste art., haverá necessariamente 2 (dois) Conselheiros de Direito e 3 (três) membros da comunidade interessada, nomeados especialmente para este fim, através de Resolução própria do Conselho Municipal da Criança, para um período de 1 (um) ano, vedada nova participação imediata.

Art. 70 - Ocorrendo vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

Art. 71 - O Conselheiro Tutelar, na forma desta lei e a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único - Para fins a que se refere o caput deste artigo, considera-se também conduta incompatível o uso do Conselho Tutelar para fins políticos eleitorais, bem como para extrair proveito particular frente aos órgãos públicos e a sociedade.

Art. 72 - A sindicância administrativa deve ser processada na forma do art. 56, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

Art. 73 - Na hipótese da violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ao final da apuração da sindicância, representará ao Ministério Público comunicando o fato, solicitando as providências legais cabíveis.

Art. 74 - A implantação de outros Conselhos Tutelares deverá ser definida após avaliação realizada pelo CMDCA, conforme a necessidade que a demanda exigir, a qualquer tempo, a contar da atuação do Conselho Tutelar originário.

Art. 75 - Será considerado vago o cargo por morte, renúncia ou perda de mandato.

Parágrafo único - Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos.

Art. 76 - Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - infringir, no exercício de sua função, as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e da presente Lei Municipal;

II - cometer infração aos dispositivos do Regimento Interno do Conselho Tutelar;

III - for condenado por crime doloso ou contravenção, em decisão irrecorrível, que sejam incompatíveis com o exercício de sua função;

IV - utilizar-se do cargo e de recursos para obter qualquer tipo de vantagem para si ou para outrem que não atinjam as finalidades desta Lei.

Art. 77 - A perda de mandato será decretada pelo CMDCA, mediante provocação de qualquer interessado, assegurada à ampla defesa.

Parágrafo único - Cabe ao CMDCA, mediante comprovação de infração aos dispositivos da presente Lei, e/ou do Regimento Interno do Conselho Tutelar advertir o conselheiro por escrito, sendo que a terceira advertência implicará na perda de mandato, dando posse ao seu suplente.

Art. 78 - Na aplicação das medidas protetivas do art. 101 da Lei nº 8.069/90, bem como nas requisições do art. 136 do mesmo diploma legal, o Conselho Tutelar deverá considerar sempre o superior interesse da criança e do adolescente.

Art. 79 - Para o exercício de suas atribuições legais o Conselho Tutelar deverá considerar o Sistema de Garantia de Direito, na forma da Resolução 113 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Art. 80 - No exercício da atribuição do art. 95 da Lei 8069/90, o Conselho Tutelar deverá comunicar os resultados da fiscalização

procedida, mediante relatório, ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente da cidade.

Art. 81 - Para os fins desta Lei, na hipótese de entidades do sistema socioeducativo, o Conselheiro Tutelar deverá considerar os parâmetros da Resolução 119 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos das Crianças para formulação da fiscalização e da elaboração do relatório.

Parágrafo único - A atribuição do Conselheiro Tutelar para os fins deste art. será estabelecida pelo art. 147, inciso II, da Lei 8.069/90.

Art. 82 - O Conselho Tutelar que utilizar o Sistema de Informação e Proteção para Infância e Adolescência - SIPIA deverá entregar anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o relatório das medidas protetivas aplicadas e dos serviços solicitados ao poder Executivo local, indicando as principais demandas da circunscrição a que está situado para os fins do art. 136, inciso IX, da Lei 8.069/90.

Art. 83 - Os Conselhos Tutelares deverão utilizar o SIPIA como mecanismo de sistematização e gerenciamento de informações sobre a política de proteção à infância e adolescência do município.

§ 1º - Para fins deste art., o Conselho Municipal deliberará o plano de implantação do SIPIA para os Conselhos Tutelares.

§ 2º - Em não havendo logística de implantação do SIPIA, o Conselho Tutelar deverá elaborar relatórios das medidas protetivas e dos serviços requisitados a cada 6 (seis) meses, a serem entregues aos Conselhos Municipais de Direitos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84 - O Conselho Municipal deverá envidar esforços para estabelecer o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares no dia 18 de novembro, dia Nacional do Conselheiro Tutelar.

Art. 85 - Por meio da lei federal própria serão estabelecidas as medidas protetivas para crianças e adolescentes da população indígena, bem como seu sistema de aplicação.

Art. 86 - O texto consolidado da Lei será publicado em jornal do Município, promovendo o Poder Público a edição de separata com texto da Lei Federal nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, com as modificações introduzidas pela Lei Federal nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, nos art. 132, 139 e 260 da referida Lei.

Art. 87 - O Regimento Interno do CMDCA e do Conselho Tutelar deverá ser adaptado a presente Lei no prazo máximo de noventa (90) dias a contar da sua publicação.

Art. 88 - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2010 e nos demais subsequentes, suplementadas se necessário.

Parágrafo único - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2010/2013 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2010.

Art. 89 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à completa regulamentação da presente lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 90 - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 91 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LEI MUNICIPAL Nº 563/2010

EMENTA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE REMUNERADO DE PASSAGEIROS E DE ENCOMENDAS POR MOTOTAXISTA, NO MUNICÍPIO DE DENISE–MT, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei regulamenta a atividade de transporte de passageiros por mototáxi, no Município de Denise–MT, nos termos da Lei Federal nº 12.009/2009.

§ 1º – A prestação do serviço deverá ser realizada mediante estrito atendimento às normas das leis de trânsito, sem prejuízo às demais normas legais cabíveis.

§ 2º – Para fixação da quantidade de vagas de mototáxi a serem preenchidas, o Executivo deverá observar o parâmetro de um veículo para cada número de habitantes, conforme previsto nesta Lei.

§ 3º – É da competência da Secretaria Municipal de Administração autorizar, planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a prestação de serviço público de MOTOTAXISTA.

CAPÍTULO II
DA CIRCULAÇÃO

Art. 2º – É vedado o estacionamento das mototáxis nos pontos oficiais de paradas de ônibus e de táxis, mantendo–se uma distância mínima de 50m (cinquenta metros) dos pontos de táxi e de ônibus.

Parágrafo único – As mototáxis poderão circular livremente em busca de passageiros, em qualquer ponto da cidade, exceto nos locais mencionados no caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DA EXPLORAÇÃO

Art. 3º – Os serviços de mototáxis serão explorados através de permissão ou autorização da Prefeitura Municipal a profissionais autônomos, proprietários de veículo tipo motocicleta.

§ 1º – Para operação de cada mototáxi o seu proprietário poderá credenciar junto ao órgão municipal competente, até 2 (dois) motociclistas condutores, devidamente habilitados, responsabilizando–se por todos os atos dos mesmos;

§ 2º – As motocicletas utilizadas como Mototáxi deverão ter no máximo 3 (três) anos de fabricação, devendo ser trocadas quando atingirem este limite, sob pena de cassação da licença.

§ 3º – Para cumprimento do parágrafo anterior, para as motocicletas já em operação, seus proprietários terão o prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta Lei.

Art. 4º – Os profissionais autônomos que se candidatarem à permissão ou autorização deverão comprovar as seguintes exigências:

I – estar quite com os tributos municipais, conforme certidão negativa a ser fornecida pela Prefeitura Municipal;

II – ter idade mínima de 21 anos;

III – ser aprovado em curso especializado nos termos da resolução do CONTRAN;

IV – possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) definitiva, na categoria correspondente, há pelo menos dois anos;

V – certidão de cadastro junto à Prefeitura Municipal;

VI – ser proprietário da motocicleta com a qual irá operar o serviço, ou contratado pelo proprietário para operar o serviço;

VII – residir no município de Denise–MT há, no mínimo, 2 (dois) anos e que o veículo a ser utilizado no serviço de mototáxi é de sua propriedade;

VIII – apresentar, no ato do cadastro, atestado médico de sanidade física mental e, anualmente, atestado médico de saúde ocupacional;

IX – apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, no ato de inscrição e renovação perante a Administração Municipal;

X – apresentar documento emitido pelo órgão responsável, comprovando que está cadastrado na modalidade de microempreendedor individual.

Parágrafo único – Para prestação dos serviços, o mototaxista deverá usar traje composto de calça comprida, camisa ou camiseta com mangas, colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos – nos termos da regulamentação do CONTRAN –, capacete, crachá e colete com identificação específica, conforme padronização feita pelo Executivo por meio de Decreto.

Art. 5º – Obrigações do permissionário ou autorizatário:

I – respeitar as disposições das Leis e regulamentos em vigor e dos respectivos termos da permissão;

II – manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, conservação, manutenção, higiene e segurança;

III – manter a documentação da motocicleta devidamente regularizada;

IV – submeter o veículo semestralmente à vistoria da Prefeitura;

V – efetuar o registro do veículo no órgão competente da Prefeitura;

VI – efetuar o pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), pelo condutor, referente à modalidade de microempreendedor, nos termos da Lei.

§ 1º – O veículo só poderá trafegar com licença do Poder Executivo, sendo renovada anualmente.

§ 2º – O valor da tarifa a ser paga pelo passageiro será fixado e revisto por Decreto do Executivo.

§ 3º – A licença será individualizada, não podendo o prestador do serviço transferi–la a terceiros em hipótese alguma.

§ 4º – O Chefe do Poder Executivo, na fixação da tarifa, deverá assegurar o equilíbrio econômico–financeiro do serviço e os interesses da população, sendo que a tarifa será definida sob as seguintes modalidades:

I – diferenciada – a ser praticada nos dias de domingo e feriados nacionais, e nos horários compreendidos entre meia noite e 6h, bem como nos percursos que ultrapassam o perímetro urbano do Município;

II – normal – nos demais dias da semana e horários.

§ 5º – Pela má execução dos serviços previstos na presente Lei, o condutor do veículo responderá civil e criminalmente, tanto em relação ao Município quanto a terceiros.

Art. 6º – No instrumento de permissão ou autorização constará obrigatoriamente:

I – a qualificação das partes;

II – o objetivo da prestação dos serviços;

III – o prazo de duração;

IV – o elenco das obrigações das partes;

V – o valor da tarifa fixada para o serviço;

VI – os motivos que permitem a extinção da permissão ou autorização;

VII – os direitos dos usuários.

Art. 7º – A extinção da permissão ou a revogação da autorização ocorrerá quando:

I – os serviços forem prestados de forma inadequada e ineficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

II – o permissionário ou autorizatário descumprir disposições legais, ou ainda, regulamentos concernentes à permissão ou autorização;

III – o permissionário ou autorizatário, paralisar os serviços, ressalvadas as hipóteses de força maior ou caso fortuito;

IV – o permissionário ou autorizatário não cumprir as penalidades impostas por infração nos devidos prazos;

V – for o permissionário ou autorizatário condenado em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Art. 8º – Constará do ato de permissão ou da autorização, dentre outros, os seguintes direitos dos usuários:

I – dispor de transporte eficiente;

II – ter acesso fácil e permanente a informações sobre itinerário, horário e outros dados pertinentes à operação;

III – o de propor ao Executivo Municipal medidas que visem à melhoria dos serviços prestados;

Art. 9° – A fixação de qualquer tipo de gratuidade, abatimento ou outros benefícios tarifários nos serviços de transporte público de passageiros em veículo automotor tipo mototáxi, exceto as já previstas em lei, só poderá ser concedida mediante Lei que indique a fonte de recursos para custeá–la.

CAPÍTULO IV
DA TRANSFERÊNCIA

Art. 10 – As permissões ou autorizações concedidas não poderão ser transferidas a terceiros, sob pena de revogação das mesmas pelo poder público.

Art. 11 – Em caso de troca ou venda de veículo, o permissionário ou autorizatário deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração para efetuar a sua baixa do cadastro.

§ 1º – Secretaria Municipal de Administração oficiará o DETRAN local para trocar a placa de mototáxi (vermelha) pela convencional.

§ 2º – Caso o adquirente não providencie a troca da placa, a Secretaria Municipal de Administração comunicará à Polícia Militar a irregularidade.

§ 3º – O permissionário ou autorizatário terá prazo máximo de 06 (seis) meses para colocar outro veículo em operação, sob pena de cassação da permissão.

Art. 12 – Ocorrendo a morte do titular, a permissão ou autorização retornará imediatamente ao Município não cabendo nenhuma indenização.

CAPÍTULO V
DOS VEÍCULOS

Art. 13 – Os veículos destinados aos serviços de MOTOTÁXI deverão atender as seguintes exigências:

I – estar com a documentação rigorosamente completa, em dia e atualizada;

II – ter potência de motor mínima equivalente a 125 CC (cento e vinte e cinco cilindradas);

III – ser, obrigatoriamente, licenciado pelo órgão oficial, como motocicleta de aluguel e possuir placa vermelha, cor que caracteriza veículos destinados a esse tipo de atividade;

IV – possuir equipamento "mata cachorro" dianteiro.

Parágrafo único – O veículo deve contar, dentre outras coisas, com seguro de vida e acidentes pessoais completo para o condutor e terceiros, além de tempo de fabricação de no máximo três anos e perfeita condição de manutenção, conservação e uso, comprovada mediante apresentação anual do laudo de inspeção realizada em organismo credenciado na área de Segurança Veicular.

Art. 14 – Os veículos deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento, conservação e asseio, submetidos a vistorias semestrais pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO VI
DO PESSOAL DA OPERAÇÃO

Art. 15 – O pessoal de operação do serviço de mototáxi é compreendido pelos motociclistas condutores.

Parágrafo único – O órgão gestor deverá exigir o afastamento de qualquer motociclista culpado de infração de natureza grave, assegurando–lhe amplo direito de defesa.

Art. 16 – Sem prejuízo das outras obrigações legais, inclusive perante a legislação de trânsito, os motociclistas condutores dos serviços de mototáxi obedecerão, obrigatoriamente, as seguintes exigências:

I – dirigir o veículo de modo a propiciar segurança e conforto aos usuários;

II – manter velocidade compatível com o estado das vias, respeitando o Código Brasileiro de Trânsito;

III – evitar arrancadas bruscas e outras situações propícias a acidentes;

IV – possuir habilitação na categoria compatível com a motocicleta que estiver pilotando;

V – portar sempre, além dos documentos de identidade civil e de habilitação, crachá padrão emitido pelo órgão oficial responsável;

VI – andar uniformizado, trajando calça comprida, camisa esporte, jaqueta e/ou colete padrão na característica cujo modelo contendo, além de timbre com o nome e o número do telefone, o timbre padrão do serviço mototáxi;

VII – conduzir a motocicleta com apenas um passageiro;

VIII – não pilotar a motocicleta conduzindo nas mãos qualquer espécie de objeto;

IX – utilizar–se de sacola a tiracolo padrão para conduzir pequenas encomendas e/ou documentos;

X – usar capacete, obrigatoriamente;

XI – não transportar passageiro alcoolizado, ou que apresente comportamento alterado ou com sintomas de qualquer anormalidade física e/ou mental;

XII – transportar passageiros usando, obrigatoriamente, o capacete;

XIII – não transportar menores de 10 (dez) anos;

XIV – oferecer touca descartável ao passageiro, advertindo–o de que sua dispensa poderá trazer–lhe riscos à saúde;

XV – não transportar passageiro que carregue volume capaz de dificultar a condução segura do veículo.

CAPÍTULO VII
DOS PASSAGEIROS

Art. 17 – Passageiro, para efeito desta Lei, é a pessoa a ser conduzida em motocicleta pelo serviço de mototáxi.

Art. 18 – Sem prejuízo das outras obrigações legais, inclusive perante a legislação civil e de trânsito, os passageiros deverão:

I – ser conduzidos individualmente em motocicletas;

II – usar, obrigatoriamente, capacete, que pode ser próprio, ou fornecido pelo motociclista;

III – não conduzir criança no colo;

IV – não conduzir embrulho, pacote ou equivalente, que ocupe as mãos ou provoque mal posicionamento no assento e/ou traga insegurança à sua condução;

CAPÍTULO VIII
DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 19 – As tarifas dos Serviços de mototáxi serão estabelecidas e fixadas através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º – As tarifas serão calculadas conforme planilha de custo aprovada pelo órgão competente.

§ 2º – As tarifas serão calculadas anualmente, podendo ser revistas quando o aumento de custo dos serviços assim exigir;

§ 3º – É vedado ao motociclista combinar aumento de tarifa com o passageiro.

CAPÍTULO IX
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20 – A administração Pública fiscalizará a prestação de serviços para o fiel cumprimento das normas e preceitos contidos nesta Lei e respectivo ato de permissão ou autorização.

CAPÍTULO X
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E RECURSOS

Art. 21 – As infrações aos preceitos desta Lei sujeitam o permissionário ou autorizatário, conforme a gravidade da falta, às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão de execução dos serviços;

III – cassação da permissão ou autorização.

§ 1º – Cometidas, ao mesmo tempo, duas ou mais infrações, aplicar–se–ão cumulativamente as penalidades previstas para cada uma delas.

§ 2º – No caso de reincidência por duas vezes em infração grave ou gravíssima às normas da presente Lei, ou das leis do trânsito, no período de 12 meses, fica os infratores sujeitos as seguintes punições:

I – advertência escrita;

II – multa;

III – apreensão do veículo;

IV – suspensão temporária da licença para prestar o serviço;

V – cassação da licença para exercer a atividade.

Art. 22 – As penalidades disciplinares estabelecidas no artigo anterior serão assim aplicadas:

I – advertências, sempre por escrito, independentemente de sua natureza, chamando–se a atenção do culpado para o fato, no primeiro caso, e com o emprego da palavra "censura" no segundo;

II – suspensão de 05 (cinco) a 60 (sessenta) dias, que será imposta por falta grave;

III – cassação da permissão ou autorização nos seguintes casos:

a) mais de 03 (três) suspensões no período de 12 (doze) meses;

b) perda dos requisitos de idoneidade e capacidade operacional, técnica, administrativa ou financeira;

c) atraso, por mais de 60 (sessenta) dias, no pagamento dos tributos, taxas e emolumentos devidos ao Município;

d) outros motivos previstos no ato de permissão ou autorização.

Art. 23 – Considera–se falta grave:

I – condução de passageiro embriagado ou com sintomas de anormalidade física ou mental;

II – transporte em veículo sem autorização do órgão gestor;

III – má qualidade na execução dos serviços por imperícia ou negligência;

IV – atraso no pagamento de multas devidas à Administração Pública;

V – condução de passageiro sem capacete.

Art. 24 – A competência para aplicação das penalidades será da Administração Pública, através da Secretaria Municipal de Administração, pelo seu titular, obedecido o devido processo administrativo e garantido o direito a ampla defesa.

CAPÍTULO XI
DAS INTERVENÇÕES

Art. 25 – A Administração Pública poderá intervir nos serviços de mototáxi para:

I – assegurar a adequada prestação dos serviços;

II – garantir o fiel cumprimento das normas regulamentares e legais pertinentes.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS FINAIS

Art. 26 – O número máximo total de motociclistas que operacionalizarão os serviços de mototáxi do Município de Denise–MT, para assegurar o equilíbrio entre oferta e procura, obedecerá a seguinte tabela:

População do Município	Número de motocicletas autorizadas
até 10.000	05
de 10.000 a 20.000	10

Art. 27 – A tarifa para o serviço de mototáxi será feita após um estudo com a categoria, e regularizada por instrumento próprio do Executivo.

Art. 28 – A Secretaria Municipal de Administração é o gestor do serviço de mototáxi do Município de Denise–MT e competente para expedir normas e regulamentos para o fiel cumprimento desta lei.

Parágrafo único – Secretaria Municipal de Administração fica autorizada a cobrar do permissionário ou autorizatário tarifas relativa à remuneração dos serviços abaixo relacionados:

I – cadastro de motociclista para os serviços de mototáxis;

II – segunda via de qualquer documento;

III – certidões;

IV – transferência de concessão.

Art. 29 – Os motociclistas já em operação no Município têm prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, para efetuarem o seu cadastro e do veículo e se adequarem às presentes disposições.

Art. 30 – As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2010 e nos demais subsequentes, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário.

Parágrafo único – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2010/2013 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2010 e dos demais exercícios subsequentes.

Art. 31 – O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Parágrafo único – Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 32 – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 33 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

LEI MUNICIPAL Nº 564/2010.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DECLARAR DE INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, UM IMÓVEL URBANO CONSTITUÍDO PELOS LOTES Nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 DAS QUADRAS Nº 03 E 12 DA PLANTA GERAL DE DENISE-MT, NO LOTEAMENTO DENOMINADO DE JARDIM ALVORECER, NO MUNICÍPIO DE DENISE-MT, DE PROPRIEDADE DA USINAS ITAMARATI S/A, PARA A IMPLANTAÇÃO DE 01 (UM) MINI CENTRO OLÍMPICO NO MUNICÍPIO DE DENISE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE MARÇO DE 2010, APROVOU E O SENHOR JOSÉ ROBERTO TORRES, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO CARGO, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a declarar, em nome do Município de Denise-MT, como de interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, um imóvel urbano constituído pelos Lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 das quadras nº 03 E 12 da planta geral de Denise-MT, localizado no perímetro urbano do município de Denise-MT, na Rua Vitória, Jardim Alvorecer, confrontando ainda com a Rua das Tulipas, Rua Primavera e Rua Jasmim, que consta a pertencer a USINAS ITAMARATI S/A – CPF/MF nº 15.009.178/0001-77, ou a seus herdeiros e sucessores, destinados à Implantação de 01 (um) Mini Centro Olímpico, neste município de Denise.

Parágrafo único – O imóvel urbano declarado de interesse social para fins de desapropriação, de que trata o *caput* deste artigo, possui a sua descrição conforme especificações constantes da Escritura Pública de Compra e Venda, que por suas especificações passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Fica o expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência, urgentíssima, no projeto judicial ou extrajudicial de desapropriação, para os fins do disposto no artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº. 3.365/1941, e alterações posteriores.

Parágrafo único – A desapropriação invocada, como de interesse social, surge quando as circunstâncias impõem a distribuição ou o condicionamento da propriedade para seu melhor aproveitamento, utilização ou produtividade em benefício da coletividade, ou de categorias administrativas e sociais merecedoras de amparo específico do Poder Público.

Art. 3º - O preço de cada Lote foi calculado com base no valor declarado pelo Vendedor ao custo de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) que passará a constar do Cadastro de Imóveis desta municipalidade, totalizando o valor de R$ 249.600,00 (duzentos e quarenta e nove mil e seiscentos reis), isentos de descontos.

Art. 4º - Em havendo interesse do expropriado em compor a venda amigável dos Lotes Urbanos em favor do Poder Público Municipal, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à aquisição, em nome do Município de Denise-MT, da totalidade do imóvel descrito e caracterizado no artigo 1º, desta lei, para fins de interesse público, destinados à Implantação de 01 (um) Mini Centro Olímpico, neste município de Denise.

Art. 5º - No caso da compra e venda amigável, o preço final e a forma de pagamento serão objeto de ajuste entre o Poder Executivo e o interessado proprietário, representante, herdeiros ou sucessores dos proprietários do imóvel urbano, de acordo com o preço médio de mercado aplicado para imóveis urbanos.

Parágrafo único – As partes contratantes da compra e venda autorizada por esta lei deverá ajustar obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

Art. 6º – O preço total a ser desembolsado pela municipalidade para pagamento da desapropriação, ou da compra e venda amigável, poderá ser efetivado à vista ou parceladamente, a critério do próprio Poder Executivo, segundo as disponibilidades orçamentárias e financeiras dos cofres públicos municipais.

Parágrafo Único – O pagamento será efetivado em 04 (quatro) parcelas, sendo a primeira, mediante encontro de contas no valor de R$ 65.198,83 (sessenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) referente ao IPTU devido do ano de 2009, e, as demais parcelas, mediante encontro de contas, limitadas aos débitos do IPTU dos exercícios seguintes, até o prazo limite do ano de 2012, quando todo o débito deverá ser quitado.

Art. 7º – As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2010, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário.

§ 1º – Em sendo necessária a criação de crédito especial, a abertura desses créditos adicionais especiais se dará por anulação, transposição e remanejamento ou a transferência de recursos orçamentários de uma categoria econômica para outra ou de um órgão para outro, para atenderem o equilíbrio orçamentário, econômico, financeiro, tributário, fiscal, contábil e patrimonial de interesse e necessidade do Poder Público Municipal.

§ 2º – A abertura dos créditos adicionais especiais, de que trata o parágrafo anterior, objetiva ao balanceamento e cumprimento da despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 3º – A autorização para a abertura de créditos adicionais especiais cumpre ao disposto nas normas Constitucionais pertinentes e será

efetivada de acordo com as regras instituídas pela Lei nº 4.320/64, obedecidas as normas da Lei Complementar 101/2000.

§ 4º – Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/ 2010/2013 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2010 e dos exercícios seguintes, a fim de dar cumprimento ao disposto na presente lei.

Art. 8º – Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, tributárias e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Parágrafo único – Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto Municipal.

Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre–se e publique–se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 17 dias do mês de março de 2010.

JOSÉ ROBERTO TORRES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

FERNANDO SILVA DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Figueirópolis D' Oeste

TERMO DE CONVÊNIO
Nº 001/2010.

"QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE/MT E A FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS DE ARAPUTANGA/MT".

O Município de Figueirópolis D'Oeste, MT, pessoa jurídica de direito público inscrita na CNPJ-MF sob Nº 01.367.762/0001-93, neste ato representado pelo ***Senhor Prefeito Municipal LAYR MOTA DA SILVA****, brasileiro, casado, portador da RG 0717 389-0 SSP/MT e CPF 395.994.341-53, residente e domiciliado à Chácara Dois Irmãos neste município de Figueirópolis D'Oeste, MT, doravante denominada* ***CONCEDENTE****, no uso de suas atribuições e competências, celebra com a* ***FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS DE ARAPUTANGA-MT****, estabelecida à rua 23 de maio, nº 02 – Centro , Araputanga/MT, com CNPJ/MF sob nº 37.500.808/0001-48, representada pelo seu* ***Diretor, PE. ERMÍNIO DUCA****, naturalizado brasileiro, solteiro, Padre, portador da CPF/MF 114.169.557-04 e RG 99.462 SSP/ES, residente e domiciliado à rua Carlos Luz, nº 672, centro de Araputanga, MT, doravante denominado simplesmente de* ***CONVENENTE****, no uso de seus poderes constituídos, objetivando à execução das ações previstas na área social, resolvem celebrar o presente* ***CONVÊNIO****, de acordo com as normas contidas na* ***Lei Municipal Nº 453/2009,*** *e ainda conforme cláusulas e condições seguintes:*

DO OBJETIVO E FINALIDADE.

CLÁSULA PRIMEIRA: O presente Convênio tem como objetivo a conjugação de esforços no sentido de promover em cooperação com a Fundação Arco-Íris de Araputanga, MT, um canal informativo, visando orientação e incentivo à criação do programa BOLSAS DE ESTUDOS para alunos de comprovada carência financeira e com comprovada freqüência, assiduidade e participação nas atividades relativas ao curso, através da efetivação de um repasse de 20 (vinte) bolsas mensais, no valor de R$ 100.00 (cem reais) num montante de R$ 2.000.00 (dois mil reais) mês, para a Fundação, que deverão ser repassados durante o exercício letivo de 2010..

DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente obriga-se o Município de Figueirópolis D'Oeste, MT; a:

Repassar a Fundação Arco-Íris de Araputanga-MT, recursos financeiros no valor de R$ 2.000.00 (dois mil reais) mensais, que deverão ser revertidos em 20 (vinte) Bolsas de Estudos, para contemplar 20 (vinte) alunos, que serão designados por uma comissão local, conforme Art. 3º da Lei 453/2009, que deverão ser repassados no período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE:

Obriga-se o Convenente:

a- Aplicar os recursos recebidos da CONCEDENTE, nos serviços assistenciais através de bolsas de estudos;

b- Informar semestralmente através de relatório contando recibo em nome dos beneficiários com os valores repassados aos bolsistas com cópia Câmara Municipal até o final de cada semestre, inclusive, contendo o número de alunos bolsistas que permanecem usufruindo e no caso os desistentes.

c- Havendo desistentes, deverá ser informado à Comissão Municipal que deverá proceder nova classificação e escolha de novos bolsistas para preenchimento das vagas deixadas pelos desistentes.

e- A receita financeira residual oriunda dos recursos exclusivos para as bolsa, se houver, serão devolvidos aos cofres públicos da CONCEDENTE em forma de depósito até 31/12/2010.

f- Dar ciência ao beneficiário, do presente Convênio, através de declaração firmada, de que o mesmo deverá participar de qualquer atividade relacionada ao seu Curso, quando assim for requisitado pelo Município concedente.

DO PRAZO E VIGÊNCIA.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Presente Convênio terá como vigência o Período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010, quando além do relatório semestral, deverá ser apresentada a prestação de contas final, conforme legislação vigente.

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.

CLÁSULA QUARTA: A Concedente, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura em conjunto com a Comissão Municipal exercerá o controle e fiscalização do objeto do Convênio.

DAS DOTAÇÕES:

CLÁUSULA QUINTA: As dotações decorrentes ***do presente Convênio correrão por conta de dotações próprias da Concedente.***

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

CLÁUSULA SEXTA: A Prestação de Contas dos recursos constantes neste Convênio deverá ser apresenta pela Convenente à Concedente semestralmente, com cópia à Câmara Municipal.

DA RESTITUIÇÃO:

CLÁUSULA SÉTIMA: A Convenente compromete-se ainda a restituir os valores transferidos pela Concedente, através deste Convênio; nas seguintes hipóteses:

- ***a- Inexecução do objetivo proposto;;***
- ***b- A utilização do recurso em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio.***
- ***c- Quando constatada irregularidade em que se resulte prejuízo ao erário público;***
- ***d- E ainda, conforme a Lei Municipal, que instituiu e regulamentou o Convênio.***

DA DENÚNCIA E RESCISÃO:

CLÁUSULA OITAVA: O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito, a qualquer tempo e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por vontade de quaisquer das partes ou ainda pelo descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições.

Parágrafo Único: Constitui particularmente, motivo de rescisão deste Convênio a constatação de descumprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes.

DA PUBLICAÇÃO:

CLÁUSULA NONA: A Concedente, providenciará a partir da data da assinatura deste Convênio a Publicação no jornal oficial da AMM e jornais de circulação local e regional e murais da Prefeitura Municipal.

DA AÇÃO PROMOCIONAL:

CLÁUSULA DÉCIMA: Em toda e qualquer ação promocional relacionada com o objeto descrito nas cláusulas deste instrumento, será obrigatoriamente a participação da Concedente, ficando vedado aos partícipes utilizar nos empreendimentos resultantes deste Convênio, nome, símbolos ou imagens, quando caracterizam promoção pessoal de autoridades e/ou servidores públicos.

DAS CONDIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como relativamente efetuadas, se entregue mediante protocolo ou "fax símile".
Admite-se o envio de correspondência via "fax- símile", desde que a Convenente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis apresente a documentação original, devidamente protocolada.

Parágrafo Único: As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados.

DO FORO:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Para dirimir qualquer questão decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas por via administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Jauru/MT.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo indicadas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Figueirópolis D'Oeste, MT, 01 de fevereiro de 2010.

LAYR MOTA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE/MT.
CONCEDENTE

PE. ERMÍNIO DUCA
DIRETOR GERAL
FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS DE ARAPUTANGA/MT.
CONVENENTE.

Visto: Assessoria Jurídica: Dr. Carlos Celso Pelegrini
OAB/_____
TESTEMUNHAS:
1ª _____ 2ª _____
RG: _____ RG: _____
CPF: _____ CPF: _____

PLANO DE TRABALHO	FOLHA: 1/4

1 – DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO/ENTIDADE CONVENENTE	CNPJ:
FUNDAÇÃO ARCOS-ÍRIS- ARAPUTANGA-MT	37.500.808-0001-48

ENDEREÇO:	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL):
RUA CARLOS LUZ - 672	

CIDADE:	UF	CEP:	DDD/FONE:	DDD/FAX:
ARAPUTANGA	MT		065.3261 1314	65.3261-1314

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:
BANCO DO BRASIL	2939-4	153.47-8

NOME DO RESPONSÁVEL:	CPF:
PE. HERMÍNIO DUCA	114.169.557-04

CARTEIRA DE IDENTIDADE/ ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO:	MATRÍCULA:
99.462 – SSP-ES	DIRETOR	DIRETORIA	

ENDEREÇO:	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-mail):
RUA CARLOS LUZ - 672	

CIDADE:	UF:	CEP:	DDD/FONE:	DDD/FAX:
ARAPUTANGA – MT	MT		65.3261 1314	65.3261 1314

2 – OUTROS PARTÍCIPES:

NOME: CONCEDENTE	CNPJ 01.367.762/0001-93
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	

ENDEREÇO:	CIDADE:	UF:	CEP:	DDD/FONE:
RUA SÃO PAULO 236	FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	MT	78.290.000	65.3235.1595

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO:

TÍTULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
	INÍCIO:	TÉRMINO:
BOLSA DE ESTUDOS	01/02/2010	31/12/2010

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:
CONSEÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS À UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE, MT, DEVIDAMENTE MATRICULADOS NA FUNDAÇÃO ARCO-ÍRIS DE ARAPUTANGA-MT.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

JUSTIFICA-SE A PROPOSIÇÃO DO EVENTO EM FUNÇÃO DA NECESSIDADE D SE FOMENTAR E DAR OPORTUNIDADE DE ACESSO A ESCOLARIDADE A NÍVEL DE 3º GRAU E AINDA SUPRIR AS DIFICULDADES FINANCEIRAS DOS MUNÍCIPES EM CUMPRIR COM OS CUSTOS DO CURSO.

4 – PROGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE):

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
01	01/01	Doação de 20 (vinte) bolsas de estudos no valor de R$ 100.00 (cem reais)	Bolsa de estudos	20	10/02/2010	31/12/2010

5 – PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1,00):

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	CONVENENTE
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			
3.390.390.000.00	-Outros serv. Terc. Pessoa jurídica	22.000.00	22.000.00	_____
TOTAL GERAL		22.000.00	22.000.00	_____

PLANO DE TRABALHO	FOLHA: 3/4

6 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR NATUREZA:

NATUREZA DA DESPESA	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
DESPESAS CORRENTES (1+2+3+4)	----------	----------	----------
(1) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	----------	----------	----------
(2) MATERIAL DE CONSUMO	----------	----------	----------
(3) SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA FÍSICA	----------	----------	----------
(4) SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	22.000.00	----------	22.000.00
DESPESAS DE CAPITAL (1+2)	----------	----------	----------
(1) EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	----------	----------	----------
(2) OBRAS E INSTALAÇÕES	----------	----------	----------

PLANO DE TRABALHO						FOLHA: 4/4
7 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00):						
CONCEDENTE						
META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
01	X	2.000.00	2.000.00	2.000.00	2.000.00	2.000.00
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
01	2.000.00	2.000.00	2.000.00	2.000.00	2.000.00	2.000.00
PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)						
META	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
01	x	x	x	x	x	x
META	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
01	x	x	x	x	x	x
8 – DECLARAÇÃO:						
Declaram as partes estarem de acordo, onde assinam em duas vias de igual e inteiro teor.						
Pede Deferimento.						
Figueirópolis D'Oeste- MT 01/02/2010						
LOCAL E DATA						CONCEDENTE
9 – APROVAÇÃO PELO CONVENENTE:						
APROVADO						LAYR MOTA DA SILVA
Araputanga-MT-01/02/210						
LOCAL E DATA						CONCEDENTE

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte

RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2010.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto nº 87/2010; torna público que as empresas vencedoras da sessão que se realizou na data de **25/03/2010** na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço por Lote, foram: **Kalkmann & Kalkmann Ltda - EPP., os lotes nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 e Conci & Melchiors Ltda-ME., o lote nº 11.**

Gaúcha do Norte-MT, 25 de Março de 2010.

Alessandro Aparecido Medina Ubeda
Pregoeiro

Nilson Francisco Aléssio
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2010

EDITAL DE RETIFICAÇÃO 01/2010

Torna público a retificação DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS do Edital n.º 01/2010, o qual passa ter a seguinte redação:

No item: Ordem de Classificação do Cargo de Motorista, leia-se:

ORDEM CLASSIF	MOTORISTA	Pont .Títulos	Prova Escrita	Prova Prática	Total	Resultado
03	Evandro Caires Bressanin	1	30	08	39	Aprovado Classificado

Gloria D'Oeste, 23 de março de 2010.

Cristiane Nunes da Silva
Membro da Comissão

Elaine Cristina de Oliveira Barbosa
Membro da Comissão

Luiz Antonio de Souza da Costa
Membro da Comissão

Nilton Borges Borgato
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO

O Senhor **NILTON BORGES BORGATO**, Prefeito de Gloria D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA** o Processo Seletivo Simplificado, realizado no dia 14 de março de 2010 para os seguintes cargos:

ORDEM CLASSIF	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	RESULTADO
1.	Elizangela Neves	Aprovado Classificado
2.	Julio Cazuyochi Ikegami	Aprovado Classificado
3.	Lucimar Rodrigues dos S. Pereira	Aprovado Classificado
4.	João Remédio Neto	Aprovado Classificado
5.	Francisco Pereira da Silva *	Aprovado Classificado
6.	Maria José Pereira de Matos	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	MERENDEIRA	RESULTADO
1.	Vera Luci Brungnoli Carvalho	Aprovado Classificado
2.	Ana Elisa Joly Dos Santos	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	MOTORISTA	RESULTADO
1.	Ataydes Pereira Ramos	Aprovado Classificado
2.	Adejunior José Pavese	Aprovado Classificado
3.	Evandro Caires Bressanin	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	RESULTADO
1.	Gisela De A. F. do Nascimento	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	AGENTE SOCIAL	RESULTADO
1.	José Luiz de Almeida	Aprovado Classificado
2.	Ulisse Aparecido Palermo dos Santos	Aprovado Classificado
3.	Eliana Pereira da Silva	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PEDAGOGA	RESULTADO
1.	Silvia Martins de Almeida	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	RESULTADO
1.	Eliane Pires da Silva	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	MONITOR DE CRECHE	RESULTADO
1.	Luzia da Silva Teodoro	Aprovado Classificado
2.	Fabiana Pardine Alves	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL 1º AO 5º ANO	RESULTADO
1.	Ilsa de Souza Silva	Aprovado Classificado
2.	Silvilene Barbosa	Aprovado Classificado
3.	Jesiane Von ancken alves Siqueira	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL LINGUA PORTUGUESA	RESULTADO
1.	Simone Angélica Miranda	Aprovado Classificado
2.	Vanessa Faria Beltramini	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	FARMACÊUTICO	RESULTADO
1.	Lisiane Vieira Paludeti	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL EDUCAÇÃO FÍSICA	RESULTADO
1.	Thiago dos Santos de Souza	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PROF. ENSINO FUNDAMENTAL MATEMÁTICA	RESULTADO
1.	Sidnei Villhacien Lopes Silveira	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	ENFERMEIRO	RESULTADO
1.	Cintia Tiemi Yamate Cossi	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	PSICÓLOGO	RESULTADO
1.	Isabel Gerhardt	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	FISIOTERAPEUTA	RESULTADO
1.	Ana carla de Almeida facincani	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	QUIMICO	RESULTADO
1.	João Paulo dos Santos Medeiros	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	NUTRICIONISTA	RESULTADO
1.	Eliani Bonfim Soldera	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	ASSISTENTE SOCIAL	RESULTADO
1.	Patrícia Casagrande Ferreira Alves	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	ODONTOLOGO	RESULTADO
1.	Jaqueline Oliveira Mateus	Aprovado Classificado

ORDEM CLASSIF	FONOAUDIÓLOGO	RESULTADO
1.	Suelen Augusto Silverio de Oliveira	Aprovado Classificado

O Resultado do Processo Seletivo Simplificado completo encontra-se afixado no Mural da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste e terá o prazo de validade conforme estabelecido no Edital 001/2010 do Processo Seletivo Simplificado.

Glória D´Oeste – MT, 23 de março de 2010.

CRISTIANE NUNES DA SILVA
Membro da Comissão

ELAINE CRISTINA OLIVEIRA BARBOSA
Membro da Comissão

LUIZ ANTONIO DE SOUZA COSTA
Membro da Comissão

NILTON BORGES BORGATO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIGUAR, de Guarantã do Norte/MT
CONTRATADA: AGENDA, ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA
CONTRATO: N. 004/2010
VALOR: 4.326,00
PRAZO; 02 meses
OBJETO: Realização de Cálculo Atuarial

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIGUAR, de Guarantã do Norte/MT
CONTRATADA: LUCAS DOLCI DE SOUZA - ME
CONTRATO: N. 005/2010
VALOR: 2.500,00
PRAZO; 10 meses
OBJETO: Serviços de manutenção de site, criação de novos módulos de administração no sistema, compactação e reparação de bancos de dados, diretrizes de segurança das informações do portal, ajustes técnicos, treinamento de pessoal.

Guarantã do Norte/ MT 05 de março de 2010.

Carlos Livino de Melo
Diretor Presidente

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2009

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	33.018.576,22	35.989.210,82	2.970.634,60	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	41.005.768,00	37.544.547,76	-3.461.220,24
RECEITA TRIBUTARIA	1.446.318,34	2.087.034,52	640.716,18	CRÉDITOS ESPECIAIS	1.337.747,00	987.286,49	-350.460,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	575.000,00	620.444,91	45.444,91	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	200.000,00	804.090,68	604.090,68	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	12.000,00	802,00	-11.198,00	CONCEDIDAS CÂMARA	1.440.000,00	1.440.000,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	54.000,00	42.034,75	-11.965,25				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.202.457,88	31.724.906,24	1.522.448,36				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	528.800,00	709.897,72	181.097,72				
RECEITAS DE CAPITAL	7.377.463,78	1.997.257,65	-5.380.206,13				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	117.660,00	0,00	-117.660,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	85.000,00	110.711,34	25.711,34				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.174.803,78	1.886.546,31	-5.288.257,47				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.170.040,00	-3.181.168,46	-11.128,46				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.170.040,00	-3.181.168,46	-11.128,46				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	178.127,68	178.127,68				
RECEBIDAS CÂMARA	0,00	178.127,68	178.127,68				
Soma	37.226.000,00	34.983.427,69	-2.242.572,31	Soma	43.783.515,00	39.971.834,25	-3.811.680,75
Déficits	6.557.515,00	4.988.406,56	-1.569.108,44	Superávits	0,00	0,00	0,00
TOTAL	43.783.515,00	39.971.834,25	-3.811.680,75	TOTAL	43.783.515,00	39.971.834,25	-3.811.680,75

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO
Prefeito Municipal

ÁUREO SOARES FRUTUOSO
Secretario de Administração e Finanças

EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Admininistração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2009

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	34.348.576,22	37.572.956,43	3.224.380,21	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	44.431.368,00	39.436.976,30	-4.994.391,70
RECEITA TRIBUTARIA	1.446.318,34	2.087.034,52	640.716,18	CRÉDITOS ESPECIAIS	1.342.147,00	991.286,49	-350.860,51
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.375.000,00	1.468.102,99	93.102,99	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	730.000,00	1.539.662,92	809.662,92	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	1.440.000,00	1.618.127,68	178.127,68
RECEITA AGROPECUARIA	12.000,00	802,00	-11.198,00	CONCEDIDAS CÂMARA	1.440.000,00	1.618.127,68	178.127,68
RECEITA DE SERVIÇOS	54.000,00	42.034,75	-11.965,25				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.202.457,88	31.724.906,24	1.522.448,36				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	528.800,00	710.413,01	181.613,01				
RECEITAS DE CAPITAL	7.377.463,78	1.997.257,65	-5.380.206,13				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	117.660,00	0,00	-117.660,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	85.000,00	110.711,34	25.711,34				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.174.803,78	1.886.546,31	-5.288.257,47				
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAME	800.000,00	847.452,14	47.452,14				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INT	800.000,00	847.452,14	47.452,14				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.170.040,00	-3.181.168,46	-11.128,46				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.170.040,00	-3.181.168,46	-11.128,46				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	1.618.127,68	1.618.127,68				
RECEBIDAS CÂMARA	0,00	1.618.127,68	1.618.127,68				
Soma	39.356.000,00	38.854.625,44	-501.374,56	Soma	47.213.515,00	42.046.390,47	-5.167.124,53
Déficits	7.857.515,00	3.191.765,03	-4.665.749,97	Superávits	0,00	0,00	0,00
TOTAL	47.213.515,00	42.046.390,47	-5.167.124,53	TOTAL	47.213.515,00	42.046.390,47	-5.167.124,53

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Exercício de 2009
Anexo - 13

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	34.805.300,01	Despesa Orçamentária	38.531.834,25
RECEITA TRIBUTARIA	2.087.034,52	Administração	7.313.727,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	620.444,91	Segurança Pública	11.418,66
RECEITA PATRIMONIAL	804.090,68	Assistência Social	820.840,77
RECEITA AGROPECUARIA	802,00	Saúde	9.935.645,55
RECEITA DE SERVIÇOS	42.034,75	Educação	10.363.616,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.724.906,24	Cultura	234.773,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	709.897,72	Urbanismo	1.338.665,00
ALIENAÇÃO DE BENS	110.711,34	Habitação	4.874,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.886.546,31	Saneamento	120.032,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.181.168,46	Gestão Ambiental	4.300,00
		Agricultura	365.181,76
		Comércio e Serviços	171.543,73
		Energia	433.385,30
		Transporte	6.680.256,57
		Desporto e Lazer	351.640,08
		Encargos Especiais	381.932,01
Interferências Financeiras Ativas	178.127,68	Interferências Financeiras Passivas	1.440.000,00
Recebidas Câmara	178.127,68	Concedidas Câmara	1.440.000,00
Receita Extraorçamentária	6.173.208,88	Despesa Extraorçamentária	4.578.314,22
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	304.619,55	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	304.619,55
RESTOS A PAGAR	2.516.841,93	RESTOS A PAGAR	923.881,02
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.967.881,64	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.967.881,64
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	381.932,01	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	381.932,01
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.933,75		
		Saldo para o Exercício Seguinte	8.377.494,50
Saldo Exercício Anterior	11.771.006,40	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	7.332.189,55
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	10.854.562,08	BANCO C/ MOVIMENTO	350.704,40
BANCO C/ MOVIMENTO	422.912,12	BANCOS C/ VINCULADA	694.600,55
BANCOS C/ VINCULADA	493.532,20	CAIXA	0,00
CAIXA	0,00		
		Total	52.927.642,97
Total	52.927.642,97		

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

Exercício de 2009

Anexo - 13

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	37.236.497,76	Despesa Orçamentária	40.428.262,79
RECEITA TRIBUTARIA	2.087.034,52	Legislativa	1.261.872,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.468.102,99	Administração	7.480.399,71
RECEITA PATRIMONIAL	1.539.662,92	Segurança Pública	11.418,66
RECEITA AGROPECUARIA	802,00	Assistência Social	820.840,77
RECEITA DE SERVIÇOS	42.034,75	Previdência Social	467.884,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.724.906,24	Saúde	9.935.645,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	710.413,01	Educação	10.363.616,94
ALIENAÇÃO DE BENS	110.711,34	Cultura	234.773,48
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.886.546,31	Urbanismo	1.338.665,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENT	847.452,14	Habitação	4.874,90
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.181.168,46	Saneamento	120.032,00
		Gestão Ambiental	4.300,00
		Agricultura	365.181,76
		Comércio e Serviços	171.543,73
		Energia	433.385,30
		Transporte	6.680.256,57
		Desporto e Lazer	351.640,08
		Encargos Especiais	381.932,01
Interferências Financeiras Ativas	1.618.127,68	Interferências Financeiras Passivas	1.618.127,68
Recebidas Câmara	1.618.127,68	Concedidas Câmara	1.618.127,68
Receita Extraorçamentária	6.400.221,41	Despesa Extraorçamentária	5.403.721,20
PAGAMENTOS ANTECIPADOS	307.735,99	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	307.735,99
RESTOS A PAGAR	2.517.793,94	RESTOS A PAGAR	925.260,68
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.190.825,72	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.190.825,72
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	381.932,01	SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	381.932,01
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.933,75	RESULTADO FINANCEIRO	597.966,80
Saldo Exercício Anterior	17.954.229,72	Saldo para o Exercício Seguinte	16.441.372,34
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	17.034.099,26	APLICACOES NO MERCADO ABERTO	15.283.526,11
BANCO C/ MOVIMENTO	426.048,26	BANCO C/ MOVIMENTO	463.245,68
BANCOS C/ VINCULADA	494.082,20	BANCOS C/ VINCULADA	694.600,55
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
Total	63.891.484,01	Total	63.891.484,01

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Balanço Patrimonial - Anexo 14
Administração Direta

Exercício de 2009

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
ATIVO FINANCEIRO	8.377.494,50	PASSIVO FINANCEIRO	3.485.408,25
DISPONIVEL	350.704,40	RESTOS A PAGAR	3.485.408,25
BANCO C/ MOVIMENTO	350.704,40		
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA	694.600,55		
BANCOS C/ VINCULADA	694.600,55		
APLICACOES FINANCEIRAS	7.332.189,55		
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	7.332.189,55		
ATIVO PERMANENTE	25.318.285,90	PASSIVO PERMANENTE	2.804.456,87
BENS MOVEIS	10.090.560,93	DIVIDA FUNDADA INTERNA	2.622.078,30
MOVEIS	10.090.560,93	DEBITOS CONSOLIDADOS	182.378,57
BENS IMOVEIS	12.615.348,74		
IMOVEIS	12.615.348,74		
CREDITOS	2.608.278,40		
DIVIDA ATIVA	2.608.278,40		
VALORES	1.769,79		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	1.769,79		
DIVERSOS	2.328,04		
ALMOXARIFADO	2.328,04		
Soma do Ativo Real	33.695.780,40	Soma do Passivo Real	6.289.865,12
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	27.405.915,28
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	27.405.915,28
ATIVO COMPENSADO	1.962.207,22	PASSIVO COMPENSADO	1.962.207,22
VALORES DE TERCEIROS	1.959.707,22	CONTRAPARTIDAS	2.500,00
CARTAS DE FIANCA RECEBIDAS EM GARANTIA	1.392.122,47	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS	2.500,00
CONVENIO C/UNIAO,ESTADO,OUTROS MUNICIP.	567.584,75	RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA	1.959.707,22
DIVERSOS	2.500,00	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	524.124,75
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.500,00	GARANTIAS DIVERSAS	1.392.122,47
		BENS RECEBIDOS EM CESSAO DE USO	43.460,00
TOTAL GERAL	35.657.987,62	TOTAL GERAL	35.657.987,62

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Balanço Patrimonial - Anexo 14
Adminiministração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2009

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
ATIVO FINANCEIRO	16.441.372,34	PASSIVO FINANCEIRO	3.486.360,26
DISPONIVEL	463.245,68	RESTOS A PAGAR	3.486.360,26
BANCO C/ MOVIMENTO	463.245,68		
VINCULADO EM CONTA CORRENTE BANCARIA	694.600,55		
BANCOS C/ VINCULADA	694.600,55		
APLICACOES FINANCEIRAS	15.283.526,11		
APLICACOES NO MERCADO ABERTO	15.283.526,11		
ATIVO PERMANENTE	26.034.445,24	PASSIVO PERMANENTE	2.804.456,87
BENS MOVEIS	10.398.848,88	DIVIDA FUNDADA INTERNA	2.622.078,30
MOVEIS	10.398.848,88	DEBITOS CONSOLIDADOS	182.378,57
BENS IMOVEIS	13.023.220,13		
IMOVEIS	13.023.220,13		
CREDITOS	2.608.278,40		
DIVIDA ATIVA	2.608.278,40		
VALORES	1.769,79		
PARTICIPACOES SOCIETARIAS	1.769,79		
DIVERSOS	2.328,04		
ALMOXARIFADO	2.328,04		
Soma do Ativo Real	42.475.817,58	Soma do Passivo Real	6.290.817,13
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	36.185.000,45
Passivo Real Descoberto	0,00	Ativo Real Líquido	36.185.000,45
ATIVO COMPENSADO	1.962.207,22	PASSIVO COMPENSADO	1.962.207,22
VALORES DE TERCEIROS	1.959.707,22	CONTRAPARTIDAS	2.500,00
CARTAS DE FIANCA RECEBIDAS EM GARANTIA	1.392.122,47	CONTRAPARTIDAS SINTETICAS	2.500,00
CONVENIO C/UNIAO,ESTADO,OUTROS MUNICIP.	567.584,75	RESPONSABILIDADES DA PREFEITURA	1.959.707,22
DIVERSOS	2.500,00	BENS RECEBIDOS EM COMODATO	524.124,75
RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.500,00	GARANTIAS DIVERSAS	1.392.122,47
		BENS RECEBIDOS EM CESSAO DE USO	43.460,00
TOTAL GERAL	44.438.024,80	TOTAL GERAL	44.438.024,80

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

Exercício de 2009

Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Variações Ativas		Variações Passivas	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORCAMENTÁRIA	34.805.300,01	DESPESA ORCAMENTÁRIA	38.531.834,25
RECEITA TRIBUTARIA	2.087.034,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.870.197,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	620.444,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.844.012,77
RECEITA PATRIMONIAL	804.090,68	INVESTIMENTOS	10.435.692,43
RECEITA AGROPECUARIA	802,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	381.932,01
RECEITA DE SERVIÇOS	42.034,75		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.724.906,24		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	709.897,72		
ALIENAÇÃO DE BENS	110.711,34		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.886.546,31		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.181.168,46		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.020.797,01	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	667.403,29
AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	381.932,01	ALIENACAO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00
AMORTIZACAO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	ALIENACAO DE BENS E DIVERSOS	0,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS	0,00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	110.711,34
AQUISICAO DE BENS DIVERSOS	0,00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00
AQUISICAO DE BENS MOVEIS	2.069.974,78	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES	0,00
AQUISICAO DE TITULOS E VALORES	0,00	COBRANCA DA DIVIDA ATIVA	0,00
CONSTR.E AQUIS.DE BENS DE NATUREZA INDUS	0,00	EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00
CONSTRUCAO E AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	568.890,22	RECEBIMENTO DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	556.691,95
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00		
FORMACAO DE CREDITOS DIVERSOS	0,00		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.370.190,78	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.861.325,82
BAIXA BENS COMODATO INDEV PATRIMONIO	0,00	BAIXA BENS COMODATO INDEV PATRIMONIO	0,00
BAIXAS DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	BAIXA BENS MOVEIS DIFERENCA ANOS ANTERIORES	0,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.933,75	BAIXA DE ALMOXARIFADO	3.064.945,16
CANCELAMENTO DIVIDA PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	BAIXA DE BENS ALIENADOS	0,00
CANCELAMENTOS DE DIVIDAS PASSIVAS	24.339,52	BAIXA DE BENS DOACAO - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
Entidades Autárquicas / Resultados c/ Ativo	0,00	BAIXA DE BENS ESCRITURADOS INDEVIDAMENTE	0,00
INC.BENS IMOVEIS CAMARA MUNICIPAL DIF ANO ANTERIOR	0,00	BAIXA DE BENS EXTRAVIADOS - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
INCORPORACAO DE ALMOXARIFADO	3.067.273,20	BAIXA DE BENS INCINERADOS	0,00
INCORPORACAO DE BENS E VALORES	434.953,33	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS CAMARA MUNICIPAL	0,00	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS CAMARA MUNICIPAL	0,00	BAIXA DE BENS POR DOACAO	0,00
INSCRICAO DA DIVIDA ATIVA	573.925,58	BAIXA DE BENS POR FURTO OU ROUBO	0,00
INSCRICAO DE OUTROS CREDITOS	0,00	BAIXA DE BENS POR PERMUTA	0,00
REAVALIACAO DE BENS	0,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00
RECEBIMENTO DE BENS EM DOACAO	89.637,72	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA-ADMINISTRATIVAMENTE	167.279,70
TRANSF.DE OBRAS EM ANDAM.P/CUSTO FINAL	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA-JUDICIAL DESCISÃO	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	178.127,68	CANCELAMENTO DE CREDITOS	0,00
		CORRECAO DE DIVIDAS PASSIVAS	123.500,55
		DEPRECIAÇÃO DE AJUSTE CONTABIL PATRIMONIAL	0,00
		DEPRECIACAO DE BENS	0,00
		DEVOLUCAO DE BENS	0,00
		ENCAMPACAO DE DIVIDAS PASSIVAS	65.600,41
		Entidades Autárquicas / Resultados c/ Passivo	0,00
		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	0,00
		TRANSF. DE BENS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00
		TRANSF.DE OBRAS EM ANDAMENT.P/CUSTO FINA	0,00
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.440.000,00
		VALOR INCORPORACAO DUPLICIDADE/AUTARQUIA	0,00

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2009

Variações Ativas		Variações Passivas	
Titulos	Valor R$	Titulos	Valor R$
Total de Variações Ativas	42.196.287,80	Total de Variações Passivas	44.060.563,36
RESULTADO PATRIMONIAL			
Deficit Verificado	1.864.275,56		
Total Geral	44.060.563,36	Total Geral	44.060.563,36

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15
Adminministração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2009

Variações Ativas		Variações Passivas	
Titulos	Valor R$	Titulos	Valor R$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORCAMENTÁRIA	37.236.497,76	DESPESA ORCAMENTÁRIA	40.428.262,79
RECEITA TRIBUTARIA	2.087.034,52	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.997.389,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.468.102,99	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.539.739,91
RECEITA PATRIMONIAL	1.539.662,92	INVESTIMENTOS	10.509.201,40
RECEITA AGROPECUARIA	802,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	381.932,01
RECEITA DE SERVIÇOS	42.034,75		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.724.906,24		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	710.413,01		
ALIENAÇÃO DE BENS	110.711,34		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.886.546,31		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁ	847.452,14		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.181.168,46		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00		
CAMARA MUNICIPAL C/ SUPRIMENTOS	0,00		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	3.094.305,98	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	667.403,29
AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	381.932,01	ALIENACAO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00
AMORTIZACAO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00	ALIENACAO DE BENS E DIVERSOS	0,00
AMORTIZACAO DE DEBITOS CONSOLIDADOS	0,00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	110.711,34
AQUISICAO DE BENS DIVERSOS	0,00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS	0,00
AQUISICAO DE BENS MOVEIS	2.143.483,75	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES	0,00
AQUISICAO DE TITULOS E VALORES	0,00	COBRANCA DA DIVIDA ATIVA	0,00
CONSTR.E AQUIS.DE BENS DE NATUREZA INDUS	0,00	EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00
CONSTRUCAO E AQUISICAO DE BENS IMOVEIS	568.890,22	RECEBIMENTO DE DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	556.691,95
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	RECEBIMENTO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00
FORMACAO DE CREDITOS DIVERSOS	0,00		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.894.631,42	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.053.279,96
BAIXA BENS COMODATO INDEV PATRIMONIO	0,00	BAIXA BENS COMODATO INDEV PATRIMONIO	0,00
BAIXA DE PASSIV.PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	BAIXA BENS MOVEIS DIFERENCA ANOS ANTERIORES	0,00
BAIXAS DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	BAIXA DE ALMOXARIFADO	3.064.945,16
BAIXAS DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	BAIXA DE BENS ALIENADOS	0,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	1.933,75	BAIXA DE BENS DOACAO - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
CANCELAMENTO DIVIDA PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	BAIXA DE BENS ESCRITURADOS INDEVIDAMENTE	0,00
CANCELAMENTOS DE DIVIDAS PASSIVAS	24.339,52	BAIXA DE BENS EXTRAVIADOS - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
CORREÇÃO DIVIDA ATIVA - PARCELAMENTO	0,00	BAIXA DE BENS INCINERADOS	0,00
Entidades Autárquicas / Resultados c/ Ativo	0,00	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS	13.826,46
INC.BENS IMOVEIS CAMARA MUNICIPAL DIF ANO ANTERIOR	0,00	BAIXA DE BENS INSERVIVEIS - CÂMARA MUNICIPAL	0,00
INCORPORACAO DE ALMOXARIFADO	3.067.273,20	BAIXA DE BENS POR DOACAO	0,00
INCORPORACAO DE BENS E VALORES	434.953,33	BAIXA DE BENS POR FURTO OU ROUBO	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS CAMARA MUNICIPAL	0,00	BAIXA DE BENS POR PERMUTA	0,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS CAMARA MUNICIPAL	0,00	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00
INSCRICAO DA DIVIDA ATIVA	573.925,58	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA	0,00
INSCRICAO DE OUTROS CREDITOS	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA-ADMINISTRATIVAMENTE	167.279,70
OUTRAS PROVISÕES	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA-JUDICIAL DESCISÃO	0,00
PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	0,00	CANCELAMENTO DE CREDITOS	0,00
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	CORRECAO DE DIVIDAS PASSIVAS	123.500,55
PROVISÃO PARA FÉRIAS	0,00	DEPRECIAÇÃO DE AJUSTE CONTABIL PATRIMONIAL	0,00
REAVALIACAO DE BENS	0,00	DEPRECIACAO DE BENS	0,00
		DEVOLUCAO DE BENS	0,00
		ENCAMPACAO DE DIVIDAS PASSIVAS	65.600,41
		Entidades Autárquicas / Resultados c/ Passivo	0,00
		OUTRAS PROVISÕES	0,00

MATO GROSSO

Betha Sistemas

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

Exercício de 2009

Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Adminiministração Direta, Indireta e Fundacional

Variações Ativas		Variações Passivas	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.894.631,42	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.053.279,96
RECEBIMENTO DE BENS EM DOACAO	89.637,72	PERDAS FUNDOS INVESTIMENTOS FINANCEIRAS QUOTAS	0,00
RECUPERACAO PERDAS TITULOS QUOTAS FUNDOS INVESTIM	84.440,64	PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	PROVISÃO PARA FÉRIAS	0,00
TRANSF.DE OBRAS EM ANDAM.P/CUSTO FINAL	0,00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.618.127,68	RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	0,00
		TRANSF. DE BENS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00
		TRANSF.DE OBRAS EM ANDAMENT.P/CUSTO FINA	0,00
		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.618.127,68
		VALOR INCORPORACAO DUPLICIDADE/AUTARQUIA	0,00
Total de Variações Ativas	46.225.435,16	Total de Variações Passivas	46.148.946,04
		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	76.489,12
Total Geral	46.225.435,16	Total Geral	46.225.435,16

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO

Exercício de 2009

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

ANEXO 16

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa

Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
000060/92	02/01/2002	240	376.000,00	2.559.375,77 C	103.391,84	258.946,32	2.403.821,29 C
000394/02	04/06/2006	72	500.160,00	279.873,10 C	20.108,71	97.970,72	202.011,09 C
000501/04	31/12/2004	24	190.308,07	182.378,57 C	0,00	0,00	182.378,57 C
000758/09	26/08/2009	240	44.078,47	0,00	44.078,47	44.078,47	0,00
000771/09	19/11/2009	30	21.328,04	0,00	21.521,94	5.276,02	16.245,92 C
Totais				3.021.627,44 C	189.100,96	406.271,53	2.804.456,87 C

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa
Adminministração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2009
ANEXO 16

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	Valor
000060/92	02/01/2002	240	376.000,00	2.559.375,77 C	103.391,84	258.946,32	2.403.821,29 C
000394/02	04/06/2006	72	500.160,00	279.873,10 C	20.108,71	97.970,72	202.011,09 C
000501/04	31/12/2004	24	190.308,07	182.378,57 C	0,00	0,00	182.378,57 C
000758/09	26/08/2009	240	44.078,47	0,00	44.078,47	44.078,47	0,00
000771/09	19/11/2009	30	21.328,04	0,00	21.521,94	5.276,02	16.245,92 C
Totais				3.021.627,44 C	189.100,96	406.271,53	2.804.456,87 C

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO
Prefeito Municipal

ÁUREO SOARES FRUTUOSO
Secretario de Administração e Finanças

EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO
PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE
Demonstração da Dívida Flutuante
Administração Direta

Exercício de 2009
ANEXO 17

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - 2006	281.075,44 C	0,00	73.406,58	207.668,86 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2007	34.500,00 C	0,00	34.500,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 2004	13.844,00 C	0,00	0,00	13.844,00 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2009	0,00	1.631.957,13	0,00	1.631.957,13 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2009	0,00	884.884,80	0,00	884.884,80 C
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS - 2008	1.089.985,08 C	0,00	724.871,93	365.113,15 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2004	332.735,71 C	0,00	31.684,75	301.050,96 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2008	66.314,41 C	0,00	59.417,76	6.896,65 C
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 2002	73.992,70 C	0,00	0,00	73.992,70 C
Subtotal :	1.892.447,34 C	2.516.841,93	923.881,02	3.485.408,25 C
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS				
INSS - CONSTRUTORA JURUENA	0,00	163.363,11	163.363,11	0,00
INSS - PLANTECH ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA	0,00	37,62	37,62	0,00
B. VOTORANTIN-EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	749.404,65	749.404,65	0,00
INSS - TRAVA EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA	0,00	1.159,40	1.159,40	0,00
BANCO MORADA - EMPRESTIMO CONSIGNACAO	0,00	12.697,69	12.697,69	0,00
INSS - WIN CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	0,00	1.288,85	1.288,85	0,00
I.R.R.F. - FOLHA PAGAMENTO FUNCIONARIOS	0,00	316.410,92	316.410,92	0,00
CAIXA EC. FED- EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	63.546,45	63.546,45	0,00
INSS - JADE ENGENHARIA IND.E COM. DE EST. MET.LTDA	0,00	4.166,13	4.166,13	0,00
INSS - PROLL CONSTRUCOES LTDA	0,00	1.539,69	1.539,69	0,00
INSS - CONSTRUTORA IMPACTO LTDA	0,00	2.981,44	2.981,44	0,00
INSS - C S DA ROCHA E CIA LTDA	0,00	3.638,18	3.638,18	0,00
PASEP PGTO EXTRA-FUNCIONARIOS	0,00	75.078,58	75.078,58	0,00
INSS - CONSPAVI CONSTRUCAO E PARTICIPACAO LTDA	0,00	51.936,75	51.936,75	0,00
INSS - VIRGINIO PANSERA	0,00	144,00	144,00	0,00
INSS - CONSTRUTORA ROCHA LTDA	0,00	7.393,18	7.393,18	0,00
BANCO BRASIL - EMPRESTIMOS CONCEDIDOS FUNCIONARIOS	0,00	313.126,46	313.126,46	0,00
INSS - PRESTADOR SERVICOS	0,00	8.986,42	8.986,42	0,00
INSS - ORIDES BORGES VIEIRA - SERVICOS ME	0,00	7.386,60	7.386,60	0,00
CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	25.122,02	25.122,02	0,00
PENSAO ALIMENTICIAS	0,00	14.489,60	14.489,60	0,00
SINTEP - MT	0,00	11.603,16	11.603,16	0,00
I.N.S.S.	0,00	112.453,02	112.453,02	0,00
I.N.S.S. - SAÚDE	0,00	74.845,81	74.845,81	0,00
I.N.S.S. - EDUCAÇÃO	0,00	26.990,91	26.990,91	0,00
PREVIGUAR - SAÚDE	0,00	269.049,64	269.049,64	0,00
INSS - FUNDEB 60%	0,00	83.918,47	83.918,47	0,00
PREVIGUAR	0,00	177.631,74	177.631,74	0,00
PREVIGUAR - FUNDEB 40%	0,00	100.153,87	100.153,87	0,00
PREVIGUAR - FUNDEB 60%	0,00	281.984,82	281.984,82	0,00
PREVIGUAR - EDUCACAO	0,00	5.352,46	5.352,46	0,00
Subtotal :	0,00	2.967.881,64	2.967.881,64	0,00
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR				
BANCO DO BRASIL - BNDES - PMAT	0,00	97.970,72	97.970,72	0,00
I.N.S.S. - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	0,00	19.738,95	19.738,95	0,00
INSS ADMINISTRATIVO	0,00	258.946,32	258.946,32	0,00

Betha Sistemas

MATO GROSSO

Exercício de 2009

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

ANEXO 17

Demonstração da Dívida Flutuante

Administração Direta

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR				
SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA	0,00	5.276,02	5.276,02	0,00
Subtotal :	0,00	381.932,01	381.932,01	0,00
Total :	1.892.447,34 C	5.866.655,58	4.273.694,67	3.485.408,25 C

Nota: Na coluna Baixa, estão sendo considerados valores de cancelamentos de: Restos a Pagar no valor de R$ 1.933,75 (um mil novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

MATO GROSSO

Exercício de 2009

PREFEITURA MUN. GUARANTA DO NORTE

ANEXO 17

Demonstração da Dívida Flutuante

Adminministração Direta, Indireta e Fundacional

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	1.893.827,00 C	2.517.793,94	925.260,68	3.486.360,26 C
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.190.825,72	3.190.825,72	0,00
Subtotal :	1.893.827,00 C	2.517.793,94	925.260,68	3.486.360,26 C
SERVICOS DA DIVIDA A PAGAR	0,00	381.932,01	381.932,01	0,00
Subtotal :	0,00	3.190.825,72	3.190.825,72	0,00
Total : al :	1.893.827,00 C	6.090.551,67	4.498.018,41	3.486.360,26 C

Nota: Na coluna Baixa, estão sendo considerados valores de cancelamentos de: Restos a Pagar no valor de R$ 1.933,75 (um mil novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

GUARANTA DO NORTE , 05/02/2010

MERCIDIO PANOSSO	ÁUREO SOARES FRUTUOSO	EVANDRO ROGERIO ESPERANÇA
Prefeito Municipal	Secretario de Administração e Finanças	T.C. C.R.C.- MT-005.217/O-4

Prefeitura Municipal de Indiavaí

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 002/2010

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2010, cujo Objeto é: **Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica do Município e Materiais Permanentes para Unidade de Saúde da Família** Dia: 15/04/2010. Entrega dos Envelopes: Até as 08:30 horas (horário de Mato Grosso), do dia 15/04/2010, no endereço Av. Jaime Campos, nº 295. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getulio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, e no site www.prefeituradeindiavai.com.br, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (pmindiaivailicitacao@gmail.com);** Abertura do envelope Nº 01: Às 09:00 horas, do dia 15 de Abril de 2010, no endereço de entrega citado acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Indiavaí – MT. 25 de março de 2010.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS –
Pregoeiro.

Prefeitura Municipal de Itaúba

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: Autorização de Contratação para Ministrar Cursos
Referência: Contratação de empresa para Ministrar Cursos.
OBJETO: Contratação de empresa para ministrar cursos aos beneficiários dos programas Bolsa Família, Projovem e pessoas referenciadas no CRAS.
FAVORECIDO: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC-AR/MT. CNPJ 03.658868/0001-71
VALOR ESTIMADO: R$ 26.720,00 (vinte e seis mil setecentos e vinte reais)
PRAZO DE EXECUÇÃO: 09 (nove) meses.
JUSTIFICATIVA: JUSTIFICATIVA 001/SASC/2010.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso XIII da Lei n.º 8.666/93.
Ratifico o ato de dispensa de licitação com fulcro na Justificativa nº 001/SASC/2010 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos do Art. 26 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Itaúba – MT., 24 de Março de 2010.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Lambari D' Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO
PREGAO Nº 001/2010

Objeto do Pregão: Registro de Preços, para futura contratação do fornecimento de Material de Construção, Materiais para instalações Elétricas, Materiais Hidráulicos e Esgoto, Materiais de Pintura e Ferramentas em Geral Para serem utilizados nas Secretarias deste Município.
Data da realização: 29/01/2010

EMPRESA: **ELETRO FAN COMERCIAL LTDA - EPP** sagrou-se vencedora nos itens: 02,13,17,18,19,33,34,35,36,37,38,39,42,45,46,47,52,53,54,55,70,71,76,77,78,84,85,86,88,89,90,93,94,96,97,98,101,102,103,104,107,109,110,111,112,113,114,115,122,123,124,130,131,132,135,136,138,139,140,141,142,143,145,146,147,148,149,151,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,165,166,169,170,171,172,173,174,175,176,177,178,179,180,181,182,191,192,193,195,196,198,199,200,202,203,205,206,207,210,222,223,254,256,257,258,260,261,264,275,279,283,287,288,289,291,293,294,295,296,297,300,301,302,303,304,305,309,310,311,312,313,314,315,316,317,319,320,321,322,324,325,328,329,331,332,333,334,335,338,339,340,345,346,349,357,358,359,361,362,364,371,372,373,374,375, totalizando o valor de **R$ 73.760,45 (setenta e três mil, setecentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos)** preço total.

EMPRESA: **EVANDRO C. SOUZA – ME** sagrou-se vencedora nos itens 01,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,14,15,16,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,40,41,43,44,48,49,50,51,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,72,73,74,75,79,80,81,82,83,87,91,92,95,99,100,105,106,108,116,117,118,119,120,121,125,126,127,128,129,133,134,137,144,150,152,167,168,183,184,185,186,187,188,189,190,194,197,201,204,208,209,211,212,213,214,215,216,217,218,219,220,221,224,225,226,227,228,229,230,231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246,247,248,249,250,251,252,253,255,259,262,263,265,266,267,268,269,270,271,272,273,274,276,277,278,280,281,282,284,285,286,290,292,298,299,306,307,308,318,323,326,327,330,336,337,341,342,343,344,347,348,350,351,352,353,354,355,356,360,363,365,366,367,368,369,370, totalizando o valor de **R$ 209.679,12 (duzentos e nove mil, seiscentos e setenta e nove reais e doze centavos)**

LAMBARI D'OESTE MT, 29 de Janeiro de 2010.

Rubens Ventura
Pregoeiro

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2010
TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Srª. MARIA MANEA DA CRUZ, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Senhor Gercilio Mendes da Silva, Secretário Municipal de Saúde, no processo de contratação direta com o Drº **FRANCISCO DE PAULA RABELLO DE MIRANDA**, objeto: Contratação emergencial de 01 (um) profissional especializado para prestar serviços como médico clínico geral, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Lambari D'Oeste - MT, por um período de 60 (sessenta) dias., mediante o pagamento de valor total de R$ 37.480,00 (trinta e sete mil quatrocentos e oitenta) reais que serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais de R$ 18.740,00 (dezoito mil e setecentos e quarenta reais)., onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 001/2010, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, e autoriza a Contratação do Drº FRANCISCO DE PAULA RABELLO DE MIRANDA para realização do objeto.

Lambari D'Oeste 23 MT, de fevereiro de 2010.

Maria Manea da Cruz
Prefeita Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2010
TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Srª. MARIA MANEA DA CRUZ, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Senhor Gercilio Mendes da Silva, Secretário Municipal de Saúde, no processo de contratação direta com o Drº **OTAVIO JOSÉ DE PAULA JUNIOR**, objeto: Contratação emergencial de 01 (um) profissional especializado para prestar serviços como médico clínico geral, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Lambari D'Oeste - MT, por um período de 60 (sessenta) dias, mediante o pagamento de valor total de R$: 34.720,00 - (trinta e quatro mil setecentos e vinte) que serão pagos em 02 (duas) parcelas mensais de R$: 17.360,00 (dezessete mil trezentos e sessenta reais)., onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 003/2010, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso IV, da Lei Federal 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada, ordena sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal, e autoriza a Contratação do Drº **OTAVIO JOSÉ DE PAULA JUNIOR** para realização do objeto.

Lambari D'Oeste MT, 26 de fevereiro de 2010.

Maria Manea da Cruz
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Marcelândia

AVISO DE RESULTADO

Pregão Presencial N.º 002/2010
Registro de Preço N.° 001/2010

O Município de Marcelândia, através de sua Pregoeira Oficial, torna Público aos interessados, o resultado do Julgamento do Pregão Presencial RP nº. **002/2010**, cujo objeto trata-se da aquisição de **Contratação de empresa para prestação de serviço de agenciamento para fornecimento de aproximadamente 96 bilhetes de passagens aéreas nacionais,** conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante do Edital, cuja abertura se deu no dia 26 de Março de 2010, às 08h30min (Horário de Brasília), a presente licitação foi cancelada, pois foi considerado como deserta devido ao fato de nenhuma empresa ter enviado proposta.

Aos interessados avisamos que tão logo será publicado novo procedimento licitatório.

Marcelândia MT, 26 de Março de 2010.

Daiane Quirino dos Santos
Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Matupá

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25.000.000,00	25.694.584,61	694.584,61	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	26.146.100,00	24.622.614,48	-1.523.485,52
RECEITAS CORRENTES	22.302.200,00	22.016.193,50	-286.006,50	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	25.876.100,00	24.465.861,02	-1.410.238,98
RECEITA TRIBUTARIA	1.368.600,00	1.850.288,27	481.688,27	CRÉDITOS ESPECIAIS	270.000,00	156.753,46	-113.246,54
RECEITA DE CONTRIBUICOES	113.000,00	25.143,04	-87.856,96	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA PATRIMONIAL	169.500,00	74.808,65	-94.691,35				
RECEITA DE SERVICOS							
TRANSFERENCIAS CORRENTES	20.266.000,00	19.571.782,79	-694.217,21				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	385.100,00	494.170,75	109.070,75				
RECEITAS DE CAPITAL	5.491.000,00	6.153.368,01	662.368,01				
ALIENACAO DE BENS	1.000,00		-1.000,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	5.490.000,00	6.153.368,01	663.368,01				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-2.793.200,00	-2.474.976,90	318.223,10				
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-2.793.200,00	-2.474.976,90	318.223,10				
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		11.429,57	11.429,57	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		950.000,00	950.000,00
REPASSE DO LEGISLATIVO (DEVOLUçAO)		11.429,57	11.429,57	REPASSE AO LEGISLATIVO		950.000,00	950.000,00
Subtotal	25.000.000,00	25.706.014,18	706.014,18	*Subtotal*	26.146.100,00	25.572.614,48	-573.485,52
DÉFICIT TOTAL	1.146.100,00		-1.146.100,00	SUPERAVIT TOTAL		133.399,70	133.399,70
TOTAL	26.146.100,00	25.706.014,18	-440.085,82	TOTAL	26.146.100,00	25.706.014,18	-440.085,82

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			25.694.584,61
RECEITA TRIBUTARIA		19.993.660,84	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		28.702,14	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		5.672.221,63	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS			11.429,57
REPASSE DO LEGISLATIVO (DEVOLUçAO)		11.429,57	
Total da Receita Orçamentária			**25.706.014,18**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			1.762.757,78
DEPOSITOS		1.762.757,78	
PREVIDENCIA MUNICIPAL - GERAL	76.607,73		
PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEF 60%	99.292,66		
DEPOSITOS - I.N.S.S - GERAL	74.592,41		
DEPOSITOS - I.N.S.S - FUNDEF	86.086,88		
INSS - PRESTADOR DE SERVICO	32.183,77		
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	425.856,19		
DEPOSITO - SALARIO FAMILIA	16.407,71		
INSS FUNDEF 40%	27.458,59		
INSS SAUDE	56.907,40		
INSS EDUCACAO GERAL	21.723,88		
PREVIDENCIA MUNICIPAL FUNDEF 40%	60.735,93		
PREVIDENCIA MUNICIPAL SAUDE	114.084,38		
PREVIDENCIA MUNICIPAL EDUCACAO GERAL	8.985,86		
EMPRESTIMO BANCARIO HSBC	19.852,29		
EMPRESTIMO BANCARIO BMG	159.073,04		
DEPOSITO - I.R.R.F	438.715,91		
PENSAO ALIMENTICIA	4.422,55		
EMPRESTIMO BANCARIO CAIXA ECONOMICA FEDER	36.460,42		
EMPRESTIMO BANCARIO BV FINANCEIRA	3.310,18		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			1.580.136,34
DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		1.580.136,34	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**3.342.894,12**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			8.246,28
CONTAS VINCULADAS			455.137,68
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			**463.383,96**
TOTAL DA RECEITA			**29.512.292,26**

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
DESPESA EMPENHADA			24.622.614,48
JUDICIARIA		2.278,60	
ADMINISTRACAO		2.683.263,74	
ASSISTENCIA SOCIAL		1.038.060,24	
SAUDE		5.632.570,01	
EDUCACAO		6.499.052,39	
CULTURA		320.174,36	
URBANISMO		5.259.209,92	
SANEAMENTO		67.138,23	
GESTAO AMBIENTAL		7.890,14	
CIENCIA E TECNOLOGIA		60.796,17	
AGRICULTURA		512.382,77	
INDUSTRIA		167.502,90	
ENERGIA		75.017,64	
TRANSPORTE		1.714.978,82	
DESPORTO E LAZER		155.150,98	
ENCARGOS ESPECIAIS		427.147,57	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			950.000,00
REPASSE AO LEGISLATIVO		950.000,00	
Total da Despesa Orçamentária			**25.572.614,48**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			1.768.352,81
DEPOSITOS		1.733.053,61	
PREVIDENCIA MUNICIPAL - GERAL	70.177,75		
PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEF 60%	91.649,97		
DEPOSITOS - I.N.S.S - GERAL	74.592,41		
DEPOSITOS - I.N.S.S - FUNDEF	86.086,88		
INSS - PRESTADOR DE SERVICO	32.183,77		
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	425.856,19		
DEPOSITO - SALARIO FAMILIA	16.407,71		
INSS FUNDEF 40%	27.458,59		
INSS SAUDE	56.907,40		
INSS EDUCACAO GERAL	21.723,88		
PREVIDENCIA MUNICIPAL FUNDEF 40%	55.409,33		
PREVIDENCIA MUNICIPAL SAUDE	104.808,54		
PREVIDENCIA MUNICIPAL EDUCACAO GERAL	7.956,80		
EMPRESTIMO BANCARIO HSBC	19.852,29		
EMPRESTIMO BANCARIO BMG	159.073,04		
DEPOSITO - I.R.R.F	438.715,91		
PENSAO ALIMENTICIA	4.422,55		
EMPRESTIMO BANCARIO CAIXA ECONOMICA FEDER	36.460,42		
EMPRESTIMO BANCARIO BV FINANCEIRA	3.310,18		
RESTOS A PAGAR - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS		35.299,20	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**1.768.352,81**

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			199.157,66
CONTAS VINCULADAS			1.972.167,31
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo para o Exercício Seguinte			**2.171.324,97**
TOTAL DA DESPESA			**29.512.292,26**

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento (CONSOLIDADO)	199.644,13		
Bancos Contas Vinculadas (CONSOLIDADO)	1.972.167,31		
Aplicacoes Financeiras (CONSOLIDADO)	3.611.908,43	5.783.719,87	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			5.783.719,87
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**5.783.719,87**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
Divida Ativa - Tributaria (PREFEITURA)	1.930.233,62	1.930.233,62	
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
BENS MOVEIS E UTENSILIOS (PREFEITURA)	4.639.364,05		
Bens Moveis e Utensilios (CAMARA)	111.116,96		
Moveis e Utensilios (FUNDO)	15.013,26		
(-) Depreciacao Acumulada (CONSOLIDADO)	-4.141,67		
BENS IMOVEIS			
Bens - Imoveis (PREFEITURA)	4.320.138,87		
Bens Imoveis (CAMARA)	24.966,42		
Imoveis (FUNDO)	40.000,00	9.146.457,89	11.076.691,51
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**11.076.691,51**
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**16.860.411,38**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
Restos a Pagar 2008 - N.Proc. (PREFEITURA)	11.893,33		
Restos a Pagar 2009 - N.Proc. (CONSOLIDADO)	1.580.136,34	1.592.029,67	
DEPOSITOS			
Previdencia Municipal - Geral (PREFEITURA)	6.429,98		
Previdencia Municipal - FUNDEF 60% (PREFEITU	7.642,69		
Previdencia Municipal FUNDEB 40% (PREFEITURA	5.326,60		
Previdencia Municipal Saude (PREFEITURA)	9.275,84		
Previdencia Municipal Educacao Geral (PREFEI	1.029,06	29.704,17	1.621.733,84
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			**1.621.733,84**

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
Parcelamento - INSS (PREFEITURA)	387.867,21	387.867,21	
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
PROVISOES PARA BENEFICIOS CONCEDIDOS (CONSOL	694.616,25		
PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER (CONSOL	3.174.511,34		
(-) RESERVAS A AMORTIZAR (CONSOLIDADO)	-930.641,73	2.938.485,86	3.326.353,07
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			**3.326.353,07**
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**4.948.086,91**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
ATIVO REAL LIQUIDO			11.912.324,47

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			

Emitido em: às 15:25 Horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	589.163,15		
GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			589.163,15
TOTAL DO ATIVO			17.449.574,53

PASSIVO

BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	589.163,15		
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			589.163,15
TOTAL DO PASSIVO			17.449.574,53

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			25.706.014,18	RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			25.572.614,48
RECEITAS ORCAMENTARIAS		25.694.584,61		DESPESAS ORCAMENTARIAS		24.622.614,48	
RECEITA TRIBUTARIA	19.993.660,84			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.060.314,97		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	28.702,14			OUTRAS DESPEAS CORRENTES	7.747.162,03		
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	5.672.221,63			INVESTIMENTOS	6.692.903,21		
INTERFERENCIAS ATIVAS		11.429,57		AMORTIZACAO DA DIVIDA	122.234,27		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	11.429,57			INTERFERENCIAS PASSIVAS		950.000,00	
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	950.000,00		
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**25.706.014,18**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**25.572.614,48**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
MUTACOES PATRIMONIAIS			3.555.391,56	MUTACOES PATRIMONIAIS			379.706,13
AQUISICAO/CONSTRUCAO DE BENS		3.433.157,29		LIQUIDACAO DE CREDITOS - P/ ENTR. RECURSOS		379.706,13	
BENS MOVEIS	373.103,72			COBRANCA DE CREDITOS	379.706,13		
BENS IMOVEIS	137.012,15						
MATERIAIS DE CONSUMO	2.923.041,42						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		122.234,27					
AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA	122.234,27						
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**3.555.391,56**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**379.706,13**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
INDEPENDENTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			649.310,99	INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAMENTARIA			2.987.403,93
INCORPORACAO DE ATIVOS		145.243,75		DESINCORPORACAO DE ATIVOS		2.981.010,05	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	145.243,75			DESINCORPORACAO DE BENS	57.968,63		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		504.067,24		CONSUMO DE MATERIAIS	2.923.041,42		
INSCRICAO DE CREDITOS	504.067,24			INCORPORACAO DE PASSIVOS		6.393,88	
				ATUALIZACAO DE DIVIDA FUNDADA	6.393,88		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**649.310,99**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**2.987.403,93**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**29.910.716,73**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**28.939.724,54**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**970.992,19**
TOTAL GERAL			**29.910.716,73**	Total Geral			**29.910.716,73**

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento

LEI Nº. 659/ 2010.

"Cria o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura (psicultura) Familiar e dá outras providencias."

O Excelentíssimo Senhor Dr. ZENILDO PACHECO SAMPAIO Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado no Município de Nossa Senhora do Livramento, o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura (Psicultura) Familiar, com apoio e incentivo a atividade da piscicultura, na fase de implantação e construção de tanques (viveiros), visando aumentar a produção e agregar renda ás famílias rurais, mediante projetos específicos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a disponibilizar recurso financeiro e maquinário próprio ou de terceiros mediante locação, para a construção de tanques (viveiros) no Maximo de 1 hectare de lâmina d'agua por família, apta a desenvolver o Programa mencionado.

§ 1º - O numero de famílias beneficiadas, será definido pelo montante de recursos disponíveis no orçamento municipal e ou captados mediante convênios com entidades municipais, estaduais e federais.

§ 2º - O custo despendido na construção dos tanques será definido no final da construção dos mesmos, mediante relatório e planilha de gastos do executor, com a participação e concordância da família beneficiada.

§ 3º - Na planilha de gastos serão considerados os valores de mercado referente aos combustíveis, aos lubrificantes e demais produtos necessários na manutenção e custeio da maquina executora, no período de uso em favor do produtor beneficiado, desprezado o valor da hora/ maquina.

Art. 3º - O custo despendido na construção dos tanques (viveiros) captados mediante convênios, será ressarcido pela família beneficiada ao Erário Municipal, nos 03 (três) primeiros ciclos de produção de peixe, no montante de 20% (vinte por cento) da produção de cada viveiro, para a utilização e incremento na merenda escolar e outras promoções sociais desenvolvidas pelo Município.

§ 1º - O ressarcimento poderá ser feito em moeda corrente, após a construção dos tanques (viveiros), tomando-se por base o preço médio de mercado correspondente ao produto exigido.

§ 2º - Poderá ser formado um fundo para hospedar os valores ressarcidos, que somente poderão ser utilizados para beneficio de outros produtores na mesma linha e finalidade do Programa referenciado.

Art. 4º - São condições imprescindíveis aos produtores para a obtenção dos benefícios do Programa em questão:

1. Ser proprietário ou posseiro, formalizado e devidamente comprovado de estabelecimentos rurais e assentamentos localizados no Município de Nossa Senhora do Livramento;
2. Ter qualificação e perfil de enquadramento nos parâmetros de classificação do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF – do Governo Federal, nas categorias A, AC, B, C, D e E;
3. Ter a participação da família (esposa, filhos ou filhas) nas reuniões, oficinas, cursos do Programa em no mínimo de 80% (oitenta por cento) da presença.

Parágrafo único – Os beneficiários do Programa serão selecionados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, de forma isonômica e criteriosa, considerando, principalmente, os efeitos da pretensão ao meio ambiente.

Art. 5º - O Executivo Municipal poderá oferecer descontos de até 25% (vinte e cinco por cento) no ressarcimento dos custos de implantação e construção dos tanques (viveiros) para os produtores(as) participantes em empreendimentos de Economia Solidária (associações, cooperativas).

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, em 22 de março de 2010.

Zenildo Pacheco Sampaio
PREFEITO MUNICIPAL

Gabinete do Prefeito
CONVITE

O Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT, convida Vossa Senhoria para participar da **Audiência Publica** no dia **26/03/2010** (vinte e seis de março de dois mil e dez)- sexta feira às **09:00 horas** da manhã na **Câmara Municipal**, com seguinte Assunto:

- Discussão para Elaboração da LDO/2011, e
- Apresentação da Prestação de Contas referente ao 1° bimestre de 2010.

Reafirmamos a necessidade do comparecimento de Vossa Senhoria, para o engrandecimento do nosso município.

Nossa Senhora do Livramento, 25 de Março de 2010.

ZENILDO PACHECO SAMPAIO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORCAMENTÁRIA	7.750.000,00	7.871.927,40	121.927,40	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	8.061.000,00	7.727.303,37	-333.696,63
RECEITAS CORRENTES	7.879.000,00	8.193.890,38	314.890,38	CREDITOS ORÇAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	7.956.000,00	7.657.303,37	-298.696,63
RECEITA TRIBUTARIA	226.000,00	207.384,88	-18.615,12	CRÉDITOS ESPECIAIS	105.000,00	70.000,00	-35.000,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	320.000,00	228.718,07	-91.281,93	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA PATRIMONIAL	179.000,00	91.958,24	-87.041,76				
RECEITA DE SERVICOS	43.000,00	82.150,02	39.150,02				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.051.000,00	7.519.836,24	468.836,24				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	63.842,93	3.842,93				
RECEITAS DE CAPITAL	647.000,00	557.846,02	-89.153,98				
ALIENACAO DE BENS	10.000,00	97.000,00	87.000,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	632.000,00	460.846,02	-171.153,98				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5.000,00		-5.000,00				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	260.000,00	158.358,17	-101.641,83				
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	260.000,00	158.358,17	-101.641,83				
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-1.036.000,00	-1.038.167,17	-2.167,17				
(-) DEDUCAO DE RECEITAS	-1.036.000,00	-1.038.167,17	-2.167,17				
Subtotal	7.750.000,00	7.871.927,40	121.927,40	*Subtotal*	8.061.000,00	7.727.303,37	-333.696,63
DEFICIT TOTAL	311.000,00		-311.000,00	SUPERAVIT TOTAL		144.624,03	144.624,03
TOTAL	8.061.000,00	7.871.927,40	-189.072,60	TOTAL	8.061.000,00	7.871.927,40	-189.072,60

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (interferências financeiras).

DORIVAL LORCA
Prefeito

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretaria de Financas e Planejamen

JAIR FRASSON
TC CRC-MT 2513/0-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA ORÇAMENTARIA				DESPESA ORÇAMENTARIA			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			7.871.927,40	DESPESA EMPENHADA			7.727.303,37
RECEITA TRIBUTARIA		207.384,88		LEGISLATIVO		420.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		228.718,07		ADMINISTRACAO		1.413.788,64	
RECEITA PATRIMONIAL		91.958,24		ASSISTENCIA SOCIAL		345.506,74	
RECEITA DE SERVICOS		82.150,02		PREVIDENCIA SOCIAL		79.559,32	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		7.519.836,24		SAUDE		1.396.002,01	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		63.842,93		EDUCACAO		1.852.997,67	
ALIENACAO DE BENS		97.000,00		CULTURA		29.523,26	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		460.846,02		URBANISMO		85.248,09	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES - OPERACOES INTRAOR		158.358,17		HABITACAO		264.004,45	
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO FUND		-1.038.167,17		SANEAMENTO		282.483,63	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS				AGRICULTURA		347.975,62	
				INDUSTRIA		150.000,00	
				ENERGIA		48.489,24	
				TRANSPORTE		987.729,47	
				DESPORTO E LAZER		23.995,23	
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			
Total da Receita Orçamentária			**7.871.927,40**	**Total da Despesa Orçamentária**			**7.727.303,37**

EXTRA-ORÇAMENTARIA				EXTRA-ORÇAMENTARIA			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES				CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			423.425,82	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			423.425,82
DEPOSITOS		423.425,82		DEPOSITOS		423.425,82	
I.N.S.S. - ADM (PREFEITURA MUNICIPAL DE N	26.266,50			I.N.S.S. - ADM (PREFEITURA MUNICIPAL DE N	26.266,50		
DEPOSITO - INSS (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA	20.488,80			DEPOSITO - INSS (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA	20.488,80		
I.N.S.S. - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL DE	21.060,73			I.N.S.S. - SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL DE	21.060,73		
DEPOSITO - IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA	563,75			DEPOSITO - IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA	563,75		
I.N.S.S. - EDUCACAO (PREFEITURA MUNICIPAL	731,19			I.N.S.S. - EDUCACAO (PREFEITURA MUNICIPAL	731,19		
ISSQN (FUNDO MUN PREV SOCIAL SERV MUN NOV	412,80			ISSQN (FUNDO MUN PREV SOCIAL SERV MUN NOV	412,80		
I.N.S.S - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICIPA	3.670,20			I.N.S.S - FUNDEB 40% (PREFEITURA MUNICIPA	3.670,20		
ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HEL	1.680,00			ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HEL	1.680,00		
INSS- FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	5.443,58			INSS- FUNDEB 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	5.443,58		
CONSIGNACAO CEF. (CAMARA MUNICIPAL DE NOV	2.592,27			CONSIGNACAO CEF. (CAMARA MUNICIPAL DE NOV	2.592,27		
ISSQN (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA	2.588,55			ISSQN (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA	2.588,55		
PREVIDENCIA. MUN. - ADM (PREFEITURA MUNIC	42.600,66			PREVIDENCIA. MUN. - ADM (PREFEITURA MUNIC	42.600,66		
PREVIDENCIA MUNICIPAL - SAUDE (PREFEITURA	36.943,19			PREVIDENCIA MUNICIPAL - SAUDE (PREFEITURA	36.943,19		
PREVIDENCIA MUNICIPAL - EDUCACAO (PREFEIT	5.822,29			PREVIDENCIA MUNICIPAL - EDUCACAO (PREFEIT	5.822,29		
PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 60% (PREFE	44.149,59			PREVIDENCIA MUNICIPAL - FUNDEB 60% (PREFE	44.149,59		
PREVIDENCIA MUN. - FUNDEB 40 (PREFEITURA	28.842,44			PREVIDENCIA MUN. - FUNDEB 40 (PREFEITURA	28.842,44		
CONSIGNACAO DA CX - ADM (PREFEITURA MUNIC	18.873,78			CONSIGNACAO DA CX - ADM (PREFEITURA MUNIC	18.873,78		
CONSIGNACAO DA CX - SAUDE (PREFEITURA MUN	2.442,12			CONSIGNACAO DA CX - SAUDE (PREFEITURA MUN	2.442,12		
CONSIGNACAO DA CX - 60% (PREFEITURA MUNIC	3.713,05			CONSIGNACAO DA CX - 60% (PREFEITURA MUNIC	3.713,05		
CONSIGNACAO DA CX - 40% (PREFEITURA MUNIC	9.088,80			CONSIGNACAO DA CX - 40% (PREFEITURA MUNIC	9.088,80		
CONSIGNACAO DO SICREDI - ADM (PREFEITURA	14.842,95			CONSIGNACAO DO SICREDI - ADM (PREFEITURA	14.842,95		
CONSIGNACAO DO SICREDI - SAUDE (PREFEITUR	14.051,44			CONSIGNACAO DO SICREDI - SAUDE (PREFEITUR	14.051,44		
CONSIGNACAO DO SICREDI - EDUCACAO (PREFEI	1.402,41			CONSIGNACAO DO SICREDI - EDUCACAO (PREFEI	1.402,41		
CONSIGNACAO DO SICREDI - 40% (PREFEITURA	16.306,94			CONSIGNACAO DO SICREDI - 40% (PREFEITURA	16.306,94		
CONSIGNACAO DO SICREDI - 60% (PREFEITURA	4.971,03			CONSIGNACAO DO SICREDI - 60% (PREFEITURA	4.971,03		
CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - EDUCACAO (PRE	912,00			CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - EDUCACAO (PRE	912,00		
CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - 40% (PREFEITU	8.810,08			CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - 40% (PREFEITU	8.810,08		
CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - SAUDE (PREFEI	15.235,79			CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - SAUDE (PREFEI	15.235,79		
CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - 60% (PREFEITU	5.858,08			CONSIGNACAO DO BCO M. SOL - 60% (PREFEITU	5.858,08		
CONSIGNACOES BCO. SEMEAR ADM (PREFEITURA	2.238,48			CONSIGNACOES BCO. SEMEAR ADM (PREFEITURA	2.238,48		
CONSIGNACAO BCO M SOL ADM (PREFEITURA MUN	2.507,12			CONSIGNACAO BCO M SOL ADM (PREFEITURA MUN	2.507,12		
BANCO RURAL ADM (PREFEITURA MUNICIPAL DE	3.770,70			BANCO RURAL ADM (PREFEITURA MUNICIPAL DE	3.770,70		
BANCO RURAL SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL D	3.431,88			BANCO RURAL SAUDE (PREFEITURA MUNICIPAL D	3.431,88		
BANCO RURAL EDUCACAO (PREFEITURA MUNICIPA	775,39			BANCO RURAL EDUCACAO (PREFEITURA MUNICIPA	775,39		
BANCO RURAL 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	1.708,10			BANCO RURAL 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	1.708,10		
BANCO RURAL 40% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	4.619,25			BANCO RURAL 40% (PREFEITURA MUNICIPAL DE	4.619,25		
SINTEP SINDICAL ADM (PREFEITURA MUNICIPAL	97,85			SINTEP SINDICAL ADM (PREFEITURA MUNICIPAL	97,85		
SINTEP SINDICAL 40% (PREFEITURA MUNICIPAL	164,61			SINTEP SINDICAL 40% (PREFEITURA MUNICIPAL	164,61		
SINTEP SINDICAL 60% (PREFEITURA MUNICIPAL	1.359,07			SINTEP SINDICAL 60% (PREFEITURA MUNICIPAL	1.359,07		
IRRF- 40% (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA S	55,62			IRRF- 40% (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA S	55,62		
IRRF- 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA S	21.751,86			IRRF- 60% (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA S	21.751,86		
PASEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA	20.600,88			PASEP (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA	20.600,88		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			86.557,98	CANCELAMENTOS REALIZADOS			
DESPESAS A PAGAR - PROCESSADAS		86.557,98					
CANCELAMENTOS REALIZADOS							
Total da Receita Extra-Orçamentária			**509.983,80**	**Total da Despesa Extra-Orçamentária**			**423.425,82**

SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCICIO SEGUINTE			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA				CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			166.383,79	CONTAS MOVIMENTO			63.685,78

Emitido em: 31/12/2009 às 16:41 Horas

Agili - Solucoes Integradas Para Area Publica

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
CONTAS VINCULADAS			245.460,52	CONTAS VINCULADAS			255.599,80
APLICACOES FINANCEIRAS			826.142,90	APLICACOES FINANCEIRAS			1.149.883,64
Total do Saldo do Exercicio Anterior			1.237.987,21	Total do Saldo para o Exercicio Seguinte			1.469.169,22
TOTAL DA RECEITA			9.619.898,41	TOTAL DA DESPESA			9.619.898,41

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (interferências financeiras).

DORIVAL LORCA
Prefeito

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretaria de Financas e Planejamen

JAIR FRASSON
TC CRC-MT 2513/0-8

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento (CONSOLIDADO)	63.685,78		
Bancos Contas Vinculadas (CONSOLIDADO)	255.599,80		
Aplicacoes Financeiras (CONSOLIDADO)	1.149.883,64	1.469.169,22	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			1.469.169,22
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**1.469.169,22**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
Divida Ativa Tributaria (PREFEITURA)	484.145,54	484.145,54	
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
BENS MOVEIS (PREFEITURA)	2.117.278,12		
BENS MOVEIS (CAMARA)	58.983,29		
Bens moveis (Fundo)	6.297,90		
BENS IMOVEIS			
BENS IMOVEIS (PREFEITURA)	1.698.749,03		
BENS IMOVEIS (CAMARA)	75.752,29	3.957.060,63	4.441.206,17
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			**4.441.206,17**
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**5.910.375,39**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$

ATIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	376.000,00		
GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
Restos a Pagar 2009 - Proc. (CONSOLIDADO)	86.557,98	86.557,98	
DEPOSITOS			86.557,98
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			**86.557,98**

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
PROVISOES PARA BENEFICIOS CONCEDIDOS (CONSOL	429.536,21		
PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER (CONSOL	829.791,58	1.259.327,79	1.259.327,79
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			**1.259.327,79**
PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			**1.345.885,77**

SALDO PATRIMONIAL

Títulos	R$	R$	R$
ATIVO REAL LIQUIDO			4.564.489,62

PASSIVO COMPENSADO

Títulos	R$	R$	R$
CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	376.000,00		
CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES			
CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			

Emitido em: às 16:42 Horas

Agili - Solucoes Integradas Para Area Publica

Pág: 001

ESTADO DE MATO GROSSO - Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			376.000,00	RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			376.000,00
TOTAL DO ATIVO			6.286.375,39	TOTAL DO PASSIVO			6.286.375,39

DORIVAL LORCA
Prefeito

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretaria de Financas e Planejamen

JAIR FRASSON
TC CRC-MT 2513/0-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 104 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			7.871.927,40	RESULTANTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			7.727.303,37
RECEITAS ORCAMENTARIAS		7.871.927,40		DESPESAS ORCAMENTARIAS		7.727.303,37	
RECEITA TRIBUTARIA	207.384,88			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.420.895,95		
RECEITA DE CONTRIBUICOES	228.718,07			OUTRAS DESPEAS CORRENTES	3.306.797,04		
RECEITA PATRIMONIAL	91.958,24			INVESTIMENTOS	999.610,38		
RECEITA DE SERVICOS	82.150,02						
TRANSFERENCIAS CORRENTES	7.519.836,24						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.842,93						
ALIENACAO DE BENS	97.000,00						
TRANSFERENCIA DE CAPITAL	460.846,02						
RECEITAS DE CONTRIBUICOES - OPERACOES INT	158.358,17						
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO	-1.038.167,17						
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**7.871.927,40**	**TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**7.727.303,37**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
MUTACOES PATRIMONIAIS			1.761.672,11	MUTACOES PATRIMONIAIS			112.816,00
AQUISICAO/CONSTRUCAO DE BENS		1.761.672,11		ALIENACAO DE BENS		97.000,00	
BENS MOVEIS	367.853,38			BENS MOVEIS	97.000,00		
BENS IMOVEIS	220.000,00			LIQUIDACAO DE CREDITOS - P/ ENTR. RECURSOS		15.816,00	
MATERIAIS DE CONSUMO	1.173.818,73			COBRANCA DE CREDITOS	15.816,00		
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			**1.761.672,11**	**TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS**			**112.816,00**
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
INDEPENDENTES DA EXEC. ORCAMENTARIA			3.115.968,67	INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAMENTARIA			4.475.989,69
INCORPORACAO DE ATIVOS		492.181,26		DESINCORPORACAO DE ATIVOS		1.225.411,97	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	81.224,38			DESINCORPORACAO DE BENS	51.593,24		
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	410.956,88			CONSUMO DE MATERIAIS	1.173.818,73		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		53.621,28		AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		13.540,00	
INSCRICAO DE CREDITOS	53.621,28			DESVALORIZACAO DE BENS	13.540,00		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		2.570.166,13		INCORPORACAO DE PASSIVOS		3.237.037,72	
REVERSAO DE PROVISOES MATEMATICAS PREVIDE	2.570.166,13			PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS	3.237.037,72		
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			**3.115.968,67**	**TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA**			**4.475.989,69**
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**12.749.568,18**	**TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**12.316.109,06**
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				**RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)**			**433.459,12**
TOTAL GERAL			**12.749.568,18**	**Total Geral**			**12.749.568,18**

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (interferências financeiras).

DORIVAL LORCA
Prefeito

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretaria de Financas e Planejamen

JAIR FRASSON
TC CRC-MT 2513/0-8

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA
ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DESPESAS POR ÓRGÃO/CONSOLIDAÇÃO GERAL - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2009
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

(Adendo III, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) em R$

CONSOLIDAÇÃO GERAL

				NATUREZA DA DESPESA
CÓDIGO	*ESPECIFICAÇÃO*	*DESDOBRAMENTO*	*ELEMENTO*	*CATEGORIA ECONÔMICA*
3000.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			6.727.692,99
3100.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3190.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3190.01.00.00.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS			
3190.03.00.00.00	PENSOES			
3190.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO			
3190.09.00.00.00	SALARIO-FAMILIA	10.812,80		
3190.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.137.186,89		
3190.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	156.144,61		
3191.00.00.00.00	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGA			
3191.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	116.751,65		
3300.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3350.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LU			
3350.41.00.00.00	CONTRIBUICOES			
3370.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS			
3370.41.00.00.00	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	10.000,00		
3371.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS			
3371.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	71.287,60		
3390.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3390.05.00.00.00	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	53.601,87		
3390.14.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	138.940,00		
3390.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.173.818,73		
3390.31.00.00.00	PREMIA€âES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES			
3390.32.00.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	41.231,83		
3390.33.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	3.583,08		
3390.35.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	147.570,00		
3390.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	64.895,02		
3390.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.522.791,19		
3390.47.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	79.077,72		
3390.48.00.00.00	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS			
3390.92.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			
4000.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			999.610,38
4400.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			
4490.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
4490.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	411.757,00		
4490.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	367.853,38		
4490.61.00.00.00	AQUISICAO DE IMOVEIS	220.000,00		
7000.00.00.00.00	RESERVA LEGAL DO RPPS			
7700.00.00.00.00	RESERVA LEGAL DO RPPS			
7790.00.00.00.00				
7799.00.00.00.00	RESERVA LEGAL DO RPPS			

Agili - Solucoes Integradas Para Area Publica

Página: 1

ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DESPESAS POR ÓRGÃO/CONSOLIDAÇÃO GERAL - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2009
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

(Adendo III, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) em R$

CONSOLIDAÇÃO GERAL

7799.99.00.00.00	RESERVA LEGAL DO RPPS			
9000.00.00.00.00	RESERVA DA CONTINGENCIA			
9900.00.00.00.00	RESERVA DA CONTINGENCIA			
9990.00.00.00.00	RESERVA DA CONTINGENCIA			
9999.00.00.00.00	RESERVA DA CONTINGENCIA			
9999.99.00.00.00	RESERVA DA CONTINGENCIA			
			TOTAL	7.727.303,37

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (interferências financeiras).

DORIVAL LORCA
Prefeito

MARTA LUCIA DE OLIVEIRA ARAUJO
Secretaria de Financas e Planejamen

JAIR FRASSON
TC CRC-MT 2513/0-8

Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.017/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 029/EPP/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte. Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna Público para amplo conhecimento dos interessados, o resultado da Licitação acima caracterizada: Objeto: "**Aquisição de Pneus e Câmaras de Ar e protetores de aro para atender a frota municipal"**

Em que teve como vencedor a Empresa.

PLACAR COMÉRCIO AUTOMOTIVO LTDA

CAIADO PNEUS
Nova Canaã do Norte –MT 25/032010

A VISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº.021/2010
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 037/EPP/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte. Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna Público para amplo conhecimento dos interessados, o resultado da Licitação acima caracterizada: Objeto: "**Aquisição de Peças para a Manutenção das Maquinas Pesadas desta Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – MT".** Em que teve como vencedor a Empresa.

IMPORCATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA
NASCIMENTO COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA

Nova Canaã do Norte –MT 25/03/2010

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 035/CPL/2010
A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, torna público para amplo conhecimento dos interessados, o resultado da

Licitação acima caracterizada: **Licitante Vencedor: OK CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**

Izaru Belarmino Leite
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

Inexigibilidade 001/2010. Saúde

DATA:04/01/2010
CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda
CONTRATADA: Marina Gomes de Carvalho Poli
OBJETO: Contratação de profissional Medico- Clinico Geral para atender pacientes na Unidade de Saúde do Município.
VALOR: **R$ 20.900,00**

Inexigibilidade 002/2010 Saúde

DATA: 26/01/2010
CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda
CONTRATADA: Jackson Aurélio Zamilian Restaurante
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições e marmitex, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde.
VALOR: R$ 19.000,00.

Inexigibilidade 003/2010 Saúde

DATA: 01/02/2010
CONTRATANTE: Município de Nova Lacerda
CONTRATADA: A.L. de Souza & Cia Ltda
OBJETO: Contratação de profissional Medico- ortopedia, traumatologia e cirurgias para atendimento a pacientes na Unidade de Saúde da Família do município.
VALOR: R$ 4.500,00

Prefeitura Municipal de Nova Maringá

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO. LRF-Cidadão - 9.10 - 25/03/10

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Fev 2010 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.461.893,95	15.461.893,95	1.670.669,31	10,81	1.670.669,31	10,81	13.791.224,64
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	11.226.168,95	11.226.168,95	1.670.669,31	14,88	1.670.669,31	14,88	9.555.499,64
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	832.663,03	832.663,03	117.695,16	14,13	117.695,16	14,13	714.967,87
1.1.1.0.00.00 - Impostos	732.894,57	732.894,57	98.345,78	13,42	98.345,78	13,42	634.548,79
1.1.2.0.00.00 - Taxas	99.768,46	99.768,46	19.349,38	19,39	19.349,38	19,39	80.419,08
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	102.862,00	102.862,00	22.321,73	21,70	22.321,73	21,70	80.540,27
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	102.862,00	102.862,00	22.321,73	21,70	22.321,73	21,70	80.540,27
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	42.544,44	42.544,44	7.172,17	16,86	7.172,17	16,86	35.372,27
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	42.544,44	42.544,44	7.172,17	16,86	7.172,17	16,86	35.372,27
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	169.688,06	169.688,06	37.905,99	22,34	37.905,99	22,34	131.782,07
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.950.987,95	9.950.987,95	1.468.068,92	14,75	1.468.068,92	14,75	8.482.919,03
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	9.878.103,79	9.878.103,79	1.468.068,92	14,86	1.468.068,92	14,86	8.410.034,87
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	72.884,16	72.884,16	0,00	0,00	0,00	0,00	72.884,16
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127.423,47	127.423,47	17.505,34	13,74	17.505,34	13,74	109.918,13
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	17.646,00	17.646,00	1.775,56	10,06	1.775,56	10,06	15.870,44
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	37.500,96	37.500,96	9.768,33	26,05	9.768,33	26,05	27.732,63
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	72.166,02	72.166,02	5.961,45	8,26	5.961,45	8,26	66.204,57
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	110,49	110,49	0,00	0,00	0,00	0,00	110,49
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	4.235.725,00	4.235.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.235.725,00
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	490.300,00	490.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.300,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	490.300,00	490.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.300,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.745.425,00	3.745.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.745.425,00
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	3.745.425,00	3.745.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.745.425,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.461.893,95	15.461.893,95	1.670.669,31	10,81	1.670.669,31	10,81	13.791.224,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	490.300,00	490.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	490.300,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	15.952.193,95	15.952.193,95	1.670.669,31	10,47	1.670.669,31	10,47	14.281.524,64
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	15.952.193,95	15.952.193,95	1.670.669,31	10,47	1.670.669,31	10,47	14.281.524,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	12.421.428,12	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Fev 2010	No Bimestre	Jan a Fev 2010	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.461.893,95	0,00	15.461.893,95	4.255.599,13	4.255.599,13	1.505.323,83	1.505.323,83	9,74	13.956.570,12
DESPESAS CORRENTES	11.019.257,21	662.800,00	11.682.057,21	4.208.076,14	4.208.076,14	1.457.800,84	1.457.800,84	12,48	10.224.256,37
Pessoal e Encargos Sociais	5.723.855,00	-306.500,00	5.417.355,00	1.011.130,71	1.011.130,71	994.121,21	994.121,21	18,35	4.423.233,79
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Outras Despesas Correntes	5.293.402,21	969.300,00	6.262.702,21	3.196.945,43	3.196.945,43	463.679,63	463.679,63	7,40	5.799.022,58
DESPESAS DE CAPITAL	4.348.425,00	-662.800,00	3.685.625,00	47.522,99	47.522,99	47.522,99	47.522,99	1,29	3.638.102,01
Investimentos	4.314.425,00	-637.800,00	3.676.625,00	47.522,99	47.522,99	47.522,99	47.522,99	1,29	3.629.102,01
Inversões Financeiras	30.000,00	-25.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Amortização da Dívida	4.000,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	94.211,74	0,00	94.211,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.211,74
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	15.461.893,95	0,00	15.461.893,95	4.255.599,13	4.255.599,13	1.505.323,83	1.505.323,83	9,74	13.956.570,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	15.461.893,95	0,00	15.461.893,95	4.255.599,13	4.255.599,13	1.505.323,83	1.505.323,83	9,74	13.956.570,12
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	165.345,48	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.461.893,95	0,00	15.461.893,95	4.255.599,13	4.255.599,13	1.505.323,83	1.670.669,31	10,81	13.791.224,64

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 25/03/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Fev (c)	No Bimestre (d)	Jan a Fev (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	15.461.893,95	15.461.893,95	4.255.599,13	4.255.599,13	1.505.323,83	1.505.323,83	100,00	9,74	13.956.570,12
LEGISLATIVA	681.000,00	630.000,00	190.454,44	190.454,44	106.232,32	106.232,32	7,06	16,86	523.767,68
Ação Legislativa	681.000,00	630.000,00	190.454,44	190.454,44	106.232,32	106.232,32	7,06	16,86	523.767,68
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.890.677,21	2.897.077,21	1.433.543,89	1.433.543,89	406.808,28	406.808,28	27,02	14,04	2.490.268,93
Administração Geral	2.878.677,21	2.885.077,21	1.433.543,89	1.433.543,89	406.808,28	406.808,28	27,02	14,10	2.478.268,93
Administração Financeira	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	676.980,00	1.908.580,00	121.650,21	121.650,21	79.969,60	79.969,60	5,31	4,19	1.828.610,40
Administração Geral	496.980,00	535.580,00	115.787,18	115.787,18	76.032,57	76.032,57	5,05	14,20	459.547,43
Assistência ao Idoso	29.000,00	32.000,00	1.363,03	1.363,03	1.363,03	1.363,03	0,09	4,26	30.636,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	56.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Assistência Comunitária	95.000,00	90.000,00	4.500,00	4.500,00	2.574,00	2.574,00	0,17	2,86	87.426,00
Habitação Urbana	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	2.757.760,00	2.532.260,00	738.956,62	738.956,62	429.527,47	429.527,47	28,53	16,96	2.102.732,53
Atenção Básica	2.627.760,00	2.402.260,00	640.956,62	640.956,62	423.661,09	423.661,09	28,14	17,64	1.978.598,91
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.000,00	130.000,00	98.000,00	98.000,00	5.866,38	5.866,38	0,39	4,51	124.133,62
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	4.635.420,00	5.626.020,00	1.526.874,71	1.526.874,71	418.025,09	418.025,09	27,77	7,43	5.207.994,91
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Alimentação e Nutrição	142.000,00	217.000,00	8.350,80	8.350,80	5.592,80	5.592,80	0,37	2,58	211.407,20
Ensino Fundamental	4.027.150,00	4.843.750,00	1.433.559,68	1.433.559,68	343.850,90	343.850,90	22,84	7,10	4.499.899,10
Ensino Superior	48.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Educação Infantil	371.120,00	496.120,00	74.099,18	74.099,18	57.716,34	57.716,34	3,83	11,63	438.403,66
Educação de Jovens e Adultos	16.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Educação Especial	21.150,00	36.150,00	10.865,05	10.865,05	10.865,05	10.865,05	0,72	30,06	25.284,95
CULTURA	121.550,00	78.050,00	12.350,00	12.350,00	4.780,25	4.780,25	0,32	6,12	73.269,75
Difusão Cultural	94.050,00	57.050,00	8.350,00	8.350,00	780,25	780,25	0,05	1,37	56.269,75
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Lazer	22.500,00	16.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	0,27	25,00	12.000,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	403.000,00	186.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.000,00
Infra-estrutura Urbana	403.000,00	186.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.000,00
HABITAÇÃO	62.700,00	7.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.700,00
Habitação Urbana	62.700,00	7.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.700,00
SANEAMENTO	2.412.665,00	1.060.365,00	146.510,11	146.510,11	27.639,27	27.639,27	1,84	2,61	1.032.725,73
Vigilância Sanitária	60.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Saneamento Básico Urbano	2.352.665,00	1.030.365,00	146.510,11	146.510,11	27.639,27	27.639,27	1,84	2,68	1.002.725,73
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	301.730,00	281.830,00	85.259,15	85.259,15	32.341,55	32.341,55	2,15	11,48	249.488,45
Administração Geral	233.730,00	246.330,00	85.259,15	85.259,15	32.341,55	32.341,55	2,15	13,13	213.988,45
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Promoção da Produção Vegetal	49.000,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
Promoção da Produção Animal	14.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	243.000,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
Transporte Rodoviário	243.000,00	73.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.000,00
DESPORTO E LAZER	181.200,00	86.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.800,00
Administração Geral	49.200,00	24.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.300,00
Desporto Comunitário	132.000,00	62.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	94.211,74	94.211,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.211,74
Reserva de Contingência	94.211,74	94.211,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94.211,74
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 25/03/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Fev (c)	No Bimestre (d)	Jan a Fev (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**15.461.893,95**	**15.461.893,95**	**4.255.599,13**	**4.255.599,13**	**1.505.323,83**	**1.505.323,83**	**100,0001**	**9,7357**	**13.956.570,12**

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2010/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 25/03/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Mar/ 09	Abr/ 09	Mai/ 09	Jun/ 09	Jul/ 09	Ago/ 09	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	952.982,71	944.014,80	1.071.465,12	1.378.010,83	1.097.140,36	936.993,37	1.109.898,78	1.416.964,32	1.003.208,57	1.446.905,41	1.003.003,71	935.998,28	13.296.586,26	12.846.367,16
Receitas Tributária	36.806,40	37.515,79	148.183,89	74.422,53	101.511,58	42.813,90	43.150,95	77.212,04	40.607,19	57.768,46	65.111,00	52.584,16	777.687,89	832.663,03
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	0,00	2.081,82	27.635,14	21.976,22	2.390,73	1.152,49	2.072,14	1.171,69	1.265,07	821,57	96,72	0,00	60.663,59	75.676,68
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	4.130,74	3.961,50	65.688,76	7.623,54	3.627,44	754,00	1.755,14	6.566,33	2.601,00	3.608,36	11.616,00	200,00	112.132,81	136.525,44
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.847,30	7.327,47	11.098,19	8.484,50	53.814,83	9.633,26	10.019,30	44.546,83	8.905,69	15.947,83	32.818,84	7.430,01	213.874,05	172.771,28
Outras Receitas Tributárias	28.828,36	24.145,00	43.761,80	36.338,27	41.678,58	31.274,15	29.304,37	24.927,19	27.835,43	37.390,70	20.579,44	44.954,15	391.017,44	447.689,63
Receitas de Contribuições	9.290,74	9.717,12	9.295,68	0,00	10.073,27	11.070,39	9.940,14	11.259,92	10.670,96	11.441,81	11.684,26	10.637,47	115.081,76	102.862,00
Receita Patrimonial	9.520,69	7.944,51	5.975,87	5.926,78	6.683,15	5.506,13	5.588,37	5.637,21	5.246,56	5.433,33	3.553,67	3.618,50	70.634,77	42.544,44
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	11.540,60	14.133,06	22.717,06	16.598,12	13.503,79	17.316,66	16.208,25	14.411,05	10.280,39	15.981,03	7.511,92	30.394,07	190.596,01	169.688,06
Transferências Correntes	875.867,80	866.136,59	877.645,43	1.263.517,11	956.203,55	849.760,79	1.027.904,19	1.302.909,03	929.212,37	1.341.875,23	907.868,94	828.532,66	12.027.433,69	11.571.186,16
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	238.309,35	284.306,61	337.913,84	291.572,98	223.722,73	260.263,28	230.389,17	265.023,94	330.819,43	509.074,96	273.093,35	333.427,30	3.577.916,94	3.549.983,75
Cota Parte do ICMS	364.488,50	300.033,50	283.095,60	371.638,18	333.998,91	313.207,02	463.375,77	377.585,74	298.546,15	460.663,73	392.354,18	311.835,13	4.270.822,41	4.258.814,24
Cota Parte do IPVA	8.727,07	15.420,55	11.717,26	15.567,17	21.544,65	10.266,03	6.218,30	3.960,12	2.952,10	3.771,27	6.515,97	8.683,94	115.344,43	139.857,10
Transferências de Recursos do FUNDEB	202.280,54	175.128,96	180.012,84	212.552,71	190.846,01	176.209,26	225.626,16	206.534,93	182.325,32	252.262,10	135.710,21	129.814,39	2.269.303,43	2.225.424,12
Outras Transferências Correntes	62.062,34	91.246,97	64.905,89	372.186,07	186.091,25	89.815,20	102.294,79	449.804,30	114.569,37	116.103,17	100.195,23	44.771,90	1.794.046,48	1.397.106,95
Outras Receitas Correntes	9.956,48	8.567,73	7.647,19	17.546,29	9.165,02	10.525,50	7.106,87	5.535,07	7.191,10	14.405,55	7.273,92	10.231,42	115.152,14	127.423,47
DEDUÇÕES (II)	123.858,25	125.574,63	127.656,24	138.452,60	116.583,62	119.078,79	143.637,89	183.453,36	130.908,12	168.905,43	136.220,95	132.111,73	1.646.441,61	1.568.854,82
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	123.858,25	125.574,63	127.656,24	138.452,60	116.583,62	119.078,79	143.637,89	183.453,36	130.908,12	168.905,43	136.220,95	132.111,73	1.646.441,61	1.568.854,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**829.124,46**	**818.440,17**	**943.808,88**	**1.239.558,23**	**980.556,74**	**817.914,58**	**966.260,89**	**1.233.510,96**	**872.300,45**	**1.277.999,98**	**866.782,76**	**803.886,55**	**11.650.144,65**	**11.277.512,34**

FONTE:

EDITAL DE PUBLICAÇÃO.

Em cumprimento ao disposto no Art.165 CF e Art.52 da Execução Orçamentária e Art. 53 da Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade Fiscal, com referencia a ampla publicidade, A **Prefeitura Municipal de Nova Maringá**, Estado de Mato Grosso, vem a público informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura, Câmara Municipal, Jornal Odivisor e Jornal o Estadão, *Os Relatórios resumidos da Execução Orçamentária (RREO) referentes ao 1º Bimestre do Exercício de 2010.*
OBS: No Diário Oficial somente esse Edital de Publicação.

Nova Maringá – MT, 26 de Março de 2010.

OSCAR JOSÉ DE CARVALHO.
Prefeito Municipal.

Concurso Público 001/2010 – Edital Complementar 06

O Prefeito Municipal de Nova Maringá/MT e o Presidente da Comissão Examinadora de Concurso, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra à disposição dos interessados no Mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá e no seguinte endereço eletrônico: www.grupoatame.com.br o Resultado de Julgamento de Recurso referente ao Resultado do Concurso 001/2010**,** cujo aviso foi divulgado no dia 23/03/2010 pelo Edital Complementar 05 publicado no DOE/MT nº 25285 pg. 60. O Resultado do Concurso 001/2010 apresentado não sofreu nenhuma alteração devido ao Julgamento de Recurso desta fase. Desta forma, fica então o resultado divulgado considerado como o **Resultado Final do Concurso Público 001/2010 da Prefeitura de Nova Maringá/MT.** Nova Maringá/MT, 26 de Março de 2010. Oscar José de Carvalho - Prefeito Municipal / Antonio Alamino Cardoso Cásseres - Presidente Comissão Examinadora de Concurso

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2010

A **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA – Estado de Mato Grosso**, faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no dia **01 de abril de 2010, às 09:00 horas**, em sua sede à Rua Amazonas, 512, Centro, Município de Nova Olímpia, na sala de licitações, que será regida pela Lei Federal N° 8.666 de 21 de Junho de 1993 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2010**, para seleção da melhor proposta pelo **MENOR *PREÇO UNITÁRIO*** cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de veículo novo ano e modelo 2010, combustível álcool e gasolina, 4 portas, direção hidráulica, vidros e travas elétricos, câmbio 5 marchas, motorização a partir de 1.4, para a Câmara Municipal Nova Olímpia-MT. Os interessados poderão adquirir o edital, no horário de expediente (das 07 às 12 horas), na sede da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, na sua Secretaria Geral ou ainda adquirir informações pelo telefone 65 3332 1115.

Nova Olímpia-MT, 25 de março de 2010.

SANDRA HELENA FERNANDES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2010

A PREGOEIRA OFICIAL, INSTITUÍDA PELA PORTARIA N.º 151/2009, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2010, REFERENTE A **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA E MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA E DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT*",*** APÓS ANÁLISE E CONFERÊNCIA DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, FORAM DECLARADAS VENCEDORAS DOS ITENS OBJETO DESTE CERTAME AS EMPRESAS: ALPHA HOSPITALAR LTDA, BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DENTAL CENTRO OESTE LTDA, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA, DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NATURAIS LTDA, DUOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, J. MEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA-ME, MASTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES LTDA, RECMED COM. MAT. HOSPITALARES LTDA, RM HOSPITALAR LTDA, SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, POR APRESENTAR O MENOR PREÇO POR ITEM.

NOVA OLÍMPIA, 26 DE MARÇO DE 2010.

MARIA PAIXÃO DE SOUZA GUEDES
PREGOEIRA OFICIAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010

A PREGOEIRA OFICIAL, INSTITUÍDA PELA PORTARIA N.º 151/2009, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2010, REFERENTE A **CONTRATACAO DE EMPRESA PARA *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A CONSULTORIA PARA DESENVOLVER AS ATIVIDADES DE IMPLANTAÇÃO DO ALMOXARIFADO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA-MT",*** APÓS ANÁLISE E CONFERÊNCIA FOI DECLARADA VENCEDORA A EMPRESA: **H. GOMES BEZERRA-ME** CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR POR APRESENTAR MENOR PREÇO UNITÁRIO, NO VALOR DE GLOBAL DE R$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

NOVA OLÍMPIA, 26 DE MARÇO DE 2010.

MARIA PAIXÃO DE SOUZA GUEDES
PREGOEIRA OFICIAL

Prefeitura Municipal de Novo Mundo

DECRETO Nº 045/2010, de 10 de Fevereiro de 2010.

Convoca a 4ª Conferência Municipal da Cidade na Condição Etapa Preparatória Municipal e/ou Regional.

O Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a elaboração da 4ª conferencia das Cidades, a ocorrer no dia 15 de março de 2010,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica convocada a 4ª Conferência Municipal da Cidade, a se realizar no dia 15/03/2010, sob a coordenação da Secretaria de Administração.

Artigo 2º - A 4ª Conferência Municipal da Cidade desenvolverá seus trabalhos a partir do lema "Cidade para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e sob o tema "Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano".

Artigo 3º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Secretário de Administração e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo seu substituto legal.

Artigo 4º - O Secretário de Administração instituirá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, mediante resolução, a Comissão Preparatória Municipal, que deverá ter a seguinte composição:

I – gestores, administradores públicos e legislativos municipal;

II – movimentos sociais e populares;

III – ONGS, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

IV – trabalhadores, através de suas entidades sindicais;
V – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;
VI – operadores e concessionários de serviços públicos;
§ 1º - À Comissão Preparatória Municipal caberá definir data, critério de participação, temário, pauta da Conferência.

§ 2º - O critério de eleição de delegados da Conferência Municipal para a Conferência Estadual será definida pela Comissão Preparatória, respeitados os dispositivos legais atinentes a este processo.

Artigo 5º - As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal das Cidades ocorrerão por conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria de Administração.

Artigo 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Mundo MT, em 10 de Fevereiro de 2010.

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº.047/10, DE 22 DE MARÇO DE 2010.

Dispõe sobre a Convocação
da 1ª Conferência de Saúde
Mental de Novo Mundo/MT.

O Prefeito Municipal de Novo Mundo/MT no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo;
CONSIDERANDO os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º. Da lei 8142/90;

CONSIDERANDO o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

CONSIDERANDO a resolução de nº. 009/10 do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Novo Mundo;
DECRETA:

Art.1º - Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental de Novo Mundo/MT, a realizar-se no dia 29/03/2010, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Novo Mundo. Com a promoção e realização do referido C.M.S e da Secretaria Municipal de Saúde de Novo Mundo.
Art.2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central **"Saúde Mental, direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios"** com os seguintes eixos Temáticos:
Eixo I: Saúde Mental e políticas de estado: pactuar caminhos intersetoriais (financiamento, recursos humanos, modelo de gestão e protagonismo social).
Eixo II: Consolidando a rede de atenção psicossocial e fortalecendo os movimentos sociais.
Eixo III: Direitos humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial.
Art.3º - A conferência será presidida pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde Elson Roberto Munaro, ou Secretária Municipal de Saúde Célia Maria Alves Alcântara.
Art.4º - A Secretária Municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.
Art.5º - As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde Mental de Novo Mundo/MT, ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde de Novo Mundo/MT.
Art.6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Novo Mundo aos 22 dias do mês de Março de 2010.

AURELINO PEREIRA DE BRITO FILHO
Prefeito Municipal de Novo Mundo

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 013/2010

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, no exercício das atribuições que lhe confere a portaria n° 194/2010 de 20/01/2010, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar-se no dia 12/04/2010, às 13h00min, no endereço, Rua Nunes Freire n° 13, Alto da Bela Vista, Novo Mundo MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação TP n° 013/2010, na modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços.
O prazo para recebimento dos envelopes de habilitação e proposta dar-se-á até as 13h00min do dia 12/04/2010.
Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado, mediante o recolhimento aos cofres públicos de taxa não reembolsável no valor de R$ 50,00 (Cinqüenta Reais). Maiores informações pelo telefone 0**66 3539 6065.
Objeto da Licitação: Aquisição de peças e serviços para manutenção da parte elétrica dos veículos que compõem a frota do município de Novo Mundo/MT.
Novo Mundo MT, 26 de março de 2010.

ROSANA MARIA BORRE
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: ADILVAN COMÉRCIO DISTRIBUIÇAO LTDA
Objeto: Aquisição de medicamento controlado, medicamentos da farmácia básica, material laboratorial e odontológico.
Valor: R$ 79.501,60 (Setenta e nove Mil, Quinhentos e Um Reais e Sessenta Centavos),
Vigência:08/03/2010 a 31/12/2010
Dotação Orçamentária:
06.001.10.122.0021.2071.3390.30.00.00
06.002.10.301.0016.1068.4490.52.00.00
06.002.10.301.0016.2072.3390.30.00.00
06.002.10.301.0016.2074.3390.30.00.00
06.002.10.302.0017.2076.3390.30.00.00
06.002.10.303.0018.2078.3390.30.00.00

Novo Mundo /MT, 08/03/2010

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: **LUCIETTO & CIA LTDA**,
Objeto: Fornecimento de Peças para manutenção de veículos das Secretarias de Educação, Agricultura e Obras.
Valor: R$ 79.557,80 (Setenta e Nove Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Sete Reais e Oitenta Centavos),
Vigência 08/03/2010 a 31/12/2010
Dotação Orçamentária:

0089 – 05.001.12.361.0006.2013.3390.30.00.00
0119 – 05.002.12.361.0006.2039.3390.30.00.00
0229 – 09.001.26.782.0012.2034.3390.30.00.00
0207 – 08.001.20.606.0004.2030.3390.30.00.00
0143 - 06.002.10.301.0016.2072.3390.30.00.00

Novo Mundo, 08 de Março de 2010.

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: **G. R. DA SILVA - MECANICA ME**
Objeto: Fornecimento de Peças para manutenção de veículos das Secretarias de Educação, Agricultura e Obras.
Valor: R$ 179.960,00 (Cento e Setenta e Nove Mil e Novecentos e Sessenta Reais).
Vigência 10/03/2010 a 31/12/2010
Dotação Orçamentária:

05.001.12.361.0006.2013.3390.30.00.00
05.002.12.361.0006.2039.3390.39.00.00
06.001.10.122.0021.2071.3390.39.00.00
08.001.20.606.0004.2030.3390.39.00.00
09.001.26.782.0012.2034.3390.39.00.00

Novo Mundo, 10 de Março de 2010.

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: L. C. DOS SANTOS – ME
Objeto: Fornecimento de pneus, câmaras de ar, protetores, serviços de lava jato e borracharia.
Valor: R$ 234.821,00 (Duzentos e Trinta e Quatro Mil e Oitocentos e Vinte Um Reais)
Vigência 15/03/2010 a 31/12/2010
Dotação Orçamentária:

05.001.12.361.0006.2013.3390.30.00.00 Cód. Red. (089)
01.12.3605.01.0006.2013.3390.39.00.00 Cód. Red. (092)
05.002.12.361.0006.2039.3390.30.00.00 Cód. Red. (0119)
05.002.12.361.0006.2039.3390.39.00.00 Cód. Red. (0122)
06.001.10.122.0021.2071.3390.30.00.00 Cód. Red. (0131)
06.001.10.122.0021.2071.3390.39.00.00 Cód. Red. (0134)
08.001.20.606.0004.2030.3390.30.00.00 Cód. Red. (0207)
08.001.20.606.0004.2030.3390.39.00.00 Cód. Red. (0209)
09.001.26.782.0012.2034.3390.30.00.00 Cód. Red. (0229)
09.001.26.782.0012.2034.3390.39.00.00 Cód. Red. (0232)
Novo Mundo, 15 de março de 2010.

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT
Contratada: **RAIO EMPRESA DE ELETRIFICAÇÃO LTDA –ME**,
Objeto: Fornecimento Materiais Elétricos, Serviços e Manutenção da Rede de Iluminação Publica.
Valor R$ 159.160,00 (Cento e Cinqüenta e Nove Mil, Cento e Sessenta Reais)
Vigência 17/03/2010 a 31/12/2010
Dotação Orçamentária:

09.001.26.782.0012.2034.3390.30.00.00
09.001.26.782.0012.2034.3390.39.00.00.00
Novo mundo/MT 17 de março de 2010

Aurelino Pereira de Brito Filho
Prefeito

RESOLUÇÃO N.º 001 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

"Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao exercício do ano de 2009, e dá outras providências".

A Sra. **MARIA JOZELIA ARAÚJO DA SILVA,** presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 005, de 10 de fevereiro de 1997.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social é um órgão colegiado deliberativo, consultivo e fiscalizador de caráter permanente;

RESOLVE

Art. 1º - De acordo com a reunião ordinária realizada no dia 29 de Janeiro de 2010, Ata nº 14, após apresentação e avaliação foi aprovada a prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao exercício do 2009.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Novo Mundo – MT, 01 de Fevereiro de 2010.

Maria Jozélia Araujo da Silva
Presidente do CMAS

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública N° 001/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, torna público para conhecimento dos interessados que a CONCORRENCIA PÚBLICA n° 001/2010, realizada no dia 17/03/2010 às 14h00min, obteve o seguinte resultado: Deserta.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 13, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo/MT, 17 de março de 2010.

ROSANA MARIA BORRE
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Paranaíta

DECRETO MUNICIPAL N.º 317/2010

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2010 DE PARANAÍTA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA, Prefeito Municipal de Paranaíta-MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a realização das provas no dia 20 de março de 2010, com base nas exigências estabelecidas no Regulamento e Editais,

Considerando a correção feita, atribuindo-se aos candidatos as notas correspondentes e assim determinando os candidatos de melhor desempenho;

DECRETA:

Art. 1° - Fica homologado o Resultado Final do Teste Seletivo Simplificado 002/2010, nos termos do Anexo I, integrante deste Decreto, disponível também no site www.paranaita.mt.gov.br.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaíta-MT, 26 de março de 2010.

PEDRO HIDEYO MIYAZIMA
Prefeito Municipal

Anexo I

RESULTADO DO TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO
(CONFORME PROVAS APLICADAS NO DIA 20/03/2010)

CARGO: NUTRICIONISTA NA AREA DA SAUDE

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0003	GABRIELI COMACHIO	26	APROVADO

CARGO: NUTRICIONISTA NA AREA DA EDUCAÇÃO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0002	TANIA BIFF	38	APROVADO

CARGO: PSICOLOGO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: ODONTOLOGO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: TÉCNICO DE LABORATÓRIO E ANALISE CLINICA

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
		NÃO HOUVE CANDIDATO		

CARGO: TÉCNICO EM MODALIDADE ESPORTIVA

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
	0007	ALESSANDRO DE CARVALHO FARIA	30	APROVADO

CARGO: OFICIAL DE MANUTENÇÃO

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	RESULTADO FINAL
1	0008	ARNILDO FRANCISCO KREBS	30	APROVADO
2	0001	JOSE GENUIR P. DOS SANTOS	30	CLASSIFICADO
3	0011	VALDEMIR JOSE DA S. ALVES	26	CLASSIFICADO

CARGO: OPERADOR DE MAQUINA III

Nº	INSCR.	NOME DO CANDIDATO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRATICA	TOTAL	RESULTADO FINAL
1	0005	MOISES ANTONIO DA SILVA	30	10	46	APROVADO
2	0010	JOSE CARLOS DA SILVA	36	0	36	CLASSIFICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-CONSOLIDADO

MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 1 de 2

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2009

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	346.694,88			DESPESAS CORRENTES			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	184.591,60			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.042.821,36		
RECEITA PATRIMONIAL	168.392,00			JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	38.717,60		
RECEITAS DE SERVIÇOS				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.104.850,85	8.186.389,81	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.214.923,24			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.284,01			INVESTIMENTOS	649.825,40		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	47.291,74	697.117,14	
ALIENAÇÃO DE BENS				RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS			
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	477.120,00			RESERVA DE CONTIGENCIA			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-OF	119.647,59			-			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-OF	12.096,24			-			
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.148.258,65	8.392.490,91		-			
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	506.967,70	506.967,70		INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	506.967,70	506.967,70	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
MUTACOES PATRIMONIAIS				VARIAÇÕES PATRIM PAS RESULT DA EX			
MOVEIS E UTENSILIOS				DIVIDA ATIVA			
PREFEITURA MUNICIPAL				Valor Recebido no Exercicio	10.300,09		
Adquiridos no Exercício	11.963,58			CREDITOS RECEBIDOS			
CAMARA MUNICIPAL				CREDORES DIVERSOS			
Adquiridos no Exercicio	34.100,00			Salario Familia Geral - Preefeitura	194,93	10.495,02	
BENS IMOVEIS				-			
Aquisicao de Terrenos	6.000,00			-			
EQUIPAMENTOS				-			
PREFEITURA MUNICIPAL				-			
Adquiridos no exercicio.	51.991,22			-			
VEICULOS E MAQUINARIOS				-			
PREFEITURA MUNICIPAL				-			
Valor Adquiridos no Exercicio	83.270,00			-			
DIVIDA INTERNA				-			
DIVIDA FUNDADA				-			
Valor Amortizado no Exercicio	39.180,80			-			
Vr. Amortizado Exerc. Rede n.016/2009	2.544,82			-			
DIVIDA CONFESSADA				-			
Vr.Amortizado Exercicio- Previdencia	12.096,24	241.146,66		-			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAM				INDEPENDENTE DA EXECUCAO ORCAME			
INCORPORACAO DE BENS				MOVEIS E UTENSILIOS			
BENS IMOVEIS				CAMBA MUNICIPAL			
Areas de Terras Incorporadas no Exercicio	13.000,00			Baixa Verificada no Exercicio	6.099,81		
BENS MOVEIS				CREDORES DIVERSOS			
PREFEITURA MUNICIPAL				CREDORES DIVERSOS - À PAGAR			
Vlr Incorp. de Outros Exercicios	22.167,60			INSS Rescisão - Câmara	256,60		
BENS EQUIPAMENTOS				DIVIDA INTERNA			
PREFEITURA MUNICIPAL				DIVIDA FUNDADA			
Valor Incorporado no exercicio	48.683,17			Incorporação Divida Rede Cemat n. 016/DPF	267.971,27		
VEICULOS E EQUIPAMENTOS				Incorporação Divida Previ Porto parc. 001/20	926,41		
PREFEITURA MUNICIPAL				PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCI			
Incorporação de Veiculo / Prefeitura Municipa	40.600,00			PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS			
CANCELAMENTO DE DIVIDAS PASSIVAS				Concedidos	232.394,36		
RESTOS A PAGAR				À Conceder	1.228.556,51		
Cancelamento de Restos a Pagar Outros Exe	214.261,42			RESERVAS A AMORTIZAR			
DIVERSOS				Provisões	46.416,86		
DIVIDA ATIVA				CANCELAMENTO DEP INDEVIDO			
Valor Inscrito no Exercicio	22.062,39			CREDORES DIVERSOS			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER				Credito a Receber Salario Familia-Geral Pref	1.924,78		
CREDORES DIV. DEP. PAG. INDEVIDO				Credito a Receber Salario Familia-FUNDEB	18,75		
Salario Familia Geral - Prefeitura	1.924,78			Salario Familia - Camara	47,57	1.784.612,92	
Salario Familia - FUNDEB	18,75			-			
Salario Familia - Câmara	43,74			-			
Emprestimo Consignado - Câmara	3.577,33			-			
COMPENSAÇÃO/REST. RGPS				-			
Compensação SEFIP	37.139,64			-			
DIREITOS A RECEBER				-			
Transferências Constitucionais e Legais	194.021,96			-			
SUPERVENIÊNCIA ATIVA				-			
Dep.de Terceiros	985,84	598.486,62		-			

MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Página.: 2 de 2

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2009

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			9.739.091,89	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			11.185.582,59
Resultado Patrimonial (DÉFICIT)			1.446.490,70				
TOTAL GERAL			11.185.582,59	TOTAL GERAL			11.185.582,59

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ESTADO DE MATO GROSSO
PORTO ESTRELA

Data: 31/12/2009
Página: 1 de 1

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais
Exercício: 2009 - Consolidado

Variações Ativas		Variações Passivas	
Discriminação	**Valor**	**Discriminação**	**Valor**
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	459.603,90	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	78.408,13
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	184.591,60	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.408,13
RECEITA PATRIMONIAL	143.268,47		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	131.743,83		
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	0,00
AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00
CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00
CONSTR. E AQUIS. DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	0,00
FORMAÇÃO DE CRÉDITOS DIVERSOS	0,00	COBRANÇA DA DIVIDA ATIVA	0,00
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00	ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00
AQUISIÇÃO DE BENS DIVERSOS	0,00	ALIENAÇÃO DE BENS E DIVERSOS	0,00
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	RECEBIMENTO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA	0,00	EMPRÉSTIMOS TOMADOS	0,00
AMORTIZAÇÃO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,00		
AMORTIZAÇÃO DE DÉBITOS CONSOLIDADOS	0,00		
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	156.910,57	INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.507.367,73
INCORPORAÇÃO DE BENS E VALORES	0,00	BAIXA DE BENS INSERVÍVEIS	0,00
RECEBIMENTO DE BENS EM DOAÇÃO	0,00	BAIXA DE BENS POR PERMUTA	0,00
INCORPORAÇÃO DE ALMOXARIFADO	0,00	BAIXA DE BENS POR DOAÇÃO	0,00
REAVALIAÇÃO DE BENS	0,00	BAIXA DE BENS INCINERADOS	0,00
INSCRIÇÃO DA DIVIDA ATIVA	65.133,85	BAIXA DE BENS POR FURTO OU ROUBO	0,00
INSCRIÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS	91.776,72	BAIXA DE ALMOXARIFADO	0,00
CANCELAMENTOS DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	DEPRECIAÇÃO DE BENS	0,00
BAIXA DE PASSIV.PRESCRITAS OU INDEVIDAS	0,00	CANCELAMENTO DA DIVIDA ATIVA	0,00
TRANSF.DE OBRAS EM ANDAM.P/CUSTO FINAL	0,00	CANCELAMENTO DE CRÉDITOS	0,00
BAIXAS DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00	ENCAMPAÇÃO DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00
CANCELAMENTOS DE RESTO A PAGAR	0,00	CORREÇÃO DE DIVIDAS PASSIVAS	0,00
PROVISÃO PARA FÉRIAS	0,00	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	0,00
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	0,00	TRANSF. DE OBRAS EM ANDAMENTO P/ CUSTO FINAL	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIA	0,00	DEVOLUÇÃO DE BENS	0,00
OUTRAS PROVISÕES	0,00	TRANSF. DE BENS EM PROCESSO DE COMPRA	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	0,00
		PROVISÃO PARA F?RIAS	0,00
		PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	0,00
		PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	1.507.367,73
		OUTRAS PROVISÕES	0,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
Total de Variações Ativas	616.514,47	Total de Variações Ativas	1.585.775,86
RESULTADO PATRIMONIAL			
Déficit Verificado	969.261,39		
TOTAL GERAL	1.585.775,86	TOTAL GERAL	1.585.775,86

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 1 de 2

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2009

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA			
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	346.694,88			DESPESAS CORRENTES			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	184.591,60			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.720.049,90		
RECEITA PATRIMONIAL	168.392,00			JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	38.717,60		
RECEITAS DE SERVIÇOS				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.953.150,82	7.711.918,32	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.214.923,24			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.284,01			INVESTIMENTOS	615.725,40		
OPERAÇÃO DE CRÉDITO				AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	47.291,74	663.017,14	
ALIENAÇÃO DE BENS				RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS			
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	477.120,00			RESERVA DE CONTIGENCIA			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-OF	119.647,59			.			
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-OF	12.096,24			.			
DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-1.148.258,65	8.392.490,91		.			
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA				INTERFERÊNCIA FINANCEIRA	506.967,70	506.967,70	
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
MUTACOES PATRIMONIAIS				VARIAÇÕES PATRIM PAS RESULT DA EX			
MOVEIS E UTENSILIOS				DIVIDA ATIVA			
PREFEITURA MUNICIPAL				Valor Recebido no Exercicio	10.300,09		
Adquiridos no Exercício	11.963,58			CREDITOS RECEBIDOS			
BENS IMOVEIS				CREDORES DIVERSOS			
Aquisicao de Terrenos	6.000,00			Salario Familia Geral - Preefeitura	194,93	10.495,02	
EQUIPAMENTOS				.			
PREFEITURA MUNICIPAL				.			
Adquiridos no exercicio.	51.991,22			.			
VEICULOS E MAQUINARIOS				.			
PREFEITURA MUNICIPAL				.			
Valor Adquiridos no Exercicio	83.270,00			.			
DIVIDA INTERNA				.			
DIVIDA FUNDADA				.			
Valor Amortizado no Exercicio	39.180,80			.			
Vr. Amortizado Exerc. Rede n.016/2009	2.544,82			.			
DIVIDA CONFESSADA				.			
Vr.Amortizado Exercicio- Previdencia	12.096,24	207.046,66		.			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAM				INDEPENDENTE DA EXECUCAO ORCAME			
INCORPORACAO DE BENS				DIVIDA INTERNA			
BENS IMOVEIS				DIVIDA FUNDADA			
Areas de Terras Incorporadas no Exercicio	13.000,00			Incorporação Divida Rede Cemat n. 016/DPF	267.971,27		
BENS MOVEIS				Incorporação Divida Previ Porto parc. 001/20	926,41		
PREFEITURA MUNICIPAL				CANCELAMENTO DEP INDEVIDO			
Vlr Incorp. de Outros Exercicios	22.167,60			CREDORES DIVERSOS			
BENS EQUIPAMENTOS				Credito a Receber Salario Familia-Geral Pref	1.924,78		
PREFEITURA MUNICIPAL				Credito a Receber Salario Familia-FUNDEB	18,75	270.841,21	
Valor Incorporado no exercicio	48.683,17			.			
VEICULOS E EQUIPAMENTOS				.			
PREFEITURA MUNICIPAL				.			
Incorporação de Veiculo / Prefeitura Municipa	40.600,00			.			
CANCELAMENTO DE DIVIDAS PASSIVAS				.			
RESTOS A PAGAR				.			
Cancelamento de Restos a Pagar Outros Exe	214.261,42			.			
DIVERSOS				.			
DIVIDA ATIVA				.			
Valor Inscrito no Exercicio	22.062,39			.			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER				.			
CREDORES DIV. DEP. PAG. INDEVIDO				.			
Salario Familia Geral - Prefeitura	1.924,78			.			
Salario Familia - FUNDEB	18,75			.			
COMPENSAÇÃO/REST. RGPS				.			
Compensação SEFIP	37.139,64			.			
DIREITOS A RECEBER				.			
Transferências Constitucionais e Legais	194.021,96	593.879,71		.			
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			9.193.417,28	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			9.163.239,39
				Resultado Patrimonial (SUPERÁVIT)			30.177,89
TOTAL GERAL			9.193.417,28	TOTAL GERAL			9.193.417,28

MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 2 de 2

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2009

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2009

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R$			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Enissão R$		Emissão	Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
REDE / CEMAT - PARC - 001/2005	1	175.411,87	175.411,87	0,00	39.180,80	0,00	1	136.231,07
REDE /CEMAT PARC. N.016/DPP/2009	1	267.971,27	0,00	267.971,27	2.544,82	0,00	1	265.426,45
PREVIPORTO - PARC 001/2005	1	77.230,09	76.303,68	926,41	12.096,24	0,00	1	65.133,85
INSS- Parcelamento	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
INSS Rescisão - Câmara	1	256,60	0,00	256,60	0,00	0,00	1	256,60
Total	**5**	**520.869,83**	**251.715,55**	**269.154,28**	**53.821,86**	**0,00**	**5**	**467.047,97**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2009

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R$			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Enissão R$		Emissão	Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
REDE / CEMAT - PARC - 001/2005	1	175.411,87	175.411,87	0,00	39.180,80	0,00	1	136.231,07
REDE /CEMAT PARC. N.016/DPP/2009	1	267.971,27	0,00	267.971,27	2.544,82	0,00	1	265.426,45
PREVIPORTO - PARC 001/2005	1	77.230,09	76.303,68	926,41	12.096,24	0,00	1	65.133,85
INSS- Parcelamento	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Total	**4**	**520.613,23**	**251.715,55**	**268.897,68**	**53.821,86**	**0,00**	**4**	**466.791,37**

PORTO ESTRELA, 31 de dezembro de 2009

Benedito de Oliveira
Prefeito

Gilmar Zanelia
Contabilista
CRC SP-254481/O-6 T-MT

Roose da Conceição da Silva
Tesoureiro

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos

PRIMEIRO EDITAL DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO 14/2010 - TOMADA DE PREÇOS 04/2010.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dez (2010), por intermédio da **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO** instituída pela Portaria n. º 01/2010 de 04 de Janeiro de 2.010, comunica aos interessados que ratifica o Anexo I – Termo de Referencia, e prorroga a data de abertura para o dia 30 de abril de 2010, no mesmo horário e local.

Porto dos Gaúchos MT, 25 de Março de 2010.

ILÁRIO REZER
Presidente da Comissão Municipal de Licitação.

Prefeitura Municipal de Poxoréu

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: POXOREU-PREVI

CONTRATADO: ADÁLIA PEREIRA IRMÃ

OBJETO: Contratação de Serviços Contábeis como: Balancetes, Balanços, LRF e APLIC

VALOR: 7.800,00

VIGÊNCIA:31.12.2010

DATA: 04.01.2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: POXOREU-PREVI

CONTRATADO: ACPI-Assessoria Consult.Planejamento e Informática Ltda

OBJETO: Prestação de Serviço de Locação de soffwares de Administração pública de: Contabilidade Pública, Controle e Patrimônio Público, Compras e licitação, Controle de estoques.

VALOR: 6.321,84

VIGÊNCIA: 31.12.2010

DATA: 04.01.2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: POXOREU-PREVI

CONTRATADO: NB5-Assessoria e Informática-B.Barbosa da Silva-ME

OBJETO:. .1.Realização de Reavaliação Atuarial referente o exercício de 2.008. .2. Realização da Projeção Atuarial,; 3. Emissão do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA; 4. Elaboração de Anteprojeto de Lei

VALOR: 5.000,00

VIGÊNCIA: 31.12.2010

DATA: 04.01.2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: POXOREU-PREVI

CONTRATADO: NB5-Assessoria e Informática-B.Barbosa da Silva-ME

OBJETO: Serviços de locação de Software para gerenciamento da previdência, sendo financeiro e administrativos, atendendo todas as normas da Lei nº 9.717 de 27/11/98 e a Portaria nº 4.992 de 05/02/99, o software trará recursos exigido pelo governo federal na reforma da previdência conforme art. 12 da Portaria anterior mencionada

VALOR: 6.000,00

VIGÊNCIA: 31.12.2010

DATA: 04.01.2010

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: POXOREU-PREVI

CONTRATADO: ADEMAR SOUZA SILVA

OBJETO: Locação de um imóvel Comercial, situado á Rua Campo Grande S/N, no Bairro Jardim Poxoréu II, que será utilizado para abrigar as instalações do Fundo Municipal de Previdência Social.

VALOR: 6.120,00

VIGÊNCIA: 31.12.2010

DATA: 04.01.2010

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

EDITAL Nº. 001/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, VISANDO A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.

De ordem do Sr. Aparecido Marques Moreira, Prefeito Municipal de Ribeirãozinho - MT, em cumprimento aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, com fulcro na Lei Municipal n.º 401/2010 de bem como da Lei Orgânica Municipal, referentes ao assunto, **RESOLVE** divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de processo seletivo simplificado, destinado a selecionar candidatos para o ingresso como contratados por tempo determinado no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso.

Nº DE ORDEM	CARGOS/ FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	SALÁRIO	NÍVEL DE INSTRUÇÃO
01	Gari	02	510,00	Alfabetizado
02	Motorista	02	703,80	Alfabetizado+CNH Cat. D
03	Auxiliar de enfermagem	01	621,00	Registro no Coren, Ensino médio Completo
04	Técnico de enfermagem	01	621,00	Registro no Coren, Ensino médio Completo
05	Professor licenciatura plena em pedagogia/normal superior	03	931,50	Superior –Pedagogia / Normal superior

1 – DAS INSCRIÇÕES:

1.1 – Período: 31/03/2010 á 05/04/2010.

1.2 – Horário: Das 08:00 às 11:00 e das 13:00 ás 17:00 horas.

1.3 – Local de Inscrição: Seção de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal Ribeirãozinho/MT, Rua Antônio João, N. 156, Centro – Ribeirãozinho – MT.

1.4 - Valor da Taxa de Inscrição – R$ 15,00 (Quinze) reais.

1.5 – DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

1.5.1.-SOMENTE PARA FUNÇÕES QUE É EXIGIDO NÍVEL SUPERIOR.

1.5.1.1 - O (a) candidato deverá enviar currículo, no endereço eletrônico gabinete@ribeiraozinho.mt.gov.br, no período de 31//03/2010 a 05/04/2010.

1.5.1.2 – A taxa de inscrição deverá ser recolhida através de depósito bancário na Conta Corrente 12.062-6, Agencia 1158-4 do Banco do Brasil S/A.

1.5.1.3 – Somente serão avaliados os Currículos de candidato (a) que comprovar através do envio via FAX o comprovante de depósito no fone (66) 3415-1431.

1.5.1.4 – Não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido no presente Edital.

A solicitação de inscrição via internet somente será atendida após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

A inscrição do candidato implicará o seu conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que declararem e comprovarem hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto nº. 6.593/2008 e deste edital.

Fará jus à isenção total de pagamento da taxa de inscrição o candidato que, cumulativamente:

a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadúnico, nos termos do Decreto nº. 6.135/2008; e

b) for membro de "família de baixa renda", nos termos do Decreto nº. 6.135/2008. Compreende-se por "família de baixa renda" aquela que possua renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou aquela que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

Para comprovar as condições exigidas, os candidatos deverão informar, no ato do requerimento do benefício, o Número de Identificação Social (NIS), atribuído pelo Cadúnico, ou apresentar declaração que confirme que ele possui baixa renda.

Para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato, o órgão ou entidade executora do concurso público poderá consultar o órgão gestor do Cadúnico. Caso a declaração seja falsa, o candidato poderá ser penalizado com sanções previstas em lei.

Só será aceita uma única inscrição por candidato no processo seletivo.

Em hipótese alguma será devolvida a taxa de inscrição.

1.6 -São requisitos para inscrição no processo seletivo:

a) ter nacionalidade brasileira e no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto nº. 70.436 de 18 de abril de 1972,

b) Ter, à data de encerramento das inscrições, idade mínima de 18 (dezoito) anos;

c) Estar quites com as obrigações eleitorais e serviço militar, comprovados através de documento ou certidão de votação e certificado, respectivamente;

d) Possuir escolaridade correspondente aos níveis exigidos para cada cargo.

e) Comprovar, por ocasião da posse, a escolaridade exigida para o cargo;
f) Comprovante atualizado do registro no conselho competente da classe (cargos de nível superior).

1.7- No ato da inscrição é obrigatório ao candidato, ***EXCETO*** aos Cargos de Nível Superior.
Preencher e assinar o formulário próprio de inscrição;
a) Fornecer fotocópia da Cédula de Identidade ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
b) Fornecer 02 (duas) fotografias 3x4 recentes;
c) Quando do preenchimento do formulário de inscrição, o candidato portador de deficiência deverá apresentar Laudo preliminar emitido por médico, que ateste o tipo e o grau de deficiência que apresenta;
d) Apresentar comprovante de recolhimento da taxa de inscrição aos cofres da Prefeitura, correspondente a R$ 15,00 (Quinze Reais).

1.8 – Os candidatos para os cargos de Nível Superior, selecionados através da avaliação dos currículos, deverão apresentar – se para entrevista, no dia 19 de abril de 2010, no horário das 08:00 ás 11:00 e das 13:00 ás 17:00, na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – Rua Antonio João, Nº. 156, Centro, Ribeirãozinho – MT, portando os seguintes documentos:
a) Cédula de identidade;
b) Cópia Autenticada do Diploma de Graduação;
c) Comprovante atualizado do registro no conselho competente da classe;
d) estar em gozo dos direitos políticos;
e) Estar quites com as obrigações eleitorais e serviço militar, comprovados através de documento ou certidão de votação e certificado, respectivamente;

f) apresentar comprovante de recolhimento da taxa de inscrição aos cofres da prefeitura, correspondente a R$ 15,00 (Quinze Reais).

2 – DA SELEÇÃO:

2.1 – **Para os cargos/funções de nível Superior** a seleção se fará através da análise do currículo, prevalecendo aqueles que apresentarem de forma comprovada, maior experiência na função, cursos suplementares e títulos.

Os títulos a serem considerados, com a respectiva pontuação, bem como a pontuação máxima de cada título, estão apresentados no quadro a seguir:

CARGO	TÍTULOS	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Professor (a) licenciatura plena em pedagogia/ normal superior.	Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Doutorado	3,0	3,0
	Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado	2,0	2,0
	Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização, com carga horária mínima de 360 horas.	1,0	1,0

Todos os títulos deverão ser comprovados por meio de apresentação de cópia autenticada em cartório.

As cópias entreguem não serão devolvidas em hipótese alguma.

2.2 – **Para os cargos/função de nível médio** – Provas de cunho teórico apropriados a cada nível de categoria funcional.
2.3 – **Para os cargos/funções de nível alfabetizado –** provas de cunho teórico apropriados ao nível funcional.
2.4 – Para o cargo de Motorista o candidato que possuir Curso de Qualificação Profissional na área com carga horária de no mínimo 6 horas, comprovado através de certificado de participação do curso, terá acrescentado a nota final o valor de 1,00 (um ponto).
2.5 - Os candidatos aprovados na prova objetiva que prestaram serviços na instituição terão bonificação conforme tempo de serviço, comprovado através de Declaração expedida pelo órgão competente, preferencialmente em papel timbrado. Será considerada uma única Declaração dentre os especificados na letra A, B, e C, valendo aquela de maior pontuação.
2.6 - As Declarações referentes ao Tempo de Serviço prestado na Instituição para efeitos de bonificação, deverão ser entregues no Setor de Recursos Humanos da prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT, no período de 31/03 a 05/04/2010, não sendo permitida a juntada ou substituição de quaisquer documentos extemporâneos.

2.7- As Declarações apresentadas terão a seguinte pontuação.

LETRA	TÍTULOS	VALOR DE CADA TÍTULO	VALOR MÁXIMO DOS TÍTULOS
A	Tempo de serviço prestado na Instituição de 0 a 3 anos	0,50	0,50
B	Tempo de serviço prestado na Instituição acima de 3 até 6 anos.	1,00	1,00
C	Tempo de serviço prestado na Instituição acima de 6 anos.	1,50	1,50

2.8 – O presente processo seletivo é de 01 (um) ano, contados da data da homologação podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano.

3 – DAS PROVAS:

3.1 – As provas teóricas (escrita) serão realizadas na Escola Paulo Freire, situada na Rua Dr. Mário Correia, s/nº, no dia 17 de abril de 2009, no horário das 08h00 às 11h00 horas (horário de Brasília), devendo os candidatos comparecer no local às 07:30 horas, munidos de um documento pessoal (com fotografia) e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, além do comprovante de inscrição.

3.2 - Os portões do estabelecimento de aplicação das provas serão fechados impreterivelmente, ás 8:00. Não será permitido o ingresso de candidatos ao local de realização da prova após esse horário.

3.3 - As provas objetivas terão duração máxima de 03 (três) horas, contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos;

3.4 - Não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais o caderno de prova de outro candidato;

3.5 - As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas;

3.6 - As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente;

3.7 – A prova pratica para o candidato a motorista será no mesmo dia e local da prova teórica, no período vespertino. Ficando determinado o horário das 14:00 ás 17:00 (horário de Brasília), devendo os candidatos comparecer ao local as 13:30 horas.

3.8 - DOS CRITÉRIOS DA PROVA PRÁTICA DE DIREÇÃO PARA MOTORISTA.

3.8.1. A prova prática para os cargos de Motorista, consistirá na operacionalização do equipamento colocado à sua disposição e o mesmo será avaliado em conformidade com o domínio e habilidades nas operações desenvolvidas e das habilidades do candidato na condução de veículos, em percurso de, no máximo, 30 (trinta) minutos, no que tange aos seguintes itens:

a) Documentos e equipamentos obrigatórios;
b) Manobras (garagem de frente e de ré, retorno, baliza e estacionamento).
c) Condução no trânsito (sinalização, semáforo, contramão, controle de embreagem e ladeira);
d) Obediência às leis do trânsito.

3.8.2. Antes do inicio da prova, serão concedidos 05 (cinco) minutos para que o candidato possa conferir e familiarizar com o equipamento colocado à sua disposição ou seja o carro para teste.

3.8.3. O desempenho do candidato será registrado pelo Examinador em Ficha Individual de Avaliação.

3.8.4. Será considerado não apto o candidato reprovado em qualquer um dos itens indicados.

3.8.5. O candidato deverá comparecer para prestar a prova prática de direção munido de documento de Identidade (RG), Cartão de Inscrição e Carteira de Habilitação na categoria exigida neste Edital
3.8.6. O candidato que, uma vez convocado, deixar de comparecer à prova prática de direção, será, automaticamente, eliminado do concurso.
3.8.7. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para a prova prática de direção ou sua realização fora da data, do horário, da cidade e do local predeterminados.
3.8.9. A prova prática terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) A 10 (dez) pontos. Sendo considerado apto o candidato que obtiver, no mínimo 50% dos pontos.
3.9 - É vedado ao candidato prestar a prova fora do local, data e horários pré-determinados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.
3.10 – Os candidatos deverão permanecer nos locais de provas (salas) por, no mínimo, 60 minutos.
3.11. - O candidato que permanecer na sala pelo tempo mínimo de 02:30 horas poderá levar consigo o caderno de provas.

GRUPO 1: CARGOS – TÉCNICO DE ENFERMAGEM e AUXILIAR DE ENFERMAGEM.
PROVA ESCRITA: versará sobre conhecimento específico, Língua Portuguesa e Matemática, apropriado para cada nível.

GRUPO 2: CARGO – GARI, E MOTORISTA.
NÍVEL de ensino Alfabetizado a prova versará sobre:
1. ÁREA DE CONHECIMENTO:
PORTUGUÊS
A prova para o nível alfabetizado constará da leitura de um texto;

MATEMATICA
a) Adição
b) Subtração
c) Multiplicação
d) divisão

NÍVEL de Ensino Médio a prova versará sobre:
3. ÁREA DE CONHECIMENTO:
LINGUA PORTUGUESA
a) Compreensão e Interpretação de texto.
b) Fonologia: encontros vocálicos e consonantais.
c) Ortografia:
d) Concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal.
e) Figuras de linguagem.
f) Semântica: significação das palavras no texto.
g) Uso e emprego de crase.
h) Pontuação.
i) Emprego das classes de palavras, sintaxe do período, sintaxe das relações.

MATEMATICA:
a) Equação de 1º grau e inequação.
b) Equação do 2º grau.
c) Geometria Plana
d) Trigonometria.
e) Função do 1º e 2º grau.

3.12– CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS TEÓRICAS.

As provas teóricas serão constituídas de questões objetivas de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas, das quais constará uma única alternativa correta.

As provas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, por área de conhecimento e terá caráter classificatório.

O candidato que NÃO acertar 30% (trinta por cento), das questões aplicadas será considerado desclassificado do Processo Seletivo Público.

GRUPO 3: CARGOS – PROFESSOR (A).
1. Avaliação do Currículo;
2. Avaliação dos Títulos;
3. Entrevista;

Parágrafo único: serão entrevistados somente aqueles que forem pré – selecionados através do currículo e dos títulos.

3.12.1 **– 1. ª Fase (eliminatória)**
Análise do Currículo;
3.12.2**- 2ª Fase (classificatória)**
Entrevista.

.

3.12.3.A avaliação das Provas, Entrevista e Currículo serão realizados por Comissão de Seleção constituída por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pela **Comissão Organizadora do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho**.

3.12.4 A entrevista terá caráter classificatório e eliminatório, sendo eliminado o candidato que obtiver pontuação inferior a (5) cinco pontos na entrevista.

3.12.5. Na Entrevista o candidato será avaliado através de questões da área correlacionada com o cargo pretendido e será observado pelo entrevistador nos seguintes aspectos:

3.12.6. Experiência Comprovada, através da análise do currículo.

3.12.7. Segurança, Fluência Verbal, Postura e Desenvoltura.

3.12.8. É de exclusiva responsabilidade de o candidato acompanhar a divulgação de todos os comunicados e editais referentes ao processo no mural da Prefeitura, e Jornal AMM.

3.13. O não-comparecimento à entrevista pessoal na data, será considerado como desistência por parte do candidato, sendo ele automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado.

4 – DAS NORMAS:

4.1 – Documentos: Só serão admitidos na sala onde realizaram as provas, os candidatos que comparecerem munidos de seu cartão de identificação, cédula de identidade, caneta (azul ou preta) e borracha.

4.1.1 – **O candidato deverá levar caneta esferográfica azul ou preta para preencher a Folha de Respostas.**

4.2 – No caso de documentos de identificação ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, o candidato será submetido à identificação especial, que poderá compreender coleta de assinaturas e de impressão digital, em formulário próprio.

4.3 – Comportamento: As provas serão individuais não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas e impressos, máquina calculadora, telefone celular e similar. Reserva-se à Comissão Examinadora do Processo e aos fiscais, o direito de excluir do recinto e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras, estabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

4.4 – O candidato que estiver portando, **mesmo que desligados**, telefone celular, beep ou quaisquer dos equipamentos relacionados no item 4.3 ou similares, durante a realização de sua prova, ou for flagrado em tentativa de cola, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

4.5 – O candidato que se recusar a fazer qualquer prova, ou que se retirar do recinto durante a realização de quaisquer delas, sem autorização da Comissão, ficará automaticamente eliminado da seleção.

4.6 – Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas.

4.7 – É expressamente proibido fumar na sala de provas.

4.8 – Usar de incorreções ou descortesia para com os coordenadores ou fiscais de provas, auxiliares e autoridades presentes, poderá ser excluído do processo.

4.9 – **Recomenda – se que o candidato esteja presente no local das provas 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para o início das mesmas.**

4.10 – Os portões dos prédios onde se realizará o Processo Seletivo Simplificado serão fechados, impreterivelmente, quando do início das provas. O candidato que chegar após o fechamento dos portões, não se levando em conta o motivo do atraso, terá vedada sua entrada no prédio e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO:

5.1 - Compete ao candidato:

5.1.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Jornal Oficial dos Municípios - AMM do Estado de MT, Mural da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT.

5.1.2 Conferir, nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número de candidato de identidade, cargo ao qual se inscreveu. Caso haja a inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato com o Departamento que efetuou a inscrição para correção.

5.2 – Qualquer falsidade ou inexatidão nos dados, apuradas a qualquer tempo, acarretarão a anulação da inscrição do candidato, bem como a de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de medidas cíveis, administrativas e/ou penais cabíveis.

5.3 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a plena aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e em suas eventuais retificações, das quais não poderá alegar desconhecimento. È de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos relativos a este Processo Seletivo Simplificado, bem como de eventuais retificações do Edital que, se houver, serão divulgadas na sede da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, ou no sitio eletrônico gabinete@ribeiraozinho.mt.gov.br , e em jornal Oficial dos Municípios – AMM.

6 – DAS VAGAS:

6.1 – As vagas estabelecidas neste Edital se referem ao território do Município de Ribeirãozinho e serão preenchidas pela ordem de classificação dos candidatos e observadas as necessidades da Administração.

7.0 – DA JORNADA SEMANAL E DO SALÁRIO

A contratação dos candidatos habilitados observará a jornada de trabalho e o salário mensal a seguir especificado:

7.1. Gari – 40 horas semanais – R$ 510,00
7.2. Técnico de Enfermagem – 40 horas semanais- R$ 621,00
7.3 .Motorista – 40 horas semanais – R$ 703,80
7.4. Auxiliar de Enfermagem – 40 horas semanais – R$ 621,00
7.5. Professor (a) – 30 horas semanais – R$ 931,50

8. DO REGIME EMPREGATÍCIO E REGIME PREVIDENCIÁRIO:

8.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão contratados sob o Regime Jurídico Estatutário com vinculação previdenciária no Regime Geral da Previdência Social observando o disposto no Estatuto dos servidores Municipais.

9. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

9.1. As inscrições serão deferidas/indeferidas por comissão instituída, após seu encerramento e publicadas em Edital afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Ribeiraozinho – MT.

9.2. Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão prazo de 01 (um) dia útil, contado da data de publicação, para recorrer das decisões relativas a possíveis indeferimentos de inscrições.

9.3. Os recursos interpostos por candidatos contestando decisões inerentes à habilitação das inscrições, deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho.

10 – DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO E DA CLASSIFICAÇÃO:

10.1 – O resultado final da seleção será publicado em Edital constando a média, as notas por disciplina e a classificação de cada candidato, na Imprensa Oficial do Município.

10.2 – A classificação final obedecerá à ordem decrescente de pontos.

10.3 – Havendo empate entre os candidatos aprovados, terá preferência para fins de classificação o que obtiver:
1.º - maior nota na prova de Conhecimento Específico:
2.º - maior nota na prova de Língua Portuguesa;

3.º - maior nota na prova de Matemática.

10.4. –Caso persista o empate entre os candidatos aprovados, terá preferência o candidato mais idoso.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Qualquer recurso deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, após divulgação do resultado das respectivas etapas: mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo.

11.2 - O parecer emitido pelo (a) Presidente da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, referente ao recurso interposto, deverá ser publicado em prazo de até 01 (um) dia útil do recebimento do pedido do candidato.

11.3 - Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado, bem como, aqueles que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários á identificação do candidato.

11.4 - O recurso deverá ser encaminhado á Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho, localizada à Rua Antônio João, N.º 56, Centro, Ribeirãozinho, MT.

12 – DA NOMEAÇÃO E ENTRADA EM EXERCÍCIO:

12.1 – Os candidatos classificados serão convocados para nomeação por ordem rigorosa de classificação, através de Edital de Convocação, atendendo a necessidade da Prefeitura Municipal.

12.2 - O candidato que não comparecer no prazo da convocação perderá o direito de contratação para o próximo classificado.

12.3 – O candidato deverá apresentar Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

12.4 – Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame realizado por junta médica oficial vinculada á Secretaria da Administração da Prefeitura.

12.5 – Comprovante de votação das últimas eleições que antecedem á posse;

12.6 – Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função;

12.7 – Declaração de acúmulo ou não de cargo público;

12.8 - Comprovante de residência;

12.9 - Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital;

12.10 – Declaração de que não é aposentado por invalidez;

12.11 – Cópia do certificado de Reservista, se do sexo masculino;

12.12 – Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, (se for o caso);

12.13- Perderá ainda o direito de contratação o candidato que;

a) comparecer, mas não demonstrar condição de assinatura imediata do contrato;

b) que não apresentar os documentos mínimos necessários;

c) que não preencher qualquer dos requisitos do cargo; e

d) que acumular cargo, emprego ou função pública, salvo se nos casos permitido por lei;

e) Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos;

12.14 - O candidato que assinar o contrato entrará imediatamente em exercício.

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 – No ato da inscrição, exceto para os de nível superior, o candidato receberá um cartão de identificação, sem a apresentação do qual, não lhe será permitido fazer as provas.

13.2 – Não será aceita inscrição condicional em desacordo com este Edital.

13.3 – A inscrição será feita pelo candidato ou por intermédio de procurador legalmente constituído, mediante entrega da respectiva procuração pública (ou particular com firma reconhecida), acompanhada da cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador.

13.4 – Em hipótese alguma, o candidato poderá prestar provas fora da data e do espaço físico estabelecido no Edital.

13.5 – O não comparecimento do candidato às provas implicará na sua desistência e desclassificação.

13.6 – A Comissão Organizadora, divulgará a Relação das inscrições impugnadas se houver e serão afixadas no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT.

13.7 - Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a contratação, a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT, promoverá tantas convocações quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes e a ordem de classificação;

13.8 - Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito;

13.9 - Os candidatos aprovados conforme ordem de classificação serão convocados por Edital afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ribeirãzinho – MT, para comparecimento no prazo de quatro (04) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subseqüente ao da publicação, para a apresentação dos documentos exigidos para a contratação.

3.10 – Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade até o dia 31 de dezembro do ano vigente, podendo ou não ser renovado.

13.11 – A Folha de Respostas é o único documento válido para correção das Provas de Múltipla Escolha e deverá ser assinada **no local indicado**. O candidato que fizer essas provas e deixar de assinar a Folha de Respostas no local indicado será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13.12 – O candidato que não entregar a Folha de Respostas no prazo estipulado será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

13.13 – A folha de respostas será personalizada e não será substituída, em nenhuma hipótese, por motivo de rasuras ou marcações incorretas.

13.14 – Se o candidato, iniciadas as provas, desistir de faze – lás, deverá devolver ao fiscal de sala, devidamente assinados, o caderno de Provas de Múltipla Escolha (completo) e a folha de Respostas e somente poderá deixar o prédio após decorrida 1 (uma) hora do início dessas provas.

13.15 – Em cada sala, os dois últimos candidatos a terminarem as provas deverão deixar o recinto ao mesmo tempo.

13.16 – Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.

13.17 - Todas as alterações serão tornadas públicas na forma de costume;

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 – Do Cronograma do Processo Seletivo Público n.º 001/2010;
14.2 - Publicação do Edital: 25/03/2010;
14.3 – Inscrições : 31/03/2010 a 05/04/2010;
14.4 – Entrega de currículos: 31/03/2010 a 05/04/2010;
14.5 - Realização das Provas: 17/04/2010;
14.6 – Divulgação do gabarito: 19/04/2010;
14.7 – Entrevista Nível Superior: 19/04/2010;
14.8 – Resultado do Processo: 20/04/2010;
14.9 – Prazo para Recurso: 21/04/2010;
14.10 – Resultado Final do Processo: 23/04/2010.

14.8 - Compete ao Prefeito Municipal a homologação do resultado do processo, a vista do relatório apresentado pela Comissão do processo seletivo, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do resultado final.

14.9 - O prazo de validade do presente Processo Seletivo é de 01 (um) ano, contados da data da homologação podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano.

14.10 - Se aprovado e nomeado, o candidato, por ocasião da posse deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital e demais necessário, que lhe forem solicitados, sob pena de perda do direito da vaga.

14.11 - Para o Cargo de Motorista o Candidato deve ter Certificado que participou de Curso com números de horas de no mínimo 06 horas, tem que ter experiência comprovada na função, através de declaração ou anotação na CTPS.

14.12 – O candidato que à época da nomeação não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado, será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo.

14.13 – Durante a vigência do processo seletivo na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Prefeitura Municipal, serão aproveitados os candidatos aprovados, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei;

14.14 – A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.

14.15 - O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do processo seletivo, em especial o endereço residencial;

14.16 - A aprovação no processo seletivo assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração;

14.17 - A lotação do servidor contratado será determinada pelo Prefeito Municipal.

14.18 – No prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, se ocorrer o acréscimo de número de vagas em cargos, poderá ser feito o aproveitamento de candidatos aprovados (candidatos classificados além do limite de vagas), obedecida à ordem de classificação neste Processo Seletivo Simplificado.

14.19 - A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais;

14.20 - Não será efetivada a contratação do candidato aprovado quando, condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público enquanto ocupante de cargo efetivo, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, mediante declaração firmado pelo candidato, desse município, observado o prazo de prescrição;

14.21 - A Prefeitura Municipal fará divulgar, sempre que necessários editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar tais publicações;

14.22 - São partes integrantes do presente Edital:

a) Anexo I – Do Conteúdo Programático;
b) Anexo II – Do Recurso.

14.21 - O Anexo II é constituído de 02 partes, sendo:

a) Parte 1: Do Recurso
b) Parte 02: Justificativa do Recurso.

14.22 – Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo.

Ribeirãozinho/MT, 25 de março de 2010.

APARECIDO MARQUES MOREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS
PROVAS OBJETIVAS:

1 – Técnico em Enfermagem:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: Saúde da mulher: preventivo para câncer ginecológico; climatério, planejamento familiar, pré-natal de baixo risco. saúde da criança: crescimento e desenvolvimento da criança; desnutrição, desidratação. tro - terapia de reidratação oral. verminose. ivas - infecção das vias aéreas superiores. ira - infecção respiratória aguda. saúde do adulto: programa para hipertensão. programa para diabetes. hanseníase. tuberculose. hepatites virais. dst/aids. doenças de notificação compulsória. saúde mental: cuidados com pacientes depressivos, neuróticos. comportamento anti-social. imunizações: crianças, adultos e gestantes. saneamento básico: cuidados com o lixo, esgoto, água. atendimento em emergências. preparo, diluição e administração de medicamentos: intramuscular, intravenoso, subcutâneo, intradérmico, via oral, soroterapia. curativos. sistema saúde: políticas públicas de saúde, sus, conselhos de saúde. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo. Constituição Federal de 1988 e suas alterações. (arts. 1º a 14, arts.37 a 43 e arts. 196 a 200). Estatuto do Servidor Municipal.

2– Auxiliar de Enfermagem:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: História da enfermagem; comunicação e enfermagem, sinais vitais, peso e altura; curativos; oxigenoterapía; primeiros socorros; promoção da saúde como base das ações de enfermagem em saúde coletiva; SUS/PSF; vigilância em saúde; doenças imunoprevisiveis, doenças crônico-degenerativas; noções de administração de medicação; medidas de conforto e higiene; noções de inter-relacionamento pessoal; ética e postura profissional; doenças transmissíveis; saúde da mulher; ciclo gravídico – puerperal.

ANEXO II
(Parte 01)

RECURSO N.º _____
(campo preenchido pela Comissão)

Nome do(a) Candidato(a):

N.º da Inscrição:_____

1 - Solicitação:

1.1 - De acordo com as especificações constantes na Parte 02 deste Recurso solicito revisão do gabarito e/ou conteúdo de questão de prova objetiva, nas razões aduzidas a seguir.

2 - Observações necessárias à sua formulação:

2.1 - Qualquer espécie de recurso deverá ser redigida de forma legível, sendo **INDISPENSÄVEL** a todos:

2.1.1 - Nome e número de inscrição do(a) candidato(a), bem como indicação do cargo a que está concorrendo.

2.1.2 - Indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da divulgada no gabarito, quando se tratar de recurso contra gabarito ou conteúdo de questão de prova objetiva.

2.1.3 - Argumentação lógica e consistente (justificativa).

2.2 - No caso de recurso contra gabarito **SEMPRE** indicar:

2.2.1 - Número da questão objeto do recurso.

2.2.2 - Gabarito divulgado pela entidade executora do Processo Seletivo Público.

2.2.3 - Gabarito que o candidato considera como correto e justificativa.

Termos em que,
P. e espera provimento.
Data: _____/_____/_____
_____ Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO II
(Parte 02)

RECURSO: Justificativa do Candidato:

Cargo:_____**N.º da inscrição:**_____**Data:** ____/____/_____
_____ Assinatura do(a) Candidato(a)

Atenção*Caso esta folha seja insuficiente, retire uma fotocópia e obrigatoriamente date, numere e assine todas as demais páginas, sob pena de nulidade.

Prefeitura Municipal de Rio Branco

EDITAL DE LICITAÇÃO

Preâmbulo
CONVITE N. º 001/2010

A **Câmara Municipal de Rio Branco**, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob nº. 15.023.096/0001-80, através da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua Vereador Edurvalino de Abreu, Nº. 55 – Centro, Rio Branco, CEP. 78.275-000, atendendo o princípio da publicidade e da legalidade, convida as empresas interessadas a participarem da licitação acima identificada para atender as necessidades da Câmara Municipal de Rio Branco, que realizar–se–á em conformidade com a Lei n° 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores.

01 - TIPO DE LICITAÇÃO

01.1 - Esta Licitação é do tipo menor preço (Global).

02 - RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

02.1 - O recebimento dos envelopes contendo documentos de habilitação (n° 01) e proposta de preço (nº 02), ocorrerá às 10:00 horas do dia 05/04/2010, no endereço acima indicado. Na mesma data e hora, em ato público, serão abertos os envelopes dos documentos de habilitação das empresas licitantes e em seguida o envelope da proposta de preço das empresas habilitadas.

02.2 - Os documentos de habilitação e as propostas de preços deverão ser apresentados, separadamente, em envelopes lacrados, com os dizeres externamente:

À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVITE N° 001/2010
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Nº. 01
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONVITE N° 001/2010
PROPOSTA DE PREÇO Nº. O2
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

03 - OBJETO DA LICITAÇÃO

03.1 – Contratação de aquisição de combustíveis, 15 litros de óleo lubrificante e 2.700,00 litros de gasolina.

04 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

04.1 - Poderão participar da Licitação as empresas convidadas ou cadastradas na Câmara Municipal de Rio Branco – MT, bem como as demais que manifestarem interesse em participarem do certame com antecedência de no mínimo 24:00 (Vinte Quatro Horas) da data marcada para a entrega dos envelopes, conforme art. 22, parágrafo terceiro da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações posteriores.

05 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

05.1 - Constituem documentos de habilitação ao presente Edital aqueles relativos à regularidade fiscal a seguir discriminado e só serão aceitos se forem entregues no original ou cópias autenticadas por Cartório ou Servidor da Câmara, conforme o "Caput" do Art. 32 da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

a) - HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Cópia do ato constitutivo da empresa, no caso de sociedade civil; ou cópia do Registro Comercial, caso de empresa individual; ou cópia do Contrato Social, ou da última alteração, devidamente registrada, no caso de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

II - Copia da cédula de Identidade RG e do CPF do representante legal da Empresa.

b) - REGULARIDADE FISCAL:

I - Certidão Negativa de Débito com INSS;

II - Certidão Negativa de Débito expedida pela Caixa Econômica Federal que Comprova quitação com o FGTS;

III – Certidão de Débitos municipal da sede da licitante e alvará de funcionamento

IV – Certificado da ANP

06 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

06.1 – A despesa referente a esta licitação correrá a conta da seguinte dotação:

01.000 – Câmara Municipal
01.001 – Câmara Municipal
01.031.0001.2.001 – Manutenção e Encargos da Câmara Municipal
3.3.90.30 – Material de Consumo

Valor Estimado em R$ 10.000,00 (dez mil reais)

07 - PROPOSTA DE PREÇOS

07.1 - A proposta deverá ser feita mediante o preenchimento da Carta Convite anexa ou através de papel timbrado da empresa ou pessoa participante; datilografada ou manuscrita, assinada pelo representante legal da licitante, carimbada com o número do CNPJ, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, contendo necessariamente, os preços em moeda corrente nacional.

07.2 - A proposta terá validade de 30 (trinta) dias a partir da data de sua apresentação.

07.3 - As propostas devem ser feitas mediante a condição de pagamento mensal

08 – VALOR

08.1 - Deverá ser incluso no preço todos os tributos e encargos legais incidentes sobre a venda de produtos.

09 - JULGAMENTO

09.1 - O julgamento e classificação das propostas preços serão realizadas classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações do convite e que consigne o menor preço. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério do parágrafo 2° do art. 45 da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

09.2 - Os envelopes com os documentos e as propostas bem como as atas de julgamento deverão ser assinadas e rubricadas por todos os membros da Comissão e por todos os licitantes presentes no ato da abertura das propostas conforme parágrafo 2° do Art. 43 da Lei 8.666/93.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 – A Câmara Municipal de Rio Branco – MT, poderá revogar ou anular esta licitação, no seu todo ou em parte nos termos do Art. 49, da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

10.3 – As dúvidas surgidas na aplicação do presente convite, bem como os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Permanente de Licitação, de acordo com a Lei n. º 8.666/93 e alterações posteriores.

10.4 – Os licitantes que apresentarem propostas que não atendem às condições desta licitação, que oferecem vantagens nela não previstas ou contenham preços excessivos (acima do limite de mercado) ou manifestamente inexeqüíveis, serão desclassificados.

11 - ANEXOS

11.1 - Constituem anexos ao presente Convite: convite.

11.2 - Outras informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Rio Branco pelo telefone (0**65) 3257 1556, no horário comercial.

Rio Branco - MT, em 26 de março de 2010.

LENILZA ALVES DE SOUZA
PRESIDENTE CPL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, através da Secretaria Municipal de Planejamento, em cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, convida a população, para a realização de Audiência Pública de Elaboração da "Lei Orçamentária anual" para o Exercício Financeiro de 2011, com o objetivo de garantir a participação da população, das associações, dos sindicatos de classes, das entidades religiosas e demais entidades representativas da comunidade.

Local: Câmara Municipal de Rio Branco, situado na Rua Edurvalino de Abreu s/n, centro.
Data: 09/04/2010
Horário – 17:00 h

Rio Branco - MT, 25 de Março de 2010.

ANTONIO MILANEZI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

ATA DE SESSÃO PÚBLICA
TOMADA DE PREÇO Nº : 002/2010

Objeto : CONTRATAÇÃO DE MEDICO ESPECIALISTA EM PEDIATRIA 40 HORAS SEMANAIS NORMAIS E 20 PLANTOÊS.

PREÂMBULO

No dia 12 de março de 2010, às 10:00 horas, reuniram-se na sala licitação, na sede da prefeitura Municipal de Santa Carmem a Comissão de Licitações, Senhoras, EMERSON ROGÉRIO DA SILVA, KARI C. ROSSO e MARCELI S. TAFAREL designada pela portaria 7/2010 Aberta a sessão e decorrido o tempo mínimo de 30 minutos, nenhum interessado em participar do certame apresentou-se.

Constatada a ausência de interessados, A Presidente da comissão comunicou o encerramento do credenciamento e declarou a licitação deserta.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela Presidente da Comissão e pelos membros

ASSINAM:

PRESIDENTE E A COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Marceli Salete Tafarel
Presidente

Emerson Rogério da Silva
Secretaria do CPL

Kari C. Rosso
Menbro

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu

AVISO DE LICITAÇÃO PRORROGADA – PREGÃO PRESENCIAL N°003/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo pregoeiro Sr. Dormelindo Lanzarin, designado pelo ato de nomeação, Portaria n°003/SAD/2010, torna público para conhecimento dos interessados que a LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°003/2010, tendo como objeto a aquisição de óleo diesel, gasolina, lubrificantes e derivados, para abastecimento da frota municipal; publicada no Mural da Prefeitura dia 11/03/2010, no DOE dia 11/03/2010 pg. 139 e no Jornal Oficial dos Municípios dia 11/03/2010 pg. 60, foi prorrogada, sendo marcada nova data para abertura da referida Licitação para o dia **07 de Abril de 2010, às 9h30 minutos.**

Santa Cruz do Xingu/MT, em 24 de Março de 2010.

***Dormelindo Lanzarin* -**
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro

PREGÃO PRESENCIAL 009/2010– PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

O Município de São José do Rio Claro por meio de seu Pregoeiro Oficial e Comissão de Apoio, designada pela Portaria 008/2010 e 014/2010, comunica a todos os interessados, especialmente aqueles que já adquiriram o edital, que a data da sessão de abertura dos envelopes de habilitação ficará prorrogada para o dia 09/04/2010 às 08:00hs. Alertamos que o edital sofreu alterações, daí a necessidade de prorrogação do prazo. São José do Rio Claro/MT, 26 de Março de 2010.

Osni Rubens Puga Lopes
– Pregoeiro Oficial.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Município de São José do Rio Claro – MT, por seu Prefeito Municipal, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida a população a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para discussão do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011.

A audiência será realizada no dia 31/03/2010, a partir das 17h00, na Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro sito a Rua Paraíba, 355, Centro, São José do Rio Claro – MT.

São José do Rio Claro – MT, 25 de março de 2010.

MASSAO PAULO WATANABE
- Prefeito Municipal

LEI Nº 811 DE 18 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Massao Paulo Watanabe, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TITULO I
DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS.

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente Plano de Cargos, Carreiras e Salários aplicável aos funcionários públicos da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, subordinado ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, tem por objetivo fundamental a valorização e profissionalização do funcionário, bem como a maior eficiência e continuidade das ações administrativas, mediante:

I - Adoção do princípio do mérito para ingresso e desenvolvimento na carreira;

II - Capacitação dos funcionários e a melhoria da qualificação do servidor público, em caráter geral e permanente;

III – Valorização e dignificação da função pública, imprimindo-lhe o máximo de rendimento e utilização social em face da profissionalização do servidor público municipal, como profissional a serviço da sociedade.

Parágrafo único Os atuais Grupos Ocupacionais e Categorias Funcionais da Administração Direta passam a integrar os Grupos Ocupacionais Funcionais previstos nesta Lei.

.....

Art. 48 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 49 – Revoga-se a Lei nº. 516 de 20 de novembro de 2002, suas alterações e, as disposições contrárias á esta Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de mato Grosso, em 18 de março de 2010.

Massao Paulo Watanabe
Prefeito Municipal

OBS.: A ÍNTEGRA DA LEI N° 811 DE 18 DE MARÇO DE 2010 ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

LEI Nº 812 DE 18 DE MARÇO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Massao Paulo Watanabe, Prefeito Municipal de São José Rio Claro - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TITULO I
DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei cria a carreira estratégica dos profissionais da Educação Pública Básica do Município São José do Rio Claro - MT, tendo por finalidade organizá-la e estruturá-la, subordinado ao Estatuto do Servidor Público do Município de São José do Rio Claro.

Parágrafo único - Entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do Município, com admissão exclusiva por concurso público, não podendo ser terceirizado, transferido a organização de direito privado ou privatizado, com revisão da remuneração a cada 12 (doze) meses, definindo como data base o mês de outubro de cada ano.

Art. 96 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 97 - Revoga-se a Lei nº. 542 de 22 de dezembro de 2003 e a Lei nº. 577 de 12 de maio de 2005, bem como as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em 06 de julho de 2009.

Massao Paulo Watanabe
Prefeito Municipal

OBS.: A ÍNTEGRA DA LEI N° 812 DE 18 DE MARÇO DE 2010 ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – MT.

Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos

EXTRATO DA ATA DE PP REGISTRO DE PREÇO 19/2010

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **19/2010**, teve as empresas: **APARECIDO FRANCISCO DA SILVA E CIA LTDA, foi vencedora nos códigos** 34927 R$ 195.525,00, CÓDIGO 34930 R$ 5.746,950 CÓDIGO 34928 R$ 95.535,000 PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$ **296.806,90.** Objeto: Locação de Maquinaria.

ADEMIR MILLER
(Pregoeiro).

Prefeitura Municipal de Sinop

Empresa: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC
CNPJ: 00.179.465/0001-51
Balanço encerrado em: 31/12/2009

Folha: 0001
Número livro: 0002

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
				31/12/2008
1	1	ATIVO		
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	36.252,87D	36.326,71D
3	1.1.1	DISPONIVEL	23.212,59D	36.326,71D
4	1.1.10.1	CAIXA	167,08D	4.331,81D
5	1.1.10.100.1	CAIXA GERAL	167,08D	4.331,81D
7	1.1.10.2	BANCOS CONTA MOVIMENTO	23.045,51D	31.994,90D
8	1.1.10.200.1	BANCO DO BRASIL	17.312,98D	13.657,89D
640	1.1.10.200.3	BANCO BRADESCO	897,19D	3.794,40D
863	1.1.10.200.4	SICREDI	58,49D	4.982,76D
864	1.1.10.200.5	ITAÚ	4.776,85D	9.559,85D
18	1.1.3	OUTROS CRÉDITOS	13.040,28D	0,00
24	1.1.30.6	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	13.040,28D	0,00
25	1.1.30.600.1	ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	13.040,28D	0,00
69	1.2	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	500,51D
76	1.2.2	OUTROS CRÉDITOS	0,00	500,51D
85	1.2.20.9	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAS	0,00	500,51D
870	1.2.20.900.1	IRRF S/ FOLHA ANTECIPADO	0,00	244,30D
871	1.2.20.900.2	INSS S/ FL. ANTECIPADO	0,00	256,21D
87	1.3	ATIVO PERMANENTE	1.238.007,58D	1.256.177,58D
111	1.3.2	IMOBILIZADO	1.238.007,58D	1.256.177,58D
112	1.3.20.1	IMÓVEIS	1.162.218,42D	1.162.218,42D
113	1.3.20.100.1	TERRENOS	1.158.000,00D	1.158.000,00D
751	1.3.20.100.4	LINHA TELEFÔNICA	4.218,42D	4.218,42D
116	1.3.20.2	MÓVEIS E UTENCÍLIOS	14.000,00D	14.000,00D
117	1.3.20.200.1	MÓVEIS E UTENCÍLIOS	14.000,00D	14.000,00D
118	1.3.20.3	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	34.700,00D	34.700,00D
119	1.3.20.300.1	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	34.700,00D	34.700,00D
120	1.3.20.4	VEICULOS	133.000,00D	133.000,00D
121	1.3.20.400.1	VEÍCULOS	133.000,00D	133.000,00D
125	1.3.20.9	(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	105.910,84C	87.740,84C
761	1.3.20.900.8	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	105.910,84C	87.740,84C
1		TOTAL ATIVO	1.274.260,45D	1.293.004,80D

Cezar Emilio Carbonari
Presidente da APAE - Sinop/MT
RG 1264212-0 SSP/MT

Acir de Lima Pinto
CPF: 137.705.781-04
Cont. CRC: MT-2442-O/4

Pedro Frederico Giaretta
1º Diretor Financeiro APAE - Sinop/MT
RG 462.500 SSP/RS

SINOP/MT.,, 31 de Dezembro de 2009

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE SINOP - MT
Silvio Cabral
TITULAR
Antonieta Cabral
TABELIÃ SUBSTITUTA
COMARCA DE SINOP-MT

ESTA CÓPIA FOI REPRODUZIDA NESTE OFÍCIO E CONFERE COM O ORIGINAL
SINOP-MT 24 MAR, 2010
Cleonice da Costa Leite
Mércia Cristina da Silva
Graciele Cristina Paulatti
Valdirene Luciana Moreira Turra
Glaucia de Matos Vitareli Gaieski
Graciele Aparecida Suchini Gaieski
Ester Pereira dos Santos Padovane
OFICIAIS ESCREVENTES

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
COMARCA DE SINOP ESTADO DE MT
TABELIONATO
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
REGISTRO DE PROTESTO
Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
Selo de Autenticidade
ABU 26002
R$ 1,80

Sistema licenciado para ACIR DE LIMA PINTO

Empresa: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC
CNPJ: 00.179.465/0001-51
Balanço encerrado em: 31/12/2009

Folha: 0002
Número livro: 0002

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
				31/12/2008
149	2	PASSIVO		
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	19.306,22C	1.027,44C
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	951,04C	1.027,44C
170	2.1.40.1	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	951,04C	1.027,44C
178	2.1.40.100.8	IRRF A RECOLHER	471,27C	162,05C
768	2.1.40.101.5	PIS /S FL. PGTO A RECOLHER	479,77C	129,78C
491	2.1.40.102.3	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	0,00	735,61C
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	18.355,18C	0,00
186	2.1.50.1	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	12.179,39C	0,00
187	2.1.50.100.1	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	12.179,39C	0,00
190	2.1.50.2	OBRIGAÇÕES PREVIDÊNCIARIAS	6.175,79C	0,00
191	2.1.50.200.1	INSS A RECOLHER	2.991,88C	0,00
192	2.1.50.200.2	FGTS A RECOLHER	3.183,91C	0,00
242	2.4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.254.954,23C	1.291.977,36C
264	2.4.3	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.254.954,23C	1.291.977,36C
265	2.4.30.1	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	1.254.954,23C	1.291.977,36C
266	2.4.30.100.1	LUCROS ACUMULADOS	1.291.977,36C	1.322.884,32C
267	2.4.30.100.2	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	37.023,13D	30.906,96D
149		TOTAL PASSIVO	1.274.260,45C	1.293.004,80C

SINOP/MT.,, 31 de Dezembro de 2009

Cezar Emílio Carbonari
Presidente da APAE - Sinop/MT
RG 1.742.242-0 SSP/MT
CEZAR EMILIO CARBONARI
PRESIDENTE
CPF: 463.671.609-49

ACIR DE LIMA PINTO
Reg. no CRC - MT sob o No. MT002442OO4
CPF: 137.705.781-04

Pedro Frederico Giareta
1º Diretor Financeiro APAE - Sinop/MT
RG 462.306 SSP/RS

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE SINOP - MT
Silvio Cabral
TITULAR
Antonieta Cabral
PREPOSTA SUBSTITUTA

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
COMARCA DE SINOP ESTADO DE MT
TABELIONATO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
Selo de Autenticidade
ABU 26003
R$1,80

ESTA CÓPIA FOI REPRODUZIDA NESTE OFÍCIO E CONFERE COM O ORIGINAL
SINOP - MT, 24 MAR 2010
Cleuza da Costa Leite
Gleice Cristina da Silva
Gicele Cristina Paulatti
Valdirene Luciana Moreira Turra
Gleucia de Matos Vitareli Gaieski
Graciele Aparecida Sachini Gaieski
Ester Pereira dos Santos Padovane
OFICIAIS ESCREVENTES

A. DEMONSTRATIVO CONTÁBIL

11) Preencha os dados referentes ao exercício. Recomenda-se que o preenchimento dos campos seja acompanhado por um contador.

Receita anual (em R$)

[ ] Acima de 5 milhões (especificar)
[ ] Acima de 2,5 milhões até 5 milhões
[ ] Acima de 1 milhão até 2,5 milhões
[X] Acima de 500 mil até 1 milhões
[ ] Acima de 250 mil até 500 mil
[ ] Acima de 100 mil até 250 mil
[ ] Acima de 50 mil até 100 mil
[ ] Acima de 25 mil até 50 mil
[ ] Acima de 10 mil até 25 mil
[ ] Acima de 5 mil até 10 mil
[ ] Até 5 mil

Balanço Patrimonial 2009

Ativo Circulante	
Disponível	23.212,59
Valores a receber	
Verbas públicas empenhadas	
Estoques	
Despesas antecipadas	13.040,28
Outros	
Ativo Realizável em Longo Prazo	
Valores a receber a longo prazo	
Aplicações financeiras de longo prazo	
Ativo Permanente	
Injvestimentos	
Imobilizado	1.238.007,58
(-) Depreciação/amortização acumulada	
Passivo Circulante	
Salários a pagar	12.179,39
Provisão para encargos e benefícios salariais	7.126,83
Títulos a Pagar	
Empréstimos financeiros	
Recursos públicos federais vinculados a projetos	
(-)Recursos públicos federais aplicados	
Recursos públicos estaduais vinculados a projetos	
(-)Recursos públicos estaduais aplicados	
Recursos públicos municipais vinculados a projetos	
(-)Recursos públicos municipais aplicados	
Recursos internacionais vinculados a projetos	
(-) Recursos internacionais aplicados	
Outros	
Passivo exigível a longo prazo	
Enpréstimos e financiamentos a longo prazo	
Convênios a executar	
(-) Parcela executada	
Outros	
Patrimonio Social	

Prejuízo do exercício	(37.023,13)
Lucros acumulados	1.291.977,36
Fundo patrimonial	
Doações patrimoniais	
Outros	
Superávit ou Déficit acumulado	

Receitas

Receita Operacional	
Prestação de serviços	157.665,97
Doações de associados ou membros	4.550,00
Convênios	56.532,50
Doações de particulares	12.633,20
Recursos públicos federais	50.261,40
Para realização da Prestação de Contas Anual, caso a entidade tenha recebido recursos públicos federais neste exercício, deverá comprovar que publicou seu demonstrativo de receitas e despesas, como exigido pelo art. 2º, dg, do Decreto 50.517/61, informando: **Número:** _____ **Data da publicação:** _____ ***Obs.: Caso de faça necessário, o Ministério da Justiça poderá requisitar cópia ou exemplar desta***	
Recursos Públicos Estaduais	123.648,00
Recursos Públicos Municipais	139.190,00
Recursos Internacionais	
Outras	122.008,48
Receita Financeira	
Investimentos	
Outras	1027,45
Receita Extraordinária	
Recuperações	
Ganho na venda de ativo permanente	
Outras	

Despesas	
Despesas Operacionais	
Remuneração e benefícios a pessoal com vínculo empregatício	356.330,94
Remuneração e benefícios a pessoal sem vínculo empregatício	
Prestação de serviços	189.020,77
Outras	
Depesas Administrativas	
Material	44.937,62
Manutenção de infra-estrutura	9.415,79
Serviços essenciais	36.917,34
Apoio Administrativo	
Outras	
Despesas Financeiras	
Juros, multas e encargos financeiros	605,63
Outras	
Provisões	
Depreciação	18.170,00
Impostos, taxas e contribuições Federais	38.908,70
Impostos, taxas e contribuições Estaduais	
Impostos, taxas e contribuições Municipais	
Outras	10.233,34

Notas Explicativas do Balanço Contábil

Percentual de gatuidade das entidades da área de saúde e educação

Área	Beneficiários	R$	Percentual sobre a Receita Bruta
Educação			
Saúde			
Total			

Nome do contador responsável
ACIR DE LIMA PINTO

Nº do registro no CRC
MT-002442-OO4

Acir de Lima Pinto
CPF: 137.705.781-04
Cont. CRC: MT-2442-O/4

B. AVALIAÇÃO DO MODELO DE RELATÓRIO

Manifeste sua opinião sobre este modelo de relatório para que possamos aprimorá-lo:
Na sua opinião, este formulário modelo de Relatório Circunstanciado facilita a elaboração dos relatórios de serviços? Sim ( ) Não ( )
Tem alguma sugestão para que ele alcance esse objetivo?

Os espaços destinados para descrição das atividades realizadas permitem relatar todo o trabalho desenvolvido? Sim ( ) Não ( )
Tem alguma sugestão para que ele alcance esse objetivo?

O preenchimento deste relatório proporcionou um momento de reflexãop da entidade em relação às ações desenvolvidas e aos resultado obtidos? Sim ( ) Não ( )

Você tem alguma sugestão para simplificar e/ ou aprimorar este modelo?

Cezar Emilio Carbonatto
Presidente da APAE - Sinop/MT
RG 1764219-0 SSP/MT

Pedro Frederico Giare
1º Diretor Financeiro APAE - Sinop
RG 462.306 SSP/RO

ESTA CÓPIA FOI REPRODUZIDA NESTE LOCAL E CONFERE COM O ORIGINAL
24 MAR 2010
SINOP-MT.

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE SINOP - MT
Silvio Cabral
TITULAR
COMARCA DE SINOP-MT.

2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
COMARCA DE SINOP ESTADO DE MT
TABELIONATO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS E JURÍDICA
REGISTRO DE PROTESTO
ATOS DE NOTAS E REGISTROS
Selo de Autenticidade
ABU 25998
R$ 1,80

Cleonice Costa Leite
Maria Aparecida da Silva
Rosilene Antonia Paulatti
Rosilene Luciana Moreira Turra
Glaucia de Matos Vitarelli Gateski
Graciele Aparecida Sachini Gateski
Ester Pereira dos Santos Pedovane
OFICIAIS ESCREVENTES

PORTARIA Nº 005/2010

DATA: 24 de Março de 2010
SÚMULA: Nomeia os servidores abaixo para a elaboração de laudo técnico e avaliação do imóvel urbano localizado na Avenida das Itaúbas nº 5277 Jardim das Violetas em Sinop-MT com a finalidade de implantação da EEE 4 –Estação Elevatória do Esgoto em Sinop-MT.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA, DIRETOR DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Art.1º. Nomeia os servidores Juarez Ribeiro Costa, Crea nº 8768-D, Jeremias Pedroso de Almeida, RN- 120557070-5 e Shiguero Shimizu, CREA PR-3782-D, para efetuar Elaboração de Laudo Técnico e Avaliação do imóvel urbano denominado de Data 02, Quadra 49, Zona 06 com área de 525,00m2, Gleba Celeste 3ª Parte, constante do Perímetro Urbano da Cidade e Município de Sinop-MT.

Art. 2º - O presente laudo técnico deverá conter estudo de viabilidade e condições técnicas e avaliação do imóvel acima descrito, para a implantação da EEE 4 –Estação Elevatória do Esgoto em Sinop-MT.

Art. 3°. Os membros da Comissão terão mandato até o dia 15 de abril de 2010.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 24 de março de 2010.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor do SAAES

PREVI-SINOP/MT.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E CONSULTORIA ATUARIAL Nº 005/2010, o presente instrumento é contrato de prestação de serviços de Assistência e Consultoria Atuarial. **CONTRATANTE:** PREVI-Sinop-MT – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Sinop/MT. **CONTRATADO**: H.BOSA & F.GARCIA LTDA. **OBJETO:** Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de Assistência e Consultoria Atuarial. **VIGÊNCIA: 15/03/2010 a 15/05/2010**.

ANEXO 13 - LEI N.º 4320/64 - BALANCETE FINANCEIRO
MÊS DE FEVEREIRO DE 2010.

Página.: 1 de 1

RECEITAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Restos a Pagar			
C/ Empenhos a Pagar	134.432,43	178.845,61	313.278,04
Depósitos			
CONTRIBUICAO SINDICAL	412,26	405,27	817,53
INSS- INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	15.994,96	13.753,26	29.748,22
PREVIDENCIA MUNICIPAL	5.163,90	4.935,63	10.099,53
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	11.432,43	9.120,21	20.552,64
EMPRESTIMOS C.E.F	11.989,30	10.941,60	22.930,90
CONSIGNACAO - DIVERSAS	4.985,48	5.417,63	10.403,11
CONTRIB. ASSOC. DOS SERV. MUNICIPAIS	6,98	6,98	13,96
PLANO DE SAUDE	1.342,51	1.401,21	2.743,72
RETENÇÃO ISSQN	71,28	909,00	980,28
Transferências Financeiras			
CAMARA MUNICIPAL	487.500,00	487.500,00	975.000,00
SOMA. . . :	673.331,53	713.236,40	1.386.567,93
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR			
DISPONÍVEL			
TESOURARIA	0,00	0,00	0,00
BANCOS DIVERSOS	0,00	0,00	0,00
REALIZÁVEL			
CREDITOS DIVERSOS	0,00	0,00	0,00
SOMA. . . :	673.331,53	713.236,40	1.386.567,93
TOTAL . . . . :	673.331,53	713.236,40	1.386.567,93

DESPESAS

Títulos	Anteriores R$	Do mês R$	Total R$
ORÇAMENTÁRIA			
Legislativa	420.539,17	488.898,60	909.437,77
SOMA. . . :	420.539,17	488.898,60	909.437,77
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Depósitos			
CONTRIBUICAO SINDICAL	412,26	405,27	817,53
INSS- INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	15.994,96	13.753,26	29.748,22
PREVIDENCIA MUNICIPAL	5.163,90	4.935,63	10.099,53
IRRF - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	11.432,43	9.120,21	20.552,64
EMPRESTIMOS C.E.F	11.989,30	10.941,60	22.930,90
CONSIGNACAO - DIVERSAS	4.985,48	5.417,63	10.403,11
CONTRIB. ASSOC. DOS SERV. MUNICIPAIS	6,98	6,98	13,96
PLANO DE SAUDE	1.342,51	1.401,21	2.743,72
RETENÇÃO ISSQN	0,00	71,28	71,28
Transferências Financeiras			
CAMARA MUNICIPAL	0,00	65.000,00	65.000,00
SOMA. . . :	471.866,99	599.951,67	1.071.818,66
SALDO PARA O MES SEGUINTE			
DISPONÍVEL			
TESOURARIA	0,00	0,00	0,00
BANCOS DIVERSOS	0,00	314.749,27	314.749,27
REALIZÁVEL			
CREDITOS DIVERSOS	0,00	0,00	0,00
SOMA. . . :	471.866,99	914.700,94	1.386.567,93
TOTAL . . . . :	471.866,99	914.700,94	1.386.567,93

MAURO GARCIA
PRESIDENTE

GILSON DE OLIVEIRA
SERVIÇOS DE TESOURARIA

PRISCILLA VIEIRA LEITZKE
CONTABILISTA
CRC/MT-006985/0-7

Prefeitura Municipal de Tabaporã

COMUNICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ/MT – CNPJ 37.464.997/0001-40, torna publico que requereu à SEMA/MT – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença de Projeto (LP), para o Loteamento Popular denominado Residencial Sol Nascente II com 50 unidades no perímetro urbano da cidade de Tabaporã-MT. Tabaporã-MT, 25 de Março de 2010 –

Edison Rosso Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte

AVISO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL EDITAL N°. 20/2010

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, em participar da licitação supramencionada, a qual tem por objeto: Aquisição de materiais para atender a Marcenaria Municipal; Materiais Hidráulicos, Materiais Elétricos; Material Para pintura e Materiais de Construções para manutenção, reforma e ampliação nos diversos órgãos da Administração Municipal, conforme consta no anexo III Termo de Referencia do Edital de Pregão 20/2010, que foram efetivadas alterações no Anexo III Termo de Referencia do Edital. Em face das alterações referidas, fica redesignado o **dia 06/04/2010, as 07:30** horas, no mesmo local mencionado nos avisos anteriores, para o recebimentos e abertura dos envelopes dos envelopes. O edital completo e retificado estará disponível aos interessados no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Clóves Felício Vettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 25 de março de 2010.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos
Pregoeira

Prefeitura Municipal de União do Sul

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2010
Data: 26/03/2010

Dispõe sobre convocação de candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2008 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas, realizado em 15 de junho de 2008 e homologado em 30 de junho de 2008;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2008;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADO o candidato classificado, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO: MOTORISTA.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JORGE APARECIDO PEREIRA	**168**	**1º Colocado**

2. O candidato convocado por este Edital terá prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de publicação deste Edital, para ser nomeado e tomar posse no respectivo cargo.

3. O candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS Autenticadas:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;
- Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;
- Documento de quitação com o Serviço Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação – CNH;
- Comprovante de Escolaridade(Diploma, Certificado, Declaração, etc.);
- Certidão de Nascimento de filhos e de Casamento.

ORIGINAL:

- Inspeção médica de aptidão física e mental, expedida por médico designado pelo município;
- Certidão Negativa de Foro Criminal, do lugar que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
- Folha de Antecedentes, da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
- Declaração de bens e valores patrimoniais (incluir do cônjuge, se casado);
- Declaração do Órgão Público ao qual esteja vinculado, de que tem situação jurídica compatível com nova investidura em cargo público, por não estar respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância, e não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades de demissão, nos termos do artigo 191 e parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 007/2008;
- Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;
- Declaração referente recebimento ou não de provento decorrente de aposentadoria ou pensão.

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 26 de março de 2010.

ERINEU DIESEL
Secretário Mun. de Administração

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato de Aquisição/Fornecimento de Peças Mecânicas Diversas.
Nº do Contrato: Nº 025/2010.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: EZEQUIEL ANTONIO ZUCCO – ME. - **CNPJ:** 07.277.695/0001-00.
Objeto: Aquisição/fornecimento de Peças Mecânicas Diversas para Máquinas Rodoviárias e Veículos da Municipalidade, Sendo: Lote 05 – Peças Mecânicas Diversas (molas, correias, correntes, parafusos, porcas, tecnil, barras de rosca, arruelas, etc.), para atender as Secretarias da Administração Municipal, durante o corrente exercício financeiro de 2010, de conformidade com a descrição dos produtos no Termo de Referência - Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, na forma da proposta vencedora da referida licitação, parte integrante deste contrato.
Valor: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), referente aos produtos descritos no Lote nº 05, do Anexo I do Edital da licitação Pregão Presencial nº 03/2010, conforme proposta vencedora da Contratada.
Cód. Dotações Orçamentárias:
(68) 12.361.0028.2.038 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(128) 10.301.0020.2.023 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(140) 10.301.0026.2.031 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(282) 15.452.0013.2.013 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(227) 26.782.0014.2.014 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.
(246) 20.606.0009.2.009 – 3390.30.00.00.00 – Material de Consumo.

Vigência: Até 31/12/2010.
Data de assinatura: 23/03/2010.
Signatários:

Ildo Ribeiro de Medeiros -
Prefeito de União do Sul

Ezequiel Antonio Zucco
pela Contratada.

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

AVISO DE RESULTADO
Pregão Presencial N°19/2010.

Referente à Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos e materiais para segurança eletrônica, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande. A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através do seu Pregoeiro, torna público aos interessados que, o Pregão Presencial supracitado, foi declarado DESERTO. Várzea Grande – MT, 26 de Março de 2010. Luciano Raci de Lima – Pregoeiro – Marcos José da Silva - Sec. Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 143/2010.

Nomeia a Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, responsável pela realização de Licitação na Modalidade PREGÃO.

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais e considerando no Art. 5º, inciso III, do Decreto Municipal nº. 32, de 03 de junho de 2005, bem como o Art. 3º, inciso IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Equipe Técnica responsável pela realização de Licitação na modalidade **PREGÃO**, os seguintes membros**:**

I- Pregoeiros:
LUCIANO RACI DE LIMA e
OTAVIO GUIMARÃES REZENDE.

II- Equipe de Apoio:
ELGA CHRISTINE AMARANTE,
JOSIANE JISSELE RIBEIRO DA SILVA,
MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA,
TARCISIO SANTOS DA SILVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Março de 2010.

SEBASTIÃO DOS REIS GONÇALVES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santissíma Trindade

TOMADA DE PREÇOS Nº 012/2010 – Objeto: aquisição de combustíveis e lubrificantes em Cáceres. Abertura dia 13 de abril de 2010, às 16:00 horas, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Fone 65-3259-1313. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 25 de março de 2010. -

GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA -
Presidente CPL.

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2010 –

Objeto: aquisição de Móveis e equipamentos hospitalares. Abertura dia 13 de abril de 2010, às 10:00 horas, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Fone 65-3259-1313.Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 25 de março de 2010.- *GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA* - Presidente CPL.

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2010

– Objeto: aquisição de material elétrico e hidráulico. Abertura dia 13 de abril de 2010, às 14:30 horas, na sede da Prefeitura à Av. Dr. Mário Corrêa, nº 205. Fone 65-3259-1313. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 25 de março de 2010. - *GILBERTO CAMPOS RAMOS DA ROSA* - Presidente CPL.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2010

Em consonância às disposições da **Lei Federal nº 8.666/93**, com suas alterações posteriores, e considerando que nenhum dos Licitantes, regular e tempestivamente, exercitou o direito recursal nela previsto, RATIFICO a ADJUDICAÇÃO da Comissão Permanente de Licitação sobre a **Tomada de Preços n° 007/2010**, e HOMOLOGO seu objeto à empresa **ANDERSON GLÁUCIO DE ANDRADE & CIA LTDA**, vencedora do referido procedimento licitatório, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares vigentes.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZ. -

Wagner Vicente da Silveira -
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 020/2010

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 001/2009 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda o **Decreto municipal nº 009/2010**, e o item 16 e subitem 16.9 do Edital do Concurso Público **001/2009 de 14.09.2009.**

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a serem nomeados e empossados, deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, no ***período das 08:00 h as 12:00 h, na data de 26 de março de 2010 a 26 de abril de 2010***, nos dias úteis, para apresentarem documentações e posteriormente tomar posse e receberem a designação para os respectivos locais de trabalho;

II – Para tomar posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada, que comprove:
a - Cédula de Identidade;
b - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
c - Certidão de Casamento ou Nascimento;
d - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
e - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
f - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
g - Cartão do PIS/PASEP;
h - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse.;
i - Título de Eleitor;
j - Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT ou do domicílio do candidato, de que o mesmo não tenha condenação criminal com trânsito em julgado, ou condenação cível, com trânsito em julgado, que lhe exclua os direitos de participar em concursos públicos de qualquer natureza;
l - Certidao Negativa de Débitos para como Municipio de Vila Bela da Santíssima Trindade.
m – Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal. pela Medicina do Trabalho;
n - 01 (uma) foto 3x4, colorida;
o - Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.
p - No caso de candidatos aos cargos de Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Tipo Patrol e Operador de Máquinas Tipo Escavadeira Hidráulica, deverá ser apresentada cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação de acordo com esta exigência;
1) Motorista de Veiculo Leve, CNH Categoria "C"
2 Motorista de Veiculo Pesado, CNH Categoria "D"
3) Motorista de Maquina (todos), CNH categoria "C"
r - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
s - Comprovante de Escolaridade;
t – Declaração contendo endereço residencial e nº de conta bancária no Banco do Brasil;
u – Declaração negativa de acumulo de cargo público;
v – Declaração de bens e valores.

Art. 3º. A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário.
Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.
Art. 4º. Os referidos cargos constantes do anexo I do presente Decreto estão disponíveis nas Comunidades rurais do Município.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZ.
WAGNER VICENTE DA SILVEIRA - Prefeito

ANEXO I

DECRETO nº 020/2010

CARGO: 101 – ELETRICISTA (AUTO ELÉTRICA)

Nº. INSC.	NOME	PONTOS PROVA	PROVA PRÁTICA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIF. FINAL
110080	RODRIGO DE ALMEIDA RIBEIRO	51	APROVADO	51	2

CARGO: 405 – TÉCNICO EM LABORATÓRIO

Nº. INSC.	NOME	PONTOS PROVA	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIF. FINAL
109090	ADRIANA LOPES DE SOUZA	52	52	2

CARGO: 608 - PSICÓLOGO

Nº. INSC.	NOME	PONTOS PROVA	PONTOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIF. FINAL
119610	ADRIANA SOUZA ANDRADE	68	0	68	2

Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 de março de 2010.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Vera

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE VERA

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	17.590.450,00	14.579.166,75	-3.011.283,25	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	17.590.450,00	15.270.213,61	-2.320.236,39
RECEITAS CORRENTES	15.558.600,00	15.462.595,87	-96.004,13	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	17.509.450,00	15.190.013,61	-2.319.436,39
RECEITA TRIBUTARIA	900.500,00	1.012.581,18	112.081,18	CRÉDITOS ESPECIAIS	81.000,00	80.200,00	-800,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	489.334,00	333.808,74	-155.525,26	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA PATRIMONIAL	400.500,00	453.365,20	52.865,20				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.512.600,00	13.297.632,43	-214.967,57				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	255.666,00	365.208,32	109.542,32				
RECEITAS DE CAPITAL	3.435.000,00	502.130,57	-2.932.869,43				
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	68.050,00	18.050,00				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	40.000,00	4.080,57	-35.919,43				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.345.000,00	430.000,00	-2.915.000,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
RECEITA DE CONTRIBUICAO	395.450,00	316.614,31	-78.835,69				
RECEITA DE CONTRIBUICAO	395.450,00	316.614,31	-78.835,69				
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-1.798.600,00	-1.702.174,00	96.426,00				
(-) DED REC CORRENTE P/ FORM DO FUNDEB	-1.798.600,00	-1.702.174,00	96.426,00				
Subtotal	17.590.450,00	14.579.166,75	-3.011.283,25	*Subtotal*	17.590.450,00	15.270.213,61	-2.320.236,39
DEFICIT TOTAL		691.046,86	691.046,86	SUPERÁVIT TOTAL			
TOTAL	17.590.450,00	15.270.213,61	-2.320.236,39	TOTAL	17.590.450,00	15.270.213,61	-2.320.236,39

NOTA: Conforme orientações da STN, são desconsiderados na consolidação, os valores decorrentes de operações intra-governamentais (interferências financeiras).

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Elizandra Andreolla
Contadora CRC 005863/O-0

Roberto Carlos Dambros
Secretario Administracao e Financas

ESTADO DE MATO GROSSO - ----- PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA (MT) -----

ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA				DESPESA			
Títulos	*Previsão*	*Execução*	*Diferença*	*Títulos*	*Fixação*	*Execução*	*Diferença*
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	16.500.000,00	13.608.874,66	-2.891.125,34	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	16.500.000,00	14.227.824,94	-2.272.175,06
RECEITAS CORRENTES	14.863.600,00	14.808.918,09	-54.681,91	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	16.419.000,00	14.147.624,94	-2.271.375,06
RECEITA TRIBUTARIA	900.500,00	1.012.581,18	112.081,18	CRÉDITOS ESPECIAIS	81.000,00	80.200,00	-800,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	122.000,00	37.257,76	-84.742,24	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
RECEITA PATRIMONIAL	76.500,00	96.238,40	19.738,40				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.512.600,00	13.297.632,43	-214.967,57				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	252.000,00	365.208,32	113.208,32				
RECEITAS DE CAPITAL	3.435.000,00	502.130,57	-2.932.869,43				
ALIENACAO DE BENS	50.000,00	68.050,00	18.050,00				
AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS	40.000,00	4.080,57	-35.919,43				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	3.345.000,00	430.000,00	-2.915.000,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
(-) DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE	-1.798.600,00	-1.702.174,00	96.426,00				
(-) DED REC CORRENTE P/ FORM DO FUNDEB	-1.798.600,00	-1.702.174,00	96.426,00				
				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		719.800,00	719.800,00
				REPASSE A CAMARA MUNICIPAL		719.800,00	719.800,00
Subtotal	16.500.000,00	13.608.874,66	-2.891.125,34	*Subtotal*	16.500.000,00	14.947.624,94	-1.552.375,06
DEFICIT TOTAL		1.338.750,28	1.338.750,28	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL	16.500.000,00	14.947.624,94	-1.552.375,06	TOTAL	16.500.000,00	14.947.624,94	-1.552.375,06

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Elizandra Andreolla
Contadora CRC 005863/O-0

Roberto Carlos Dambros
Secretario Administracao e Financas

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE VERA

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
RECEITA REALIZADA			14.579.166,75
RECEITA TRIBUTARIA		1.982.873,27	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		37.257,76	
RECEITA PATRIMONIAL		96.238,40	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		13.297.632,43	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		365.208,32	
ALIENACAO DE BENS		68.050,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS		4.080,57	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		430.000,00	
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO FUND		-1.702.174,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS			
Total da Receita Orçamentária			**14.579.166,75**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			815.943,70
DEPOSITOS		815.943,70	
INSS - (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA)	64.474,76		
INSS (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	30.250,90		
PREVIDENCIA MUNICIPAL (CAMARA MUNICIPAL D	4.002,46		
I.R.R.F. IMPOSTO DE RENDA (VERA PREVI)	2.321,71		
DEPOSITO - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFE	73.422,50		
IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	2.186,88		
I.S.S.Q.N. (VERA PREVI)	197,75		
DEPOSITO - PENSAO ALIMENTICIA (PREFEITURA	3.452,77		
ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	2.577,74		
SALARIO FAMILIA (CAMARA MUNICIPAL DE VERA	691,87		
PATROCINIO (VERA PREVI)	2.400,00		
CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (PREFEITURA	6.931,14		
CONVENIO CEF (EMPREST A FUNCIONARIOS) (PR	7.523,97		
CONVENIO BRADESCO (EMPREST A FUNCIONARIOS	68.643,30		
IRRF (SERVIDORES) (PREFEITURA MUNICIPAL D	205,31		
BANCO DO BRASIL (EMP CONSIGNADO) (PREFEIT	60.759,11		
BV - (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA)	31.511,03		
EDUCACAO - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFE	30.904,13		
SAUDE - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFEITU	51.906,95		
EDUCAÇAO - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL DE	6.935,27		
FUNDEB 60% - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL D	27.561,47		
FUNDEB 60% - PREVIDENCIA MUNICIPAL (PREFE	136.780,08		
FUNDEB - CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (P	6.184,13		
FUNDEB - CONV CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PR	29.366,31		
FUNDEB - CONV BRADESCO (PREFEITURA MUNICI	64.200,05		
SAUDE - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL DE VER	54.310,10		
FUNDEB CONV BCO BRASIL (PREFEITURA MUNICI	6.264,86		
FUNDEB CONV BCO BV (PREFEITURA MUNICIPAL	39.977,15		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			756.130,89
DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		756.130,89	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**1.572.074,59**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			1.705.213,40
CONTAS VINCULADAS			900.980,35
APLICACOES FINANCEIRAS			2.393.029,71
Total do Saldo do Exercício Anterior			**4.999.223,46**
TOTAL DA RECEITA			**21.150.464,80**

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
DESPESA EMPENHADA			15.270.213,61
LEGISLATIVO		719.800,00	
ADMINISTRACAO		3.408.483,14	
ASSISTENCIA SOCIAL		811.803,07	
PREVIDENCIA SOCIAL		322.588,67	
SAUDE		3.529.942,81	
EDUCACAO		4.164.461,76	
CULTURA		111.406,56	
URBANISMO		1.660.108,47	
AGRICULTURA		4.403,10	
INDUSTRIA		80.200,00	
ENERGIA		59.295,50	
TRANSPORTE		20.649,29	
DESPORTO E LAZER		82.912,07	
ENCARGOS ESPECIAIS		294.159,17	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			
Total da Despesa Orçamentária			**15.270.213,61**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			983.783,93
DEPOSITOS		769.105,38	
INSS - (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA)	58.994,95		
INSS (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	30.250,90		
DEPOSITO - IRRF TERCEIROS (PREFEITURA MUN	37,50		
PREVIDENCIA MUNICIPAL (CAMARA MUNICIPAL D	4.002,46		
I.R.R.F. IMPOSTO DE RENDA (VERA PREVI)	2.321,71		
DEPOSITO - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFE	62.003,97		
IRRF (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	2.186,88		
I.S.S.Q.N. (VERA PREVI)	197,75		
DEPOSITO - PENSAO ALIMENTICIA (PREFEITURA	3.452,77		
ISSQN (CAMARA MUNICIPAL DE VERA)	2.577,74		
SALARIO FAMILIA (CAMARA MUNICIPAL DE VERA	691,87		
PATROCINIO (VERA PREVI)	2.400,00		
CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (PREFEITURA	6.397,65		
CONVENIO CEF (EMPREST A FUNCIONARIOS) (PR	7.029,15		
CONVENIO BRADESCO (EMPREST A FUNCIONARIOS	65.464,17		
IRRF (SERVIDORES) (PREFEITURA MUNICIPAL D	205,31		
BANCO DO BRASIL (EMP CONSIGNADO) (PREFEIT	52.528,59		
BV - (PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA)	26.467,77		
EDUCACAO - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFE	30.904,13		
SAUDE - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFEITU	52.001,33		
EDUCAÇAO - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL DE	6.935,27		
FUNDEB 60% - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL D	27.561,47		
FUNDEB 60% - PREVIDENCIA MUNICIPAL (PREFE	136.780,08		
FUNDEB - CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (P	5.582,25		
FUNDEB - CONV CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PR	27.014,33		
FUNDEB - CONV BRADESCO (PREFEITURA MUNICI	61.812,58		
SAUDE - INSS (PREFEITURA MUNICIPAL DE VER	54.310,10		
FUNDEB CONV BCO BRASIL (PREFEITURA MUNICI	5.700,88		
FUNDEB CONV BCO BV (PREFEITURA MUNICIPAL	33.291,82		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS		79.123,27	
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS (VERA P	903,93		
RESTOS A PAGAR - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS		135.555,28	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**983.783,93**

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Títulos	*R$*	*R$*	*R$*
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			1.281.018,84
CONTAS VINCULADAS			499.291,09
APLICACOES FINANCEIRAS			3.116.157,33
Total do Saldo para o Exercício Seguinte			**4.896.467,26**
TOTAL DA DESPESA			**21.150.464,80**

ESTADO DE MATO GROSSO - ----- PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA (MT) -----

ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO FINANCEIRO

EXERCÍCIO DE 2009

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
RECEITA REALIZADA			13.608.874,66
RECEITA TRIBUTARIA		1.012.581,18	
RECEITA DE CONTRIBUICOES		37.257,76	
RECEITA PATRIMONIAL		96.238,40	
TRANSFERENCIAS CORRENTES		13.297.632,43	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		365.208,32	
ALIENACAO DE BENS		68.050,00	
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS		4.080,57	
TRANSFERENCIA DE CAPITAL		430.000,00	
(-) DEDUCOES DE RECEITA PARA FORMACAO DO FUND		-1.702.174,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - RECEBIDAS			
Total da Receita Orçamentária			**13.608.874,66**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			771.314,39
DEPOSITOS		771.314,39	
INSS - GERAL	64.474,76		
DEPOSITO - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	73.422,50		
DEPOSITO - PENSAO ALIMENTICIA	3.452,77		
CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS)	6.931,14		
CONVENIO CEF (EMPREST A FUNCIONARIOS)	7.523,97		
CONVENIO BRADESCO (EMPREST A FUNCIONARIOS	68.643,30		
IRRF (SERVIDORES)	205,31		
BANCO DO BRASIL (EMP CONSIGNADO)	60.759,11		
BV - (EMP CONSIGNADO)	31.511,03		
EDUCACAO - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	30.904,13		
SAUDE - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	51.906,95		
EDUCAÇAO - INSS	6.935,27		
FUNDEB 60% - INSS	27.561,47		
FUNDEB 60% - PREVIDENCIA MUNICIPAL	136.780,08		
FUNDEB - CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS)	6.184,13		
FUNDEB - CONV CAIXA ECONOMICA FEDERAL	29.366,31		
FUNDEB - CONV BRADESCO	64.200,05		
SAUDE - INSS	54.310,10		
FUNDEB CONV BCO BRASIL	6.264,86		
FUNDEB CONV BCO BV	39.977,15		
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR			756.130,89
DESPESAS A PAGAR - NAO PROCESSADAS		756.130,89	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Receita Extra-Orçamentária			**1.527.445,28**

SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			391.284,10
CONTAS VINCULADAS			900.980,35
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			**1.292.264,45**
TOTAL DA RECEITA			**16.428.584,39**

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
DESPESA EMPENHADA			14.227.824,94
ADMINISTRACAO		3.408.483,14	
ASSISTENCIA SOCIAL		811.803,07	
SAUDE		3.529.942,81	
EDUCACAO		4.164.461,76	
CULTURA		111.406,56	
URBANISMO		1.660.108,47	
AGRICULTURA		4.403,10	
INDUSTRIA		80.200,00	
ENERGIA		59.295,50	
TRANSPORTE		20.649,29	
DESPORTO E LAZER		82.912,07	
ENCARGOS ESPECIAIS		294.159,17	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS - CONCEDIDAS			719.800,00
Total da Despesa Orçamentária			**14.947.624,94**

EXTRA-ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$
CONTAS PENDENTES			
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			938.250,69
DEPOSITOS		724.476,07	
INSS - GERAL	58.994,95		
DEPOSITO - IRRF TERCEIROS	37,50		
DEPOSITO - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	62.003,97		
DEPOSITO - PENSAO ALIMENTICIA	3.452,77		
CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS)	6.397,65		
CONVENIO CEF (EMPREST A FUNCIONARIOS)	7.029,15		
CONVENIO BRADESCO (EMPREST A FUNCIONARIOS	65.464,17		
IRRF (SERVIDORES)	205,31		
BANCO DO BRASIL (EMP CONSIGNADO)	52.528,59		
BV - (EMP CONSIGNADO)	26.467,77		
EDUCACAO - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	30.904,13		
SAUDE - PREVIDENCIA (VERAPREVI)	52.001,33		
EDUCAÇAO - INSS	6.935,27		
FUNDEB 60% - INSS	27.561,47		
FUNDEB 60% - PREVIDENCIA MUNICIPAL	136.780,08		
FUNDEB - CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS)	5.582,25		
FUNDEB - CONV CAIXA ECONOMICA FEDERAL	27.014,33		
FUNDEB - CONV BRADESCO	61.812,58		
SAUDE - INSS	54.310,10		
FUNDEB CONV BCO BRASIL	5.700,88		
FUNDEB CONV BCO BV	33.291,82		
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS		78.219,34	
RESTOS A PAGAR - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS		135.555,28	
CANCELAMENTOS REALIZADOS			
Total da Despesa Extra-Orçamentária			**938.250,69**

SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Títulos	R$	R$	R$
CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO			43.417,67
CONTAS VINCULADAS			499.291,09
APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo para o Exercício Seguinte			**542.708,76**
TOTAL DA DESPESA			**16.428.584,39**

ESTADO DE MATO GROSSO - ----- PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA (MT) ----

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO

ATIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			
Bancos Contas Movimento (CONSOLIDADO)	1.281.018,84		
Bancos Contas Vinculadas (CONSOLIDADO)	499.291,09		
Aplicacoes Financeiras (CONSOLIDADO)	3.116.157,33	4.896.467,26	
REALIZAVEL			
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS			
DIVERSOS			4.896.467,26
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			**4.896.467,26**

ATIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			
VALORES DIVERSOS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			
CREDITOS			
Creditos Fiscais Inscritos (D.A) (PREFEITUR	2.070.176,33	2.070.176,33	
PERMANENTE			
BENS MOVEIS			
Bens - Moveis e Utensilios (PREFEITURA)	3.889.869,33		
MOVEL (CAMARA)	176.306,36		
Moveis e Utensilios (VERA)	23.251,70		
Bens Adquiridos com Recursos PDDE (PREFEITU	25.591,38		
Recursos APM (PREFEITURA)	3.616,14		
Doacao (PREFEITURA)	130,00		
(-) Depreciacao Acumulada (CONSOLIDADO)	-2.873,01		
BENS IMOVEIS			
Bens - Imoveis (PREFEITURA)	6.378.697,34		
IMOVEIS (CAMARA)	79.792,24	10.574.381,48	12.644.557,81

PASSIVO

PASSIVO FINANCEIRO

Títulos	R$	R$	R$
RESTOS A PAGAR			
Restos a Pagar 2009 - N.Proc. (CONSOLIDADO)	756.130,89	756.130,89	
DEPOSITOS			
INSS - (PREFEITURA)	5.479,81		
Deposito - PREVIDENCIA (VERAPREVI) (PREFEITU	11.983,14		
CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (PREFEITURA)	533,49		
Convenio CEF (Emprest a funcionarios) (PREFE	494,82		
Convenio BRADESCO (Emprest a funcionarios) (	3.179,13		
BANCO DO BRASIL (EMP CONSIGNADO) (PREFEITURA	8.230,52		
BV - (PREFEITURA)	5.043,26		
FUNDEB - CONTRIBUICAO SINDICAL (SSPMS) (PREF	609,75		
FUNDEB - CONV CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PREFE	2.351,98		
FUNDEB - CONV BRADESCO (PREFEITURA)	2.387,47		
FUNDEB CONV BCO BRASIL (PREFEITURA)	563,98		
FUNDEB CONV BCO BV (PREFEITURA)	6.685,33	47.542,68	803.673,57
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			**803.673,57**

PASSIVO PERMANENTE

Títulos	R$	R$	R$
DIVIDA FUNDADA			
Parcelamento - CEF - Drenagem (PREFEITURA)	359.574,82		
Zila de Bittencout Cardoso - Aeroporto (PREF	115.112,18		
Parcelamento - Prec. Garavello (PREFEITURA)	416.797,78		
Marcos Antonio Cardoso - Aereporto (PREFEITU	34.887,82	926.372,60	
PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
PROVISOES PARA BENEFICIOS CONCEDIDOS (CONSOL	1.204.509,31		
PROVISOES PARA BENEFICIOS A CONCEDER (CONSOL	2.946.527,77		
(-) RESERVAS A AMORTIZAR (CONSOLIDADO)	-426.971,39	3.724.065,69	4.650.438,29

Emitido em: às 20:37 Horas

Agili Ltda (66)3545-4100 - www.agili.com.br

Pág: 001

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Exercício de 2009

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) em R$ - P. Contas U.G.

ATIVO				PASSIVO			
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			12.644.557,81	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			4.650.438,29
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			17.541.025,07	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			5.454.111,86
SALDO PATRIMONIAL				**SALDO PATRIMONIAL**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
				ATIVO REAL LIQUIDO			12.086.913,21
ATIVO COMPENSADO				**PASSIVO COMPENSADO**			
Títulos	*R$*	*R$*	*R$*	*Títulos*	*R$*	*R$*	*R$*
RESPONSAB. POR TITULOS E BENS				CONTRAPARTIDA - RESPONSAB. POR TITULOS E BENS			
BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	438.947,43			BENS EM COMODATO (CONSOLIDADO)	438.947,43		
GARANTIAS E VALORES				CONTRAPARTIDA - GARANTIAS E VALORES			
CAUCOES				CAUCOES			
RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS				CONTRAPARTIDA - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS			
RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			438.947,43	RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS			438.947,43
TOTAL DO ATIVO			17.979.972,50	TOTAL DO PASSIVO			17.979.972,50

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2010

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza a serem utilizados pela Secretaria de Assistência Social, nos seguintes programas, a saber: Cesta Básica; Família Acolhedora; Bolsa Alimentação; Bolsa Familia; Terceira Idade; Benefícios Eventuais; Serviços Urbanos; Conselho Tutelar; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Centro de Múltiplo Uso; Curso do Paif e Cursos realizados em parceria com o SENAR MT.

A Prefeitura Municipal de Vera - MT torna público que às 07:00 horas do dia 09/04/2010, estará recebendo propostas para abertura às 08:00 horas, do pregão presencial, para as aquisições supra citadas. O Edital completo somente será retirado com a Comissão Permanente de Licitação, no Departamento de Licitações, sito à Av. Otawa nº 1.651, Prefeitura Municipal de Vera MT,

Vera - MT, 26 de Março de 2010.

Antonio Rodrigues
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Vila Rica

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	156.107,43	Despesa Orçamentária	13.163,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	55.700,10	Despesas exceto Intra-orçamentárias	13.163,52
RECEITA PATRIMONIAL	44.707,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.163,52
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	55.700,10		
Receita Extra - Orçamentária	13.163,52	Despesa Extra - Orçamentária	15.341,66
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	13.163,52	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	15.341,66
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO C	13.163,52	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃC	13.163,52
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	13.163,52	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	13.163,52
		OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.178,14
		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚLT	1.470,00
		CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIOI	708,14
Saldos anteriores	6.566.885,72	Saldos atuais	6.707.651,49
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.495.132,38	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.538.961,57
BANCO C/ MOVIMENTO	71.753,34	BANCO C/ MOVIMENTO	168.689,92
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	6.736.156,67	Total	6.736.156,67

VILA RICA, 25/03/2010

EUDES FORTUNATO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSAFAT MORAES MACIEL
CRC MT- 010419/O-0

Balancete Financeiro - Por Função e Coluna com Acumulado

Mês/Ano : Dezembro/2009

Receita				Despesa			
Títulos	Valor mês anterior	Valor no mês	Valor até o mês	Títulos	Valor mês anterior	Valor no mês	Valor até o mês
Receita Orçamentária	1.729.614,88	182.806,93	1.912.421,81	Despesa Orçamentária	463.527,04	70.221,98	533.749,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	627.794,73	69.231,38	697.026,11	Previdência	463.527,04	70.221,98	533.749,02
RECEITA PATRIMONIAL	475.336,54	44.407,59	519.744,13				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-OF	626.483,61	69.167,96	695.651,57				
Receita Extra - Orçamentária	474.261,96	79.113,30	553.375,26	Despesa Extra - Orçamentária	471.005,41	80.134,28	551.139,69
RESTOS A PAGAR	0,00	2.720,18	2.720,18	RESTOS A PAGAR	1.170,00	3.610,00	4.780,00
ISSQN	1.216,65	90,24	1.306,89	ISSQN	1.216,65	496,98	1.713,63
IMPREV	0,00	63,42	63,42	I.N.S.S.	3.345,87	508,55	3.854,42
I.N.S.S.	3.677,20	708,14	4.385,34	IMPREV	0,00	63,42	63,42
IRRF	3.021,43	758,64	3.780,07	IRRF	3.021,43	888,13	3.909,56
DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	203.099,57	17.698,31	220.797,88	DESPESAS EMPENHADAS A PAGAR	199.739,35	21.058,53	220.797,88
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	263.247,11	52.773,67	316.020,78	DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR	262.512,11	53.508,67	316.020,78
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00	690,70	690,70				
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	0,00	3.610,00	3.610,00				
Saldos do exercício anterior	5.185.977,36	0,00	5.185.977,36				
BANCO C/ MOVIMENTO	110.040,74	0,00	110.040,74				
BANCOS C/ VINCULADA	0,00	0,00	0,00				
CAIXA	0,00	0,00	0,00				
INVESTIMENTOS EM SEGMENTO DE REND	5.075.936,62	0,00	5.075.936,62				
Saldos do período anterior	57.802.516,15	6.455.321,75	64.257.837,90	Saldos para o período seguinte	64.257.837,90	6.566.885,72	70.824.723,62
BANCO C/ MOVIMENTO	337.215,63	88.633,53	425.849,16	BANCO C/ MOVIMENTO	425.849,16	71.753,34	497.602,50
BANCOS C/ VINCULADA	0,00	0,00	0,00	BANCOS C/ VINCULADA	0,00	0,00	0,00
CAIXA	0,00	0,00	0,00	CAIXA	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS EM SEGMENTO DE REND	57.465.300,52	6.366.688,22	63.831.988,74	INVESTIMENTOS EM SEGMENTO DE REND	63.831.988,74	6.495.132,38	70.327.121,12
Total	65.192.370,35	6.717.241,98	71.909.612,33	Total	65.192.370,35	6.717.241,98	71.909.612,33

VILA RICA, 25/03/2010

EUDES FORTUNATO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSAFAT MORAES MACIEL
CRC MT- 010419/O-0

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas

Mês de Janeiro 2010

Balanço Orçamentário - Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
Receita			
RECEITAS CORRENTES	903.000,00	100.407,33	-802.592,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	402.000,00	55.700,10	-346.299,90
RECEITA PATRIMONIAL	500.000,00	44.707,23	-455.292,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	-1.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	400.000,00	55.700,10	-344.299,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMI	400.000,00	55.700,10	-344.299,90
Soma:	1.303.000,00	156.107,43	-1.146.892,57
Déficit:	0,00	0,00	0,00
Total:	1.303.000,00	156.107,43	-1.146.892,57
Despesa			
Créditos Oçamentários e Suplementares	1.303.000,00	76.722,48	-1.226.277,52
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	1.303.000,00	76.722,48	-1.226.277,52
Superávit:	0,00	79.384,95	79.384,95
Total:	1.303.000,00	156.107,43	-1.146.892,57

VILA RICA, 25/03/2010

EUDES FORTUNATO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSAFAT MORAES MACIEL
CRC MT- 010419/O-0

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas

Mês de Dezembro 2009

Balanço Orçamentário - Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
Receita			
RECEITAS CORRENTES	876.250,00	1.216.770,24	340.520,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	375.250,00	697.026,11	321.776,11
RECEITA PATRIMONIAL	500.000,00	519.744,13	19.744,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	-1.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	364.750,00	695.651,57	330.901,57
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMI	364.750,00	695.651,57	330.901,57
Soma:	1.241.000,00	1.912.421,81	671.421,81
Déficit:	0,00	0,00	0,00
Total:	1.241.000,00	1.912.421,81	671.421,81
Despesa			
Créditos Oçamentários e Suplementares	1.241.000,00	533.749,02	-707.250,98
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma:	1.241.000,00	533.749,02	-707.250,98
Superávit:	0,00	1.378.672,79	1.378.672,79
Total:	1.241.000,00	1.912.421,81	671.421,81

VILA RICA, 25/03/2010

EUDES FORTUNATO NETO
DIRETOR EXECUTIVO

JOSAFAT MORAES MACIEL
CRC MT- 010419/O-0

Associação Mato-grossensse dos Municípios

ASSOCIAÇAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS - AMM

AVISO DE CANCELAMENTO
EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 014/2010 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2010

A Comissão Permanente de Licitação da Associação Matogrossense dos Municípios - AMM CANCELA O EDITAL DE LICITAÇÃO nº 014/2010 Tomada de Preços nº 002/2010 publicado no Jornal Oficial dos Municípios no dia 19/03/2010 na pagina 51 de acordo com artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores,

Cuiabá – MT, 26 de março de 2010.

Gil Dimas Faria
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 3920, Morada do Ouro
CEP: 78.000-070 Cuiabá-MT
Fone: (65)2123-1200

Portal: www.amm.org.br

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

Orientação para publicação

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em disquete, CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17 horas

Distribuição: Via Correio

Jornal Oficial dos Municípios
Gerência de Comunicação: Malu Sousa
Editoração Eletrônica:Silvio Luiz Gomes da Silva
Atendimento:Noides Cenio da Silva (65) 2123-1270
Impressão: Asuir Nunes da Silva
E-mail: **jornaloficial@amm.org.br**